

Relatório de Gestão 2015

TRANSTEJO - Transportes Tejo, S.A.

Índice

Índice

NOTA DE ABERTURA **7**

1. Apresentação e enquadramento **10**

1.1. Síntese histórica 10

1.2. Missão, Visão e Valores 11

1.3. Empresas do Grupo Transtejo 13

2. Factos relevantes ocorridos em 2015 ..... **14**

3. Estrutura Organizacional **17**

4. Atividade **18**

4.1. Atividade Comercial 18

4.1.1. Atividade desenvolvida 18
4.1.2. Procura 18
4.1.3. Receita Tarifária 20
4.1.4. Receita não tarifária 21
4.1.5. Combate à fraude 22

4.2. Oferta 23

4.3. Reclamações 24

4.4. Frota 25

4.5. Transporte de Veículos 25

4.6. Segurança de Exploração (Safety) 26

5. Gestão Corporativa **27**

5.1. Segurança (Security) 27

5.1.1. Higiene e Segurança no Trabalho 27
5.1.2. Sinistralidade 27

5.2. Gestão Ambiental 28

5.3. Relações Internacionais 29

5.4. Auditoria Interna e Gestão de Risco 29

5.5. Sistemas de Informação 30

5.6. Comunicação e Marketing 31

5.7. Gestão das Infraestruturas 32

6. Recursos Humanos **33**

6.1. Gestão do Efetivo 33

6.2. Princípio de Igualdade do Género 35
6.3. Política Salarial 36
6.4. Formação 37
6.5. Indicadores de Prestação de Trabalho 38
6.5.1. Horário de Trabalho 38
6.5.2. Taxa de Absentismo 38
6.5.3. Horas Trabalhadas 39
7. Situação Económica e Financeira 40
7.1. Fluxos Financeiros 40
7.2. Investimento realizado 42
7.3. Estrutura Patrimonial 42
7.3.1. Contas Consolidadas 42
7.4. Gestão do Risco Financeiro 44
7.5. Resultados Globais 45
7.5.1. Contas Consolidadas 45
7.6. Produtividade 51
8. Governo Societário 53
9. Cumprimento das Orientações Legais 54
10. Notas Finais 75
10.1. Agradecimentos 75
10.2. Proposta de aplicação de Resultados 75
11. Declaração de Cumprimento 76

Apêndice I - Contas Individuais 2015 - Demonstrações Financeiras & Anexo
Apêndice II - Contas Consolidadas 2015 - Demonstrações Financeiras & Anexo

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Procura por ligação fluvial (2015) 20
Gráfico 2 - Receitas Acumuladas (2015) 21
Gráfico 3 - Causas da supressão de viagens em 2015 e 2014 23
Gráfico 4 - Taxa de Ocupação por Ligação Fluvial - 2015 24
Gráfico 5 - Evolução do número de veículos transportados 2013-2015 26
Gráfico 6 - Evolução do número de efetivos a 31 de dezembro (2013-2015) 34
Gráfico 7 - Distribuição do efetivo a 31.12.2015 por faixa etária e área de atividade 35
Gráfico 8 - Distribuição de efetivos a 31.12.2015 por regime de horário de trabalho 38
Gráfico 9 - Causas do absentismo - 2015 39
Gráfico 10 - Evolução dos Juros Suportados 2011-2015 44
Gráfico 11 - Evolução dos Rendimentos Operacionais (10^3 €) 46
Gráfico 12 - Contas Consolidadas - Estrutura de Gastos 2015 47
Gráfico 13 - Contas Consolidadas - Estrutura de FSE 2015 49
Gráfico 14 - Distribuição dos Gastos de Manutenção da Frota no Grupo - 2015 49
Gráfico 15 - Evolução dos Gastos Totais (10^3 €) 51

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Passageiros Transportados (2013-2015) 19
Tabela 2 - Passageiros e Passageiros km transportados (2013-2015) 19
Tabela 3 - Receitas tarifárias por título de transporte (2015) 21
Tabela 4 - Indicadores de Oferta (2013-2015) 23
Tabela 5 - Motivos das reclamações 24
Tabela 6 - Indicadores de Sinistralidade (2013-2015) 28
Tabela 7 - Gestão do Efetivo (2013-2015) 33
Tabela 8 - Efetivos do Grupo a 31/12/2015 por área de atividade, género e faixa etária) 34
Tabela 9 - Reduções remuneratórias (2014-2015) 36
Tabela 10 - Gastos com Pessoal e Massa Salarial (2013-2015) 37
Tabela 11 - Horas de formação (2013-2015) 37
Tabela 12 - Evolução da Taxa de Absentismo (2013-2015) 38
Tabela 13 - Horas Trabalhadas (2013-2015) 39
Tabela 14 - Variação de caixa e seus equivalentes 41
Tabela 15 - Detalhe do Investimento Realizado - Contas Consolidadas 42
Tabela 16 - Variação do Património do Grupo Transtejo - Contas Consolidadas 42
Tabela 17 - Stock da Dívida - Evolução 44
Tabela 18 - Resultados 45
Tabela 19 - Contas Consolidadas - Evolução dos Rendimentos Operacionais (10^3 €) 47
Tabela 20 - Contas Consolidadas - Síntese de Gastos (10^3 €) 48
Tabela 21 - Contas Consolidadas - Gastos com Pessoal (10^3 €) 50
Tabela 22 - Plano de Redução dos Gastos (10^3 €) 51
Tabela 23 - Evolução da Produtividade 51
Tabela 24 - Grelha-resumo das boas práticas de governação 53
Tabela 25 - Indicadores de Acompanhamento 2015 54
Tabela 26 - Encargos Financeiros (2011-2015) 55
Tabela 27 - Passivo Remunerado 2013-2015 55
Tabela 28 - PMP 2014-2015 56
Tabela 29 - Remunerações da Mesa da Assembleia Geral (até 7 de julho) 57
Tabela 30 - Remunerações da Mesa da Assembleia Geral (após 8 de julho) 58
Tabela 31 - Identificação dos Membros do Conselho de Administração (até 7 de janeiro) 58
Tabela 32 - Acumulação de funções dos Membros do Conselho de Administração (até 7 de janeiro) 58

Tabela 33 - Estatuto do Gestor Público (até 7 de janeiro) 59
Tabela 34 - Remuneração Anual (até 7 de janeiro) 59
Tabela 35 - Benefícios Sociais (até 7 de janeiro) 59
Tabela 36 - Gastos com Comunicações Móveis (até 7 de janeiro) 59
Tabela 37 - Encargos com Viaturas (até 7 de janeiro) 60
Tabela 38 - Gastos anuais associados a viaturas (até 7 de janeiro) 60
Tabela 39 - Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (até 7 de janeiro) 60
Tabela 40 - Identificação dos Membros do Conselho de Administração (após 8 de janeiro) 60
Tabela 41 - Acumulação de funções dos Membros do Conselho de Administração (após 8 de janeiro) 61
Tabela 42 - Estatuto do Gestor Público (após 8 de janeiro) 62
Tabela 43 - Remuneração Anual (após 8 de janeiro) 62
Tabela 44 - Benefícios Sociais (após 8 de janeiro) 62
Tabela 45 - Gastos com Comunicações Móveis (após 8 de janeiro) 63
Tabela 46 - Encargos com Viaturas (após 8 de janeiro) 63
Tabela 47 - Gastos anuais associados a viaturas (após 8 de janeiro) 63
Tabela 48 - Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (após 8 de janeiro) 64
Tabela 49 - Identificação e Estatuto Remuneratório dos Membros do Conselho Fiscal (até 7 de julho) 64
Tabela 50 - Identificação e Estatuto Remuneratório dos Membros do Conselho Fiscal (após 8 de julho) 64
Tabela 51 - Remuneração Anual dos Membros do Conselho Fiscal 65
Tabela 52 - Identificação do ROC 65
Tabela 53 - Remuneração do ROC 65
Tabela 54 - Identificação e Remuneração Anual do Auditor Externo 65
Tabela 55 - Remunerações ao Pessoal (sem Órgãos Sociais) e reduções remuneratórias 2010-2015 66
Tabela 56 - Indicadores da Frota Automóvel - 2015 67
Tabela 57 - Avaliação cumprimento PRC - 2015 68
Tabela 58 - Controlo do número de Efetivos e Cargos Dirigentes - 2015 68
Tabela 59 - Cumprimento Princípio UTE 69
Tabela 60 - Validação do cumprimento de divulgações no Site do SEE 73

NOTA DE ABERTURA

Prestação de contas do Exercício de 2015 - Enquadramento e reapreciação em 2019

O presente documento constitui uma **nova versão do Relatório de Gestão de 2015 da Transtejo - Transportes Tejo, S.A.**, através do qual se procede à reapreciação das contas individuais e consolidadas da referida Sociedade, face ao processo preparado e aprovado pelo Conselho de Administração em 09 de novembro de 2017 (2017A03009058).

No âmbito do referido processo, o Órgão de Gestão em funções à data, tomou conhecimento da expressão de Escusa de Opinião, emitida (I) na Certificação Legal das Contas individuais e na Certificação Legal das Contas Consolidadas, apresentada pelo Revisor Oficial de Contas da Sociedade (Vitor Martins & Ahmad, SRCO, Lda); (II) no Relatório de Auditoria Externa sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, emitido pela Deloitte & Associados, SROC S.A. nos termos requeridos pelo artigo 245º, nº 1 al. b) do código dos valores mobiliários, (III) no Relatório Anual e Parecer sobre o Relatório e Contas Individuais e Consolidadas, emitido pelo Conselho Fiscal - Todos estes documentos, apresentados em fevereiro de 2018.

As bases para apresentação de Escusa de Opinião pelos referidos órgãos de fiscalização e auditores externos assentaram na manifesta impossibilidade de aferir, à data da emissão dos documentos de certificação, quanto aos eventuais efeitos, nas contas individuais e consolidadas do exercício de 2015, decorrentes da persistência da não realização da Assembleia Geral, com vista à sua aprovação pelo Acionista Estado, das contas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014. Não obstante, a aplicação dos resultados relativos àqueles exercícios vinha sendo sucessivamente registada, com base nos relatórios de gestão anuais, preparados pelo Conselho de Administração.

O facto persistente supra referido, revestia-se de criticidade pela classificação da Transtejo como Entidade de Interesse Público (nos termos do artigo 3º da Lei nº 148/2015 de 09 de setembro, que aprova o Regime Jurídico de Supervisão e Auditoria), pelo facto de dispor até fevereiro de 2017 de títulos cotados em mercado regulamentado e ser detida a 100% pelo Estado. Por ser determinante para a conclusão do processo de aprovação de contas de 2015, foram efetuadas diversas diligencias junto do titular da função acionista, Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Em 24 de maio de 2018 ocorreu a Assembleia-Geral da Transtejo - Transportes Tejo, S.A, na qual foi deliberada a aprovação dos Relatórios de Gestão e Contas individuais e consolidadas dos exercícios 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, assim como as sucessivas propostas de aplicação de resultados de cada exercício. A conclusão deste processo, sem qualquer implicação ou facto modificativo nas contas do período de 2010 a 2014, constituiu um passo significativo no processo de aprovação das contas do exercício de 2015. Porém, face ao tempo entretanto decorrido, foi necessário proceder à reapreciação das contas deste exercício e obter novos documentos de certificação legal de contas, com evidência do levantamento de escusa de opinião anteriormente apresentada, tendo implicado que o âmbito da abordagem incidisse sobre os desenvolvimentos subsequentes até à presente data.

Identificação do Órgão de Gestão

Considerando os factos anteriormente expostos, o processo de prestação de contas referente ao exercício de 2015, apresenta um enquadramento pouco comum, no que respeita à sucessão de titulares do Órgão de Gestão.

Para efeitos de enquadramento, identificam-se os sucessivos Conselhos de Administração envolvidos neste processo, de acordo com os períodos de vigência dos respetivos mandatos:

Conselho de Administração que acompanhou o desenvolvimento da atividade da empresa ao longo do exercício de 2015[1]:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Nomeação 08-01-2015	
Presidente	Rui Lopes Loureiro
Vogal	Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas
Vogal	Tiago Alexandre Carvalho dos Santos
Vogal	Maria Manuela Bruno de Figueiredo
Vogal	José Rui Roque

O Conselho de Administração nomeado em 08-01-2015 tinha como missão dar seguimento ao projeto de gestão conjunta das empresas de Transportes de Lisboa, enquadrado pela nomeação de um Conselho de Administração único e comum às empresas Metropolitano de Lisboa, EPE, Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., Transtejo - Transportes Tejo, S.A. e Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. (Conforme determinado pelo Decreto-Lei nº 161/2014 de 29 de outubro e dando seguimento ao Plano Estratégico dos Transportes, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 45/2011 de 10 de novembro).

Na sequência do novo enquadramento governativo, decorrente do programa do XXI Governo Constitucional para o mandato 2016-2019, destacou-se o desenvolvimento de uma nova política de transportes, tendo como principal consequência a necessidade de estabelecer a inversão das anteriores políticas económicas e sociais e o desenvolvimento, pelo novo executivo, de um conjunto de medidas de relançamento da economia portuguesa. Deste facto, e considerando de um modo particular a definição de um novo modelo de Gestão para o setor dos transportes públicos coletivos, foi apresentado novo enquadramento ministerial do setor com inclusão, sob a tutela do Ministério do Ambiente, da responsabilidade pelas políticas de transportes urbanos e habitação.

No âmbito da Lei Orgânica deste Governo, publicada pelo Decreto-Lei n.º 251-A, de 17 de dezembro de 2015, foi determinada a transição da tutela operacional do setor dos transportes do Ministério da Economia para o Ministério do Ambiente, medida que visou assegurar um dos grandes objetivos do programa, a "descarbonização da economia", pela via do desenvolvimento de um sistema de mobilidade sustentável, reforçando as competências das autarquias locais na área dos transportes, implicando como medida prioritária a reversão dos processos de subconcessão que se encontravam projetados para o exercício de 2015.

[1] RCM – Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2015, 14 janeiro

O desenvolvimento da nova política de transportes ditou ainda a necessidade de nomear uma nova equipa para o Conselho de Administração das empresas de transportes de Lisboa, alinhada com os princípios de Gestão definidos pelo Ministério do Ambiente.

Conselho de Administração nomeado para o mandato 2016-2018[2]:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Nomeação 07-01-2016	
Presidente	Tiago Alexandre Abranches Teixeira Lopes Farias
Vogal	Luís Carlos Antunes Barroso
Vogal	José Realinho de Matos
Vogal	Maria Helena Arranhado Carrasco Campos
Vogal	António Manuel Domingues Pires

Posteriormente, a Lei nº 22/2016 de 04 de agosto, veio estabelecer a autonomia jurídica do Metropolitano de Lisboa, EPE, da Companhia Carris de Ferro, S.A., da Transtejo - Transportes Tejo, S.A. e da Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., com efeitos a partir de 01-01-2017, revogando os Decretos-Lei nº98/2012 e 161/2017, de 03 de maio e 29 de outubro respetivamente.

Neste sentido, através da Deliberação Social Unânime por Escrito, de 30 de dezembro de 2016, o acionista Estado designou um novo Conselho de Administração para a Transtejo - Transportes Tejo, S.A. e para a sua participada Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. em acumulação de funções.

Conselho de Administração nomeado para o mandato 2017-2019:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Nomeação 30-12-2016	
Presidente	Marina João da Fonseca Lopes Ferreira
Vogal	Sara Maria Murta Ribeiro
Vogal	José Osvaldo do Carmo Batista Bagarrão (a)
Vogal	Luís Filipe Dias Carvalho Maia (b)

(a) Cessou funções em 14 de dezembro de 2018

(b) Nomeado em 01 de fevereiro de 2019

Considerando que o atraso no processo de aprovação das contas de 2015 não permitiu que esta formalidade fosse cumprida durante a vigência dos mandatos anteriores, os documentos de prestação de contas, assim como este Relatório, serão ratificados pelos elementos do Conselho de Administração em funções, acima identificados.

[2] RCM – Resolução do Conselho de Ministros n.º 1-A/2016, de 7 de janeiro.

1. Apresentação e enquadramento

1.1. Síntese histórica

A sociedade Transtejo – Transportes Tejo, S.A. foi constituída em 17 de dezembro de 1975[3], sob a forma originária de empresa pública, na sequência da nacionalização de cinco operadores privados[4] de transporte fluvial no rio Tejo, como medida de reestruturação e coordenação da atividade dos operadores fluviais do Tejo, assegurando o seu regular funcionamento.

A atividade de transporte fluvial de passageiros no rio Tejo, com carácter de regularidade, destina-se a fazer face à necessidade coletiva essencial de mobilidade entre as duas margens do rio, havendo, nesta medida, que acautelar a satisfação das necessidades da população.

Em 1977 desencadeou-se o primeiro processo de modernização da frota de navios, através da encomenda de construção de 12 Cacilheiros e de um conjunto de obras de expansão e melhoramento das infraestruturas dos portos e terminais, designadamente a construção do terminal do Terreiro do Paço, para as ligações ao Montijo e ao Seixal, e a construção de um terminal em Cacilhas, para passageiros.

Em 21 de julho de 1992, através do Decreto-Lei n.º 150/92 a Transtejo foi transformada em sociedade anónima, mantendo o capital integralmente detido pelo Estado. Nos termos dos estatutos aprovados pelo referido diploma, o seu objeto consubstancia-se na "exploração de transportes fluviais de passageiros, podendo, acessoriamente, explorar os serviços e efetuar as operações civis e comerciais, industriais e financeiras relacionadas, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, com aquele objeto ou que sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a sua realização."

Em 1993 foi constituída a Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes SA, a partir do setor fluvial da CP - Caminhos de Ferro Portugueses, E.P., projeto subjacente à intenção governamental de individualizar a exploração da travessia fluvial Lisboa – Terreiro do Paço/Barreiro, integrada na rede ferroviária a Norte e a Sul do estuário do Tejo. Em 2001, a Transtejo adquiriu a totalidade do capital social da Soflusa, passando a explorar todas as carreiras fluviais no rio Tejo.

[3] Através do Decreto-Lei n.º 701-D/75 de 17 de dezembro

[4] Sociedade Marítima de Transportes, Lda. / Empresa de Transportes Tejo, Lda. / Sociedade de Motonaves, Lda. / Jerónimo Rodrigues Durão, Herd., Lda. / Damásio, Vasquez & Santos, Lda



No final de 2015, o Grupo Transtejo operava cinco (5) ligações fluviais (Montijo – Cais do Sodré, Barreiro – Terreiro do Paço, Seixal – Cais do Sodré, Cacilhas – Cais do Sodré e Trafaria – Porto Brandão – Belém), servidas por navios de passageiros e mistos, de tipo catamarã ou convencional, gerindo 6 terminais e 3 estações fluviais.

Em complemento da atividade de prestação de serviços de transporte fluvial de passageiros, o Grupo Transtejo desenvolve um conjunto de atividades acessórias, contemplando a cedência de espaços para exploração comercial por terceiros (espaços publicitários, espaços comerciais e parques de estacionamento), procurando oferecer aos seus clientes serviços adicionais.

1.2. Missão, Visão e Valores

Considerando a participação total da Transtejo no Capital Social da Soflusa e o projeto de Gestão conjunta das duas sociedades, implementado desde 2002, destaca-se o alinhamento de objetivos e o esforço de aproximação de um padrão de valores organizacionais, sob a mesma visão do negócio, subjacente ao cumprimento de uma Missão que decorre das atividades económicas desenvolvidas, com características e especificidades muito semelhantes, tendo em comum o foco na prestação de um serviço de transporte fluvial de passageiros, integrado num projeto de mobilidade entre as duas margens do rio Tejo.

Missão

O Grupo Transtejo tem como missão a prestação do serviço de transporte público fluvial de passageiros e veículos com padrões elevados de qualidade e segurança, seguindo critérios de sustentabilidade económico-financeira, social e ambiental.

Visão

Promover a mobilidade sustentável, seguindo uma estratégia integrada de transportes para a Área Metropolitana de Lisboa e ser reconhecido pelo seu bom desempenho em termos de conforto, economia de tempo e qualidade do serviço proporcionado aos seus clientes.

Valores

Os valores de natureza ética que regem a atuação do Grupo Transtejo e dos seus colaboradores são, entre outros, os seguintes:

- Respeito pelos direitos das pessoas, pelos princípios da não discriminação, da igualdade de oportunidades e do cumprimento da legislação;
- Proteção do ambiente e promoção da segurança de pessoas e bens;
- Integridade e ética na relação com clientes e fornecedores;
- Melhoria constante do serviço;
- Eficiência nos custos e investimentos para reduzir/conter o esforço financeiro do Estado.

A necessidade de observância e respeito por valores de natureza ética que regem a atuação do Grupo Transtejo e dos seus colaboradores encontra-se enquadrada no Código de Ética, publicado em 2008, documento que reforça o foco na adoção de padrões de conduta, tendo por base princípios de crescimento sustentável, regras de rigor e transparência. Nos termos previstos no artigo 47.º do Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro, o código de ética do Grupo Transtejo encontra-se disponível para consulta nos sites da DGTF e da Transtejo (www.transtejo.pt).

Com o objetivo de melhorar continuamente o serviço de transporte público fluvial e a mobilidade na área metropolitana de Lisboa, mais especificamente entre as margens do rio Tejo, o Grupo Transtejo criou a Carta do Cliente, documento que procura fortalecer a relação entre as empresas do grupo e os seus Clientes, estabelecendo os seguintes compromissos para com o cliente:

- Fornecer um serviço com qualidade, fiável e adequado às expectativas e necessidades dos clientes;
- Reforçar a articulação intermodal;
- Definir horários ajustados e adaptados às necessidades dos clientes;
- Garantir a segurança e proteção dos passageiros;
- Contribuir para a facilitação do quotidiano do cliente;
- Manter canais abertos de comunicação com o cliente, fornecendo a informação e o apoio necessários de forma clara e correta;
- Manter a frota e os terminais fluviais em bom estado de conservação e limpeza;
- Assegurar a qualidade dos Recursos Humanos da Empresa;
- Melhorar o desempenho energético e ambiental das embarcações e terminais, contribuindo para um consumo eficiente dos recursos naturais e para a proteção do rio;
- Atender às reclamações e sugestões dos clientes, utilizando a informação obtida para aperfeiçoamento do serviço;
- Respeitar os direitos humanos agindo com ética, profissionalismo, respeito, honestidade e empatia.

Por outro lado, o mesmo documento procura suscitar as seguintes responsabilidades do Cliente:

- Ser portador de título válido na sala de embarque e no navio (Lei n.º 28/2006, de 4 Julho);
- Respeitar e estimar o bem comum que é o património público, evitando sujar e danificar durante a sua utilização;
- Não fumar dentro do terminal e no navio (Lei n.º 37/2007);

- Respeitar os direitos dos outros clientes e dos colaboradores do Grupo Transtejo, agindo de forma cívica, respeitadora e conscienciosa;
- Respeitar os avisos de segurança e as normas de transporte de animais e de objetos;
- Colaborar com os clientes prioritários e de mobilidade reduzida, sempre que necessário;
- Alertar os colaboradores para a existência de alguma situação anómala ou perigosa;
- Proteger o Tejo e a sua biodiversidade, não poluindo o rio.

A integração do Grupo Transtejo no projeto de gestão conjunta dos operadores de transportes de Lisboa, a par da Companhia Carris de Ferro, S.A. (Carris) e do Metropolitano de Lisboa, EPE (ML), pretendia contribuir para a implementação e desenvolvimento de um novo e dinâmico modelo empresarial, com foco na melhoria da intermodalidade, eficiência e aumento da qualidade dos serviços prestados.

1.3. Empresas do Grupo Transtejo

Diagrama de participações do Grupo Transtejo em 31 de dezembro de 2015:



No final de 2015, o Grupo TRANSTEJO era formado pela TRANSTEJO - Transportes Tejo, S.A. e pela SOFLUSA - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., detida a 100% por aquela.

A OTLIS - Operadores de Transportes da Região de Lisboa (Agrupamento Complementar de Empresas) tem como objeto principal o desenvolvimento, implementação e gestão de novas tecnologias na área da bilhética sem contacto. Responsável pelo Sistema VIVA, presta serviços a mais de duas dezenas de empresas nas áreas da mobilidade e transporte. A OTLIS é detida em partes iguais pela Companhia Carris de Ferro, S.A, CP - Comboios de Portugal, E.P.E., Metropolitano de Lisboa, E.P.E., Transtejo / Soflusa, S.A., Barraqueiro Transportes, S.A., Transportes Sul do Tejo, S.A. e Rodoviária de Lisboa, S.A..

2. Factos relevantes ocorridos em 2015

O exercício de 2015 foi caracterizado pelo desafio, colocado ao Grupo Transtejo, associado à integração da Transtejo e sua participada Soflusa num novo projeto de gestão, no âmbito do desenvolvimento estratégico do Setor dos Transportes, subordinado ao objetivo de "***incremento da interoperabilidade entre os diversos modos de transporte público na área metropolitana de Lisboa, aliado ao foco de racionalização de custos nas empresas do setor***".

Com efeito, considerando o regime de acumulação de funções previsto no Decreto-Lei n.º 161/2014 de 29 de outubro, foi nomeado um Conselho de Administração único e comum para as sociedades Transtejo, Soflusa, ML e Carris, com efeitos a partir de 8 de janeiro de 2015, aprovado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2015 de 14 janeiro.

Como evidência da aproximação de novos desafios, assinalou-se a reformulação do Plano de Atividades e Orçamento para o exercício económico de 2015, com a consequente apresentação de um aditamento, contemplando os efeitos de um conjunto de medidas operacionais, destacando-se as que se dirigiram em particular à Transtejo e sua participada Soflusa:

- Gestão integrada dos recursos humanos da área operacional, tendo em vista a concentração da atividade operacional referente ao modo "Navio";
- Otimização da gestão conjunta da frota de navios, com efeitos na redução do número de unidades necessárias, dos gastos de manutenção, do consumo de combustível e de outros gastos diretamente associados à operação;
- Reestruturação da atividade de manutenção (frota de navios e pontões);
- Centralização das operações de controlo de tráfego;
- Reformulação de horários e revisão de escalas, visando a redução do número de tripulações necessárias para a operação.

Estas medidas constituíam fatores facilitadores da concentração empresarial, tendo em vista potenciar a já referida concretização da fusão por integração da Soflusa na Transtejo, ao longo do exercício de 2015.

Como adiante se explicará, o exercício de 2015 constituiu um marco relevante no modelo de gestão desta sociedade, salientando-se a alteração da Macroestrutura e a redistribuição física dos colaboradores do Grupo Transtejo pelos vários edifícios das Empresas integradas (Transtejo, ML e Carris), subjacentes a uma lógica de concentração por unidade orgânica.

Destaca-se ainda a formalização da transferência da sede executiva da Empresa para o edifício do ML situado na Avenida Fontes Pereira de Melo, em Lisboa.

O painel seguinte apresenta os principais indicadores de desempenho, evidenciando de forma sistematizada os resultados alcançados em 2015 nas dimensões Oferta, Procura, Qualidade do Serviço, Frota, Recursos Humanos e Resultados, contextualizados numa série histórica homóloga referente ao período 2013-2015. Nos capítulos específicos deste relatório será efetuada análise mais aprofundada sobre o desempenho no exercício.

INDICADORES DE ATIVIDADE		2015	2014	2013	Var. 2015/2014 Abs.	Var. 2015/2014 %
Indicadores de PROCURA						
PT (Passageiros Transportados)	Un.	15 583 630	15 282 618	15 218 386	301 012	2,0%
PKT (Passageiros x Km)[1]	Un.	106 702 107	106 008 727	111 155 045	693 380	0,7%
Indicadores de OFERTA						
LKO (Lugares x Km)[1]	Un.	452 597 326	451 690 284	464 179 155	907 042	0,2%
Qualidade de Serviço						
Regularidade	%	98,93%	99,25%	98,22%	-0,32 pp	-
Taxa de Ocupação	%	23,58%	23,47%	23,95%	0,11 pp	-
INDICADORES DE RH		**2015**	**2014**	**2013**	**Var. 2015/2014**	
Nº de efetivos a 31.DEZ	Un.	450	472	479	-22	-5%
Número médio de efetivos	Un.	463	475	501	-12	-3%
Massa Salarial	Milhares€	9 853	9 207	10 067	645	7%
Indemnizações por Rescisão	Milhares€	624	63	355	561	894%
ESTRUTURA ACIONISTA		**2015**	**2014**	**2013**	**Var. 2015/2014**	
Total do Capital Social	Milhares€	58 248	56 839	53 000	1 409	2%
Cap. Social detido pelo Estado	%	100	100	100	0 pp	-
SITUAÇÃO PATRIMONIAL		**2015**	**2014**	**2013**	**Var. 2015/2014**	
Ativo não corrente	Milhares€	38 820	45 262	59 921	-6 442	-14%
Ativo corrente	Milhares€	9 649	4 912	6 638	4 737	96%
Total Ativo	Milhares€	**48 469**	**50 174**	**66 559**	-1 705	-3%
Capital Próprio	Milhares€	(182 710)	(173 412)	(171 823)	-9 298	5%
Passivo	Milhares€	231 179	223 586	238 381	7 593	3%
Total Capital Próprio e Passivo	Milhares€	**48 469**	**50 174**	**66 559**	-1 705	-3%
INVESTIMENTOS	Milhares€	**2015**	**2014**	**2013**	**Var. 2015/2014**	
Renovação e Beneficiação Infraestrutura	Milhares€	-	-	-	-	-
Renovação e Beneficiação de Frota (Navios e Pontõ	Milhares€	39	392	329	-352	-90%
Outros Investimentos	Milhares€	14	88	192	-74	-84%
DESPESA DE INVESTIMENTO	Milhares€	**53**	**479**	**522**	-426	-89%
INDICADORES DE ESTRUTURA	Milhares€	**2015**	**2014**	**2013**	**Var. 2015/2014**	
Passivo Remunerado	Milhares€	193 696	181 608	173 625	12 087	7%
Autonomia Financeira %	%	-377,0%	-345,6%	-258,2%	-31,3 pp	-
Solvabilidade %	%	-79,0%	-77,6%	-72,1%	-1,5 pp	-
INDICADORES FINANCEIROS	Milhares€	**2015**	**2014**	**2013**	**Var. 2015/2014**	
Prazo médio de pagamentos (PMP)	Dias	61	78	79	-17	-22%
Volume de Negócios	Milhares€	14 771	14 821	14 773	-50	0%
EBITDA *(ajustado)*[2]	Milhares€	-6 045	877	-7 478	-6 923	-789%
Margem do EBITDA *(ajustado)*	%	-40,93%	5,92%	-50,62%	-46,85 pp	-791%
Rendimentos Operacionais[3]	Milhares€	20 590	29 567	23 493	-8 977	-30%
Gastos Operacionais *(sem indemnizações por rescisão)*	Milhares€	26 011	28 627	30 616	-2 615	-9,1%
Gastos Operacionais por Passageiro Transportado	€	1,67	1,87	2,01	-0,20	-11%
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais	%	79,16%	103,28%	76,73%	-24,13 pp	-23%

1) Valores de 2014 reexpressos tendo em conta as distâncias das ligações consideradas em 2015, para efeitos de comparabilidade

2) Exclui Provisões e efeitos extraordinários

3) Exclui Reversões, Ajustamentos e efeitos extraordinários

4) Exclui Provisões + Ajustamentos + Amortizações

Principais destaques na evolução 2014-2015:

- Aumento da Procura (+2% de passageiros transportados);
- Ligeiro aumento da Taxa de Ocupação (+0,11pp);
- Redução de 5% do número de efetivos a 31 de dezembro;
- Aumento da Massa Salarial (7%) e das indemnizações por rescisão (+894%);
- Redução do Investimento (-89%);
- Aumento do Passivo Remunerado (+7%);
- Redução do PMP (-17 dias);
- Agravamento do EBITDA Ajustado (791%);
- Decréscimo dos Rendimentos Operacionais (-30%) e dos Gastos Operacionais (-11%);
- Agravamento da Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais (-24,13pp).

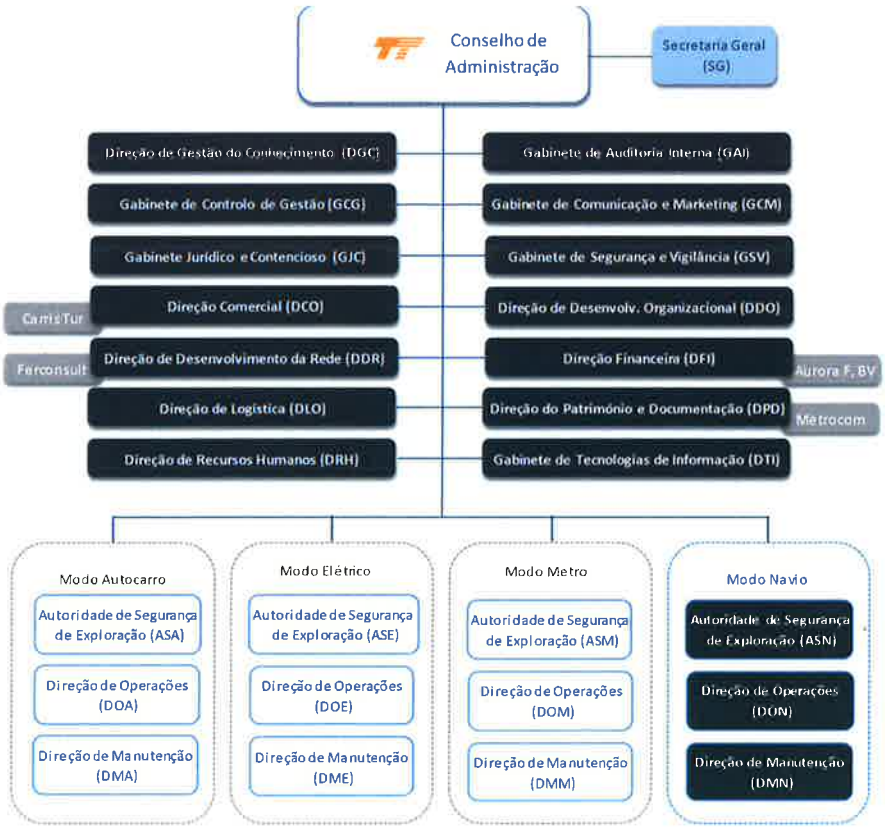


3. Estrutura Organizacional

O projeto de gestão conjunta das empresas de transportes de Lisboa pressupunha a implementação de um novo modelo organizacional, procurando maximizar sinergias, otimizar recursos e alcançar melhorias ao nível da contenção de gastos operacionais. Destaca-se, neste sentido, o projeto de gestão integrada de serviços partilhados, otimização da gestão dos recursos humanos das áreas corporativas, uniformização de procedimentos, desmaterialização de processos e melhorias ao nível dos sistemas de informação.

Considerando a nomeação de um Conselho de Administração comum às referidas empresas, foi aplicado a partir de 18 de maio de 2015 um novo Modelo Organizacional, consubstanciado num Manual de Organização que enquadrou as atribuições da nova Macroestrutura. Neste documento de enquadramento foram ainda aprovadas as dependências hierárquicas e funcionais dos novos órgãos de Direção, nomeados os seus responsáveis e aprovado o respetivo estatuto remuneratório.

Como principal característica deste novo Modelo Organizacional, comum às 4 empresas, destaca-se a concentração das áreas corporativas e de suporte, tendo os colaboradores do Grupo Transtejo sido integrados em equipas transversais numa lógica de serviços partilhados. Este modelo manteve, porém, individualizado cada um dos 4 modos de transporte (Autocarro, Elétrico, Metro e Navio), numa perspetiva de posterior subconcessão da operação, que numa primeira fase se encontrava prevista para o modo Metro e Autocarro.



4. Atividade

4.1. Atividade Comercial

A Estratégia Comercial do Grupo Transtejo em 2015 foi fortemente influenciada pela junção das diversas áreas comerciais que compõem as quatro empresas que integram o universo da Transportes de Lisboa: Transtejo, Soflusa, Metropolitano de Lisboa e Carris.

Paralelamente à mudança estrutural verificada, a estratégia comercial foi generalizada às quatro empresas, com o objetivo de consolidar a tendência de crescimento da procura verificada nos últimos anos na Transtejo, na Soflusa e no Metro, e a inflexão da perda de passageiros que se verificava na Carris, através da captação de novos clientes (antigos utilizadores dos transportes públicos ou exclusivamente utilizadores do transporte individual).

Por outro lado, procurou-se reforçar a política de parcerias com *players* estratégicos, através da implementação de novos projetos geradores de receitas complementares, potenciadores de uma mobilidade mais sustentada e ajustada aos desejos dos nossos clientes.

4.1.1. Atividade desenvolvida

Das diversas ações desenvolvidas destacam-se as seguintes, face à mais-valia observada pela sua aplicação no âmbito do apoio e Informação ao cliente:

- Adesão de dois novos operadores ao título Zapping, Fertagus e Metro Sul do Tejo, associando-se assim aos já aderentes: Carris, Metro, Transtejo/Soflusa, CP;
- Criação de novos escalões de carregamento;
- Integração do Grupo Transtejo na rede de Espaços Cliente da Carris e do Metro;
- Integração do Grupo Transtejo no Centro de Atendimento da Carris e do Metro;
- Alargamento das funções do centro de apoio interno do Metropolitano de Lisboa, prestando também apoio aos agentes de fiscalização da Transtejo, Soflusa e Carris;
- Promoção da mobilidade dos colaboradores das quatro empresas, nos serviços de apoio e informação ao cliente: Centro de Atendimento e Espaços Cliente;
- Introdução de melhorias na informação ao cliente, relativa aos títulos de transporte existentes e utilização dos modos. A título de exemplo refere-se a realização da campanha "validação".

4.1.2. Procura

O comportamento da Procura no ano de 2015 veio consolidar o crescimento verificado nos anos anteriores.

A comprová-lo evidencia-se o resultado do indicador "Passageiros com Título Pago", com um acréscimo de +2,08%, ou 1,96% se incluirmos as validações dos passageiros transportados com títulos gratuitos.

Tabela 1 - Passageiros Transportados (2013-2015)

Passageiros - Validações		2013	2014	2015	Var. % 2015/14
Títulos ocasionais	10^3	**3 256**	**3 412**	**3 649**	**6,95**
Bilhetes Simples	10^3	2 277	2 324	2 442	5,08
Bilhetes Veículos	10^3	27	26	32	23,08
Zapping	10^3	952	1 059	1 170	10,48
Cartão bancário	10^3	0	3	5	66,67
Passes	10^3	**11 749**	**11 721**	**11 799**	**0,67**
Próprios	10^3	1 270	1 299	1 330	2,39
Intermodais	10^3	4 148	3 875	3 840	-0,90
Combinados	10^3	6 331	6 494	6 570	1,17
Outros - sem título associado	10^3		53	59	11,32
Total com títulos pagos	10^3	**15 005**	**15 133**	**15 448**	**2,08**
Transporte gratuitos e fraude	10^3	214	164	149	-9,15
Total transportados	10^3	**15 219**	**15 297**	**15 597**	**1,96**

Nos quadros seguintes apresenta-se a evolução da procura desagregada por linha, sendo as quatro primeiras linhas exploradas pela Transtejo e a quinta linha "Barreiro - Terreiro do Paço" pela Soflusa.

Tabela 2 - Passageiros e Passageiros km transportados (2013-2015)

Passageiros Transportados (10^3)*

Linhas Fluviais	2013	2014	2015	Var % 2015/14
Montijo - Cais do Sodré**	940	936	937	0,11
Seixal - Cais do Sodré	1 168	1 143	1 155	1,05
Cacilhas - Cais do Sodré	5 256	5 259	5 531	5,17
Trafaria - Porto Brandão - Belém	308	335	361	7,76
Barreiro - Terreiro Paço	7 546	7 610	7 600	-0,13
Total	**15 218**	**15 283**	**15 584**	**1,97**

*Excluindo fraude
** A partir de julho de 2015 esta ligação foi transferida para o Cais do Sodré na sequência do incidente com a estaca do pontão situado no Terminal do Terreiro do Paço.

Passageiros km transportados (10^3)

Linhas Fluviais	km	2013	2014	2015	Var % 2015/14
Montijo - Cais do Sodré**	13,752	12 922	12 875	12 881	0,05
Seixal - Cais do Sodré	8,496	9 926	9 713	9 810	1,00
Cacilhas - Cais do Sodré	2,150	11 301	11 306	11 892	5,18
Trafaria - Porto Brandão - Belém	3,559	1 095	1 191	1 283	7,72
Barreiro - Terreiro Paço	9,320	70 334	70 923	70 836	-0,12
Total		**105 578**	**106 008**	**106 702**	**0,65**

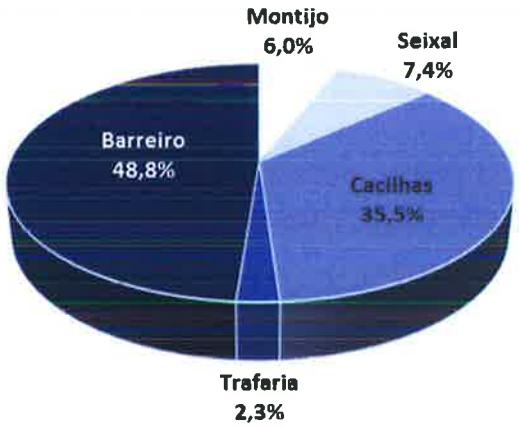
Passageiros.km Transportados - reexpressos em 2014 e 2013 para efeito de análise de desvios

Da análise efetuada por ligação fluvial, destaca-se o acréscimo de 5,2% do número de passageiros transportados na ligação Cacilhas - Cais do Sodré, mantendo-se a tendência de crescimento da procura na ligação Trafaria -

Porto Brandão - Belém (+7,7%) motivada essencialmente, pelo acréscimo do transporte de veículos, +23% que no ano anterior, mantendo-se praticamente inalterada nas restantes linhas fluviais.

Na estrutura de procura por ligação fluvial, verifica-se que mais de 13,1 milhões dos passageiros fazem-se transportar nas ligações do Barreiro e Cacilhas representando no seu total 84% do Grupo Transtejo.

Gráfico 1 - Procura por ligação fluvial (2015)



Na estrutura de procura por títulos de transporte, manteve-se a tendência de crescimento dos títulos combinados, representando cerca de 42% do total dos passageiros transportados com título pago, aos quais se seguiram os passes intermodais (25%) que apresentam desde 2013 uma tendência ligeira de decréscimo.

Com exceção da ligação Barreiro/Lisboa, foi notória a crescente preferência dos passageiros pelos títulos ocasionais (bilhetes simples e zapping) representando em termos de estrutura 23%, registando uma variação positiva de 7%, mantendo-se ao nível dos passes intermodais uma redução da preferência dos clientes do Grupo Transtejo em quase 1%.

4.1.3. Receita Tarifária

As receitas tarifárias situaram-se acima das receitas auferidas no ano transato, apresentando um acréscimo de +3,1% para o Grupo Transtejo.

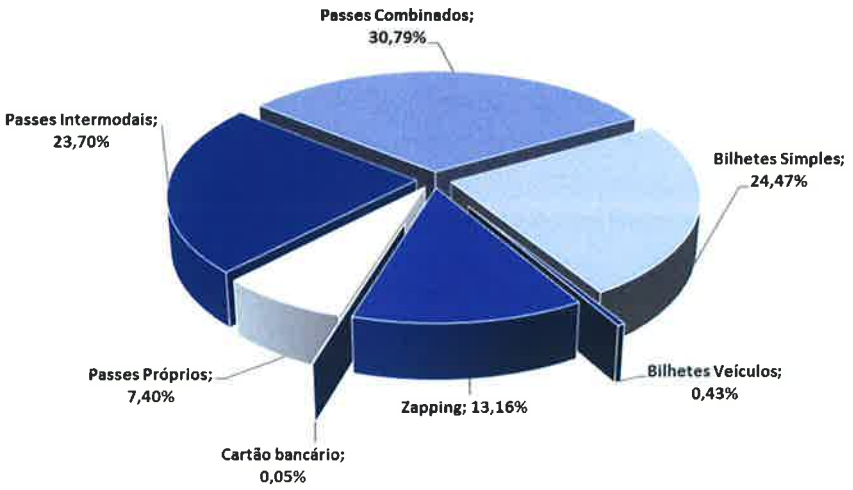
A alteração de preferência dos nossos passageiros por Títulos Ocasionais é responsável por este acréscimo com uma variação positiva de 6,4%, para o qual contribuiu o zapping com uma variação positiva de +8,6%. Também as receitas dos Passes em relação ao ano de 2014 apresentaram uma ligeira variação de +1,2%.

No que se refere aos Passes, o ligeiro aumento deveu-se ao acréscimo das vendas no sistema dos títulos combinados, principalmente os títulos denominados Navegantes.

Tabela 3 - Receitas tarifárias por título de transporte (2015)

	Títulos de transporte		2013	2014	2015	Var. % 2015/14
Receitas (sem IVA)	**Títulos ocasionais**	10^3 €	**5 110**	**5 270**	**5 609**	**6,4**
	Bilhetes	10^3 €	3 436	3 436	3 609	5,0
	Bilhetes - Veículos	10^3 €	49	51	63	23,5
	Zapping	10^3 €	1 625	1 783	1 937	8,6
	Passes	10^3 €	**9 148**	**9 005**	**9 111**	**1,2**
	Próprios	10^3 €	1 108	1 076	1 089	1,2
	Combinados	10^3 €	4 330	4 457	4 533	1,7
	Intermodais	10^3 €	3 710	3 472	3 489	0,5
	Total das receitas		**14 258**	**14 275**	**14 720**	**3,1**

Gráfico 2 - Receitas Acumuladas (2015)



4.1.4. Receita não tarifária

Em complemento do serviço de transporte de passageiros, foram desenvolvidas no Grupo Transtejo um conjunto de atividades complementares, visando não só a rentabilização dos espaços comerciais disponíveis nos Terminais, promovendo a concessão de áreas para diversos ramos de negócio, bem como a colocação de publicidade. Salientou-se ainda, a rentabilização dos pontões por via de atracações de embarcações de terceiros e da rentabilização da frota de navios, através do fretamento de navios para a realização de eventos privados diversos, como conferências de imprensa, apresentações, passagens de modelos, exposições ou festas.

O Grupo Transtejo disponibiliza aos seus clientes, por meio de concessões à exploração privada, um serviço de estacionamento de veículos, complementar ao modo de transporte fluvial, possibilitando a utilização dos Parques de Estacionamento situados nos Terminais do Barreiro, Montijo e Seixal a preços acessíveis.

O Grupo Transtejo manteve ao longo de 2015 a gestão dos contratos com a Carristur - exploração dos passeios turísticos no rio Tejo, e com a MOP - Multimédia Outdoors Portugal - comercialização dos espaços publicitários do Grupo.

No âmbito das receitas complementares diretamente associadas à atividade comercial, que representaram em 2015 cerca de 1,2 M€, destacou-se a venda de cartões Viva Viagem e personalização de títulos Lisboa Viva pelo valor de 378 mil €, bem como as receitas com Licenças de Ocupação (+32% face a 2014) que totalizaram 364 mil €.

Ainda no decurso de 2015 foi celebrado um protocolo entre o grupo Transtejo e a Carristur visando a regulação da atividade de Turismo "Cruzeiros no Tejo" que passou a ser explorada em parceria com aquela empresa, no âmbito do produto comercial "*Yellow Boat - Lisbon Sightseeing Cruise*".

4.1.5. Combate à fraude

A fraude nos transportes públicos é um fenómeno transversal, que abrange todas as idades, géneros e meios sociais.

A publicação da Portaria 241-A/2013 de 31 de julho e o despacho n.º 8946-A/2015 de 11 agosto de 2015, que estabelecem as regras gerais de cálculo de compensações financeiras e de repartição de receitas dos passes intermodais, entre Operadores de transporte coletivo de passageiros da Área Metropolitana de Lisboa, com base nas validações registadas pelo sistema de bilhética, veio, ainda, dar maior relevo à importância do combate à fraude pelo impacto negativo que esta tem nas receitas da empresa.

Assim, a recuperação de receitas, por contenção e posterior redução da fraude, assume uma importância fundamental.

Analisada a taxa de fraude detetada, que resulta do número de coimas emitidas face às abordagens efetuadas, verificou-se a manutenção da taxa detetada num valor muito baixo, da ordem dos 0.09% para o Grupo Transtejo, dado o método de controlo existente por parte das equipas de vigilância e fiscalização na transposição das barreiras nos terminais e estações e respetivos navios.

O limitado número de efetivos associado às equipas de fiscalização, bem como à obsolescência e ausência de equipamentos de fiscalização têm nos últimos anos condicionando a atividade de fiscalização.

Como nota final, importará salientar que a competência para a instauração e instrução dos processos de contraordenação, relativos ao tipo de infrações, bem como a decisão de aplicação das respetivas coimas, não se encontra atribuída aos operadores de transporte analisados, mas, e nos termos da Lei n.º 28/2006 de 4.07, com a redação dada pela Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT).

Contudo, no final de 2015 ainda não tinha sido possível que esta Autoridade implementasse o sistema de cobrança, o que originou o agravamento do sentimento de impunidade dos clientes em fraude, tornando cada vez mais recorrente a sua prática.

4.2. Oferta

O ano de 2015 registou uma estabilização da oferta relativamente ao período homólogo, mantendo em vigor os ajustamentos efetuados em 2012 (ano em que foi aplicado um conjunto de medidas estruturantes, envolvendo a redução do número de ligações fora das horas de ponta e aos fins de semana). Para efeitos de análise da variação com o período homólogo, incluiu-se na tabela uma coluna extra em 2014 (LKO'), na qual os valores de lugares.km refletem as alterações das distâncias das várias ligações efetuadas em 2014 e consideradas em 2015.

Tabela 4 - Indicadores de Oferta (2013-2015)

Linhas Fluviais	2015			2014				2013*		
	Viagens	H. Serviço	LKO	Viagens	H. Serviço	LKO	LKO'	Viagens	H. Serviço	LKO
Montijo - Cais do Sodré**	12 932	8 000	87 246 662	12 893	8 004	85 268 075	84 971 490	12 780	7 918	82 329 337
Seixal - Cais do Sodré	15 625	8 526	51 428 777	15 563	8 478	50 592 486	51 170 686	15 499	8 480	52 454 732
Cacilhas - Cais do Sodré	53 424	15 300	56 366 086	53 280	16 132	56 421 819	54 890 005	52 920	17 768	56 285 754
Trafaria - Porto Brandão - Belém	9 855	6 250	18 392 224	9 850	6 073	17 832 029	21 275 105	9 779	5 742	19 297 572
Barreiro - Terreiro Paço	42 767	14 256	239 163 577	42 844	14 281	256 848 710	239 382 998	42 303	14 101	253 811 760
TOTAL	134 603	52 331	452 597 326	134 430	52 967	466 963 119	451 690 284	133 281	54 009	464 179 155

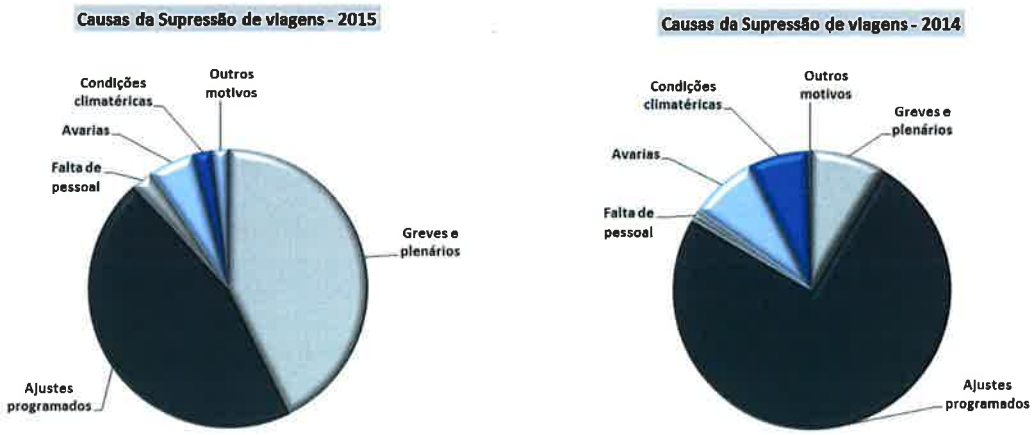
LKO - Lugares.km Oferecidos

** Até outubro de 2013 esta ligação esteve deslocada para o Cais do Sodré por motivo de obras no Terreiro do Paço*

*** A partir de julho de 2015 esta ligação foi transferida para o Cais do Sodré na sequência do incidente com a estaca do pontão situado no Terminal do Terreiro do Paço.*

Durante o ano de 2015 foram suprimidas 1.613 viagens programadas, o que representou um aumento de 32% face a 2014. Ainda assim, assinala-se um ligeiro acréscimo das viagens realizadas relativamente ao ano anterior (+0,13%; +173 viagens). Comparativamente a 2014, o maior motivo de supressões continuou a ser a necessidade de efetuar ajustes programados, associados a ajustes de horários com aviso prévio, por motivo de férias e outros eventos, mas as situações de greve e plenários aumentaram bastante face a 2014. No seu conjunto, estes dois motivos originaram 88% do número de viagens suprimidas (1.421 viagens).

Gráfico 3 - Causas da supressão de viagens em 2015 e 2014



As ligações fluviais de Cacilhas e Barreiro continuaram a apresentar os melhores índices de ocupação da frota (relação entre a Oferta e a Procura, aferida pelo número de passageiros km transportados, relativamente ao número de lugares km oferecidos).

Gráfico 4 - Taxa de Ocupação por Ligação Fluvial - 2015



4.3. Reclamações

Relativamente ao ano transato, o Grupo Transtejo registou um aumento de 95% no número de reclamações recebidas. A discriminação por motivos permite perceber que os aumentos mais significativos decorreram nas reclamações relativas ao atendimento, às instalações dos terminais / estações e Diversos/Outros, que representaram cerca de 70% das reclamações registadas em 2015.

Tabela 5 - Motivos das reclamações

Motivos	2015	2014	Var. 2015/2014 Abs.	Var. 2015/2014 %
Atendimento	372	216	156	72,22%
Equipamentos	43	45	-2	-4,44%
Instalações terminais / estações	257	74	183	247,30%
Embarcações	70	4	66	1650,00%
Horários	215	159	56	35,22%
Suportes lisboa viva	49	49	0	0,00%
Suportes viva viagem	24	22	2	9,09%
Diversos / outros	173	48	125	260,42%
Total	**1203**	**617**	**586**	**94,98%**

O referido aumento do número de reclamações, relativamente ao período homólogo, é imputável aos motivos abaixo discriminados:

- Instalações terminais/estações: casas de banho a funcionar com insuficientes condições de limpeza e/ou encerradas;
- Atendimento faturas: Impossibilidade de obtenção imediata, no ato da compra do título de transporte, de uma fatura idónea para efeitos de dedução à coleta em sede de IRS e para dedução em sede de IVA.

- Atendimento nos terminais/estações: alegado deficiente atendimento/apoio prestado por Bilheteiros, Operadores Comerciais e Fiscais nas relações que estabelecem com os clientes.
- Diversos/Outros: greves parciais realizadas (três horas por turno de serviço) a 14, 15, 21, 22 e 23 de setembro.

4.4. Frota

No final de 2015, a frota do Grupo Transtejo era composta por 30 navios com a seguinte tipologia:

Ilustração 1 - Frota Operacional do Grupo Transtejo 2015



Classe Damen – 8 navios
Catamarans com capacidade para 600 passageiros.
Idade média: 11 anos

Classe Austal – 2 navios
Catamarans com capacidade para 292 passageiros.
Idade média: 13 anos

Navio Fantasia
Catamaran com capacidade para 150 passageiros.
Idade média: 16 anos

Classe Algés – 7 navios
Catamarans com capacidade para 496 passageiros.
Idade média: 18 anos

Classe S. Jorge – 1 navio
Monocascos com capacidade para 1000 passageiros.
Idade média: 23 anos

Classe Cacilhense – 6 navios
Monocascos com capacidade para 476 passageiros.
Idade média: 34 anos

Classe Alemã – 1 navio
Monocasco com capacidade para 280 passageiros.
Idade média: 56 anos

Ferry catamaran – 2 navios
Ferries com capacidade para 360 passageiros e 29 veículos.
Idade média: 5 anos

Ferry monocasco - 2 navios
Ferries com capacidade para 346 passageiros e 24 veículos.
Idade média: 57 anos

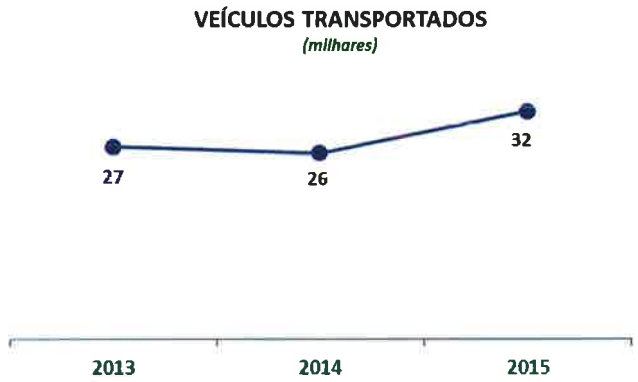
Destacam-se as alienações dos navios "Montes Claros", da classe Cacilhense, "Martim Moniz", da classe S. Jorge (Frota Transtejo), e "Augusto Gil", da classe Damen (Frota Soflusa), ocorridas em julho de 2015 e dezembro de 2015, respetivamente.

4.5. Transporte de Veículos

Em 26 de abril de 2014 ocorreu a transferência do serviço de transporte de veículos da ligação Cacilhas - Cais do Sodré para a ligação Trafaria - Belém - Porto Brandão. Esta alteração na oferta constituiu uma medida de otimização de recursos do Grupo Transtejo, visando a racionalização de custos da operação e dando simultaneamente resposta à necessidade de assegurar a disponibilidade de frota para operar naquela ligação.

A alteração operacional implementada a partir de abril de 2014 contemplou a oferta de um conjunto de condições e vantagens económicas para os clientes. Depois de em 2014, os níveis de procura se terem mantido semelhantes ao ano anterior, 2015 registou um aumento da procura em cerca de 23%, conforme se demonstra no gráfico seguinte.

Gráfico 5 – Evolução do número de veículos transportados 2013-2015



4.6. Segurança de Exploração (Safety)

Na sequência do novo modelo de Gestão que entrou em vigor em maio de 2015, foi constituída a Autoridade de Segurança de Exploração no modo Navio, assumindo um conjunto de competências anteriormente integradas na Direção de Segurança e Ambiente do Grupo Transtejo.

Desde modo, segregando as funções de *security*, que passaram a ser geridas por uma área corporativa comum a todas as empresas (Gabinete de Segurança e Vigilância), as autoridades de segurança da exploração de cada modo passaram a dar cumprimento às obrigações em matéria de *safety* decorrentes da aplicação do Despacho n.º 1094/98 (2.ª série), de 19 de janeiro, emitido pelo Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território.

No cumprimento da sua missão, a autoridade de segurança específica deste modo de transporte procurou dar início à sua atividade estabelecendo o plano de *safety* focalizado na segurança das operações de transporte de passageiros por via fluvial e procurando identificar o conjunto de ações de resposta à emergência, devidamente especificadas, a observar pelos tripulantes dos navios e demais intervenientes nas operações de exploração em estações / terminais, de modo a minimizar ou anular situações de risco.

5. Gestão Corporativa

O modelo organizacional implementado a partir de maio de 2015 teve como principal característica a concentração das áreas de Gestão Corporativa e de suporte, constituídas por equipas transversais integrando colaboradores das 4 empresas (Carris, Metro, Transtejo e Soflusa).

5.1. Segurança (Security)

No âmbito das atividades desenvolvidas pela área da Segurança e proteção de pessoas e bens, em matéria de *Security*, destacaram-se no que respeita ao Grupo Transtejo, as seguintes iniciativas:

- Elaboração dos Planos de Segurança dos edifícios de Cais do Sodré;
- Averiguações periódicas aos equipamentos de primeira intervenção na deteção de incêndio, bem como equipamento elétricos e eletrónicos dos terminais, edifícios e material flutuante, este último apenas no primeiro semestre (atribuição transferida para a ASN no 2.º semestre de 2015);
- Atualização do Plano de Emergência Interno para terminais e navios, estes últimos apenas no primeiro semestre (atribuição transferida para a ASN no 2.º semestre de 2015);
- Manutenção e controlo do Material e equipamentos de segurança dos edifícios e estações.
- Acompanhamento de ações de controlo e identificação de passageiros nas várias carreiras do Grupo Transtejo, realizadas pela Polícia Marítima e pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
- Análise das causas e circunstâncias de todas as ocorrências/acidentes registadas e implementação de medidas para sua eliminação;
- Aquisição e distribuição de fardamento e EPI (Equipamentos de Proteção Individual);
- Gestão, manutenção e controlo dos equipamentos do sistema de videovigilância e deteção de incêndio.

5.1.1. Higiene e Segurança no Trabalho

As atividades de maior relevância desenvolvidas na área da Higiene e Segurança no Trabalho, durante o ano de 2015, foram as seguintes:

- Visitas semanais a embarcações, terminais, pontões, zonas de refeições e à Doca 13;
- Avaliações da qualidade do ar no interior das instalações;
- Avaliações dos riscos de funções.

5.1.2. Sinistralidade

Ainda em matéria de gestão da segurança, enquadra-se o acompanhamento da sinistralidade, com destaque para o registo e acompanhamento das principais ocorrências verificadas em 2015:

Tabela 6 - Indicadores de Sinistralidade (2013-2015)

SINISTRALIDADE	2015	2014	2013	Var. 15/14 Abs.	Var. 15/14 %
Emergências	1	2	1	-1	-50,0%
Acidentes de Trabalho	50	56	53	-6	-10,7%
Acidentes com Passageiros	36	53	44	-17	-32,1%
Acidentes Criminais	55	36	40	19	52,8%
Outros	66	72	73	-6	-8,3%

Enquadramento das principais ocorrências verificadas em 2015:

- Emergências: em 2015 registou-se uma ocorrência, que não resultou em danos materiais ou feridos, tendo como consequência apenas atraso na carreira;
- Acidentes de trabalho: redução de 6 acidentes de trabalho relativamente ao período homólogo e consequente redução de 83 dias de baixa. Tal como em anos anteriores, a maior parte dos acidentes de trabalho ocorreram na DON (38 acidentes, mais um que em 2014), seguido da DMN (7 acidentes, menos 5 acidentes que 2014). Por categoria profissional continuam a predominar os acidentes com marinheiros e maquinistas;
- Acidentes com passageiros: em 2015 verificou-se uma acentuada redução do número de acidentes com passageiros (menos 17 acidentes). Dos acidentes ocorridos, destacam-se os resultantes de desequilíbrio (12), de escorregamento (11) e de tropeçamento (6). Pode relacionar-se o número e tipologia dos acidentes com passageiros com questões mobilidade, considerando que a média etária dos passageiros sinistrados em 2015 foi de 51 anos;
- Acidentes criminais: em 2015 verificou-se um aumento de 19 ocorrências, relativamente a 2014, em grande parte devido a entradas fraudulentas sem título de transporte nos terminais do Barreiro e Terreiro do Paço;
- Outros acidentes: o número de ocorrências desta tipologia tem vindo a diminuir desde 2011, sendo que, relativamente a 2014, se verificou novamente uma redução de 6 ocorrências.

5.2. Gestão Ambiental

As atividades de maior relevância desenvolvidas na área da Gestão Ambiental durante o ano de 2015 foram as seguintes:

- Manutenção das rotinas de controlo previstas no Sistema de Gestão Ambiental (SGA);
- Realização de ações de formação para a Gestão e Controlo de Resíduos;
- Realização de ações de formação em Eco Condução;
- Continuação da implementação do Plano de Racionalização do Consumo de Energia;

- Realização de uma auditoria interna ao cumprimento dos requisitos legais em matéria de Qualidade, Ambiente e Higiene e Segurança do trabalho.

Em 2015, o Grupo Transtejo foi alvo de uma inspeção realizada pela Inspeção-Geral dos Ministérios do (i) Ambiente, do (ii) Ordenamento do Território e Energia e (Iii) da Agricultura e do Mar, nas instalações do Barreiro.

5.3. Relações Internacionais

O Grupo Transtejo manteve, em 2015, a sua participação de forma ativa em grupos de trabalho e fóruns internacionais, promovendo a partilha de práticas essenciais para o incremento do seu negócio, bem como a importação de medidas e práticas potenciadoras da sua responsabilidade empresarial, interna e externa, a partir das seguintes organizações:

- CEEP - "*European Centre of Employers and Enterprises providing Public Services*", intervenção prioritariamente focada no Comité "*Local Enterprises*";
- UITP - "*International Association of Public Transport*". A Transtejo e a Soflusa integraram e participaram na comissão dedicada ao transporte fluvial, nomeadamente a *Waterborne Transport Platform*.

5.4. Auditoria Interna e Gestão de Risco

Auditorias Internas

Destaca-se a realização, no último semestre do ano de 2015, de uma auditoria interna aos procedimentos de venda e de gestão dos cofres dos Terminais/Estações fluviais da Soflusa.

Gestão do Risco

O Grupo Transtejo tem aprovado e implementado, desde 28 de Janeiro de 2010, um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), dando cumprimento à Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 1 de julho de 2009, onde se identificam as áreas que potencialmente podem ser sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os principais riscos daí decorrentes, os controlos instituídos que visam a sua mitigação e prevenção, os seus impactos e a sua probabilidade de ocorrência. O Plano encontra-se divulgado no site do Grupo[5].

[5] http://www.transtejo.pt/empresa/documentos-oficiais/

5.5. Sistemas de Informação

Para além da atividade contínua e permanente de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas em exploração no Grupo Transtejo, ao longo de 2015 foram desenvolvidas melhorias e/ou benefícios em três vertentes específicas:

- Implementação de melhorias funcionais;
- Implementação de projetos;
- Estudo/análise para a implementação de projetos.

A implementação de **melhorias funcionais** foi realizada em diversos sistemas, destacando-se as seguintes ações:

- Portal - implementação de várias soluções, tais como: lista telefónica comum (Carris, Metro, Transtejo, Soflusa);
- Sistema SAP R/3 - implementação de várias melhorias e funcionalidades referindo-se em seguida as principais:
    - Implementação de melhorias na Gestão documental, nomeadamente desenvolvimento de um cockpit para a gestão integrada de documentos, integração com o Outlook, diferenciação de documentos por empresa;
    - Melhorias na aplicação gestão de clientes para integração de reclamações de todas as empresas (Carris, Metro, Transtejo, Soflusa);
    - Desenvolvimento de ferramentas para encerramento do ano no sistema *Workflow*;
    - Implementação de Pedidos de Material não *stock*;
    - Implementação de *Workflow* de aprovação;
    - Geração de números de compromisso, no âmbito da aplicação da LCPA (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso);
    - Gestão do orçamento e apoio ao processo de orçamentação.

No que se refere à **implementação de projetos**, salientaram-se os seguintes:

- Interligação das Redes de voz e dados (Carris, Metro, Transtejo, Soflusa);
- Disponibilização de uma Consola de Gestão Documental para a Administração;
- Integração dos serviços de domínio e e-mail;
- Interoperabilidade do ambiente de trabalho de cada uma das empresas em qualquer localização;
- Presença Web comum (Carris, Metro, Transtejo, Soflusa) com a criação do Site Transportes de Lisboa;
- Implementação do modelo de utilização da Gestão Documental para as quatro empresas e definição macro de Regras e Procedimentos;
- Implementação de uma plataforma web comum para pedidos de suporte.

Por fim, destacam-se os seguintes estudos/análises para a implementação de projetos:

- Estudo e análise para a implementação de consultas expeditas comum (Carris, Metro, Transtejo e Soflusa);
- Estudo e análise para a implementação de uma aplicação de fardamentos para o grupo Transtejo;
- Estudo e análise para a implementação do Novo Site do grupo Transtejo.

5.6. Comunicação e Marketing

Destaca-se a realização das seguintes atividades, ao longo de 2015:

Campanhas Externas:

- Campanha "*O importante é chegar a horas*": reforço do posicionamento das empresas, promoção da qualidade e fiabilidade do serviço que prestam e potenciação da captação de clientes pela transferência do transporte individual para o transporte público (março);
- Campanha "*Juntos Estamos Mais Perto*": campanha de comunicação da marca Transportes de Lisboa (março);
- Campanha "*Boas Práticas Boas Viagens*": campanha específica para a Semana Europeia da Mobilidade (setembro);
- Campanha "*Validação obrigatória*" (em articulação com a DCO): campanha de informação comercial sobre a obrigatoriedade de validação do título de transporte nos modos autocarros, elétrico, metro e navio (novembro);
- Campanha Natal na TdL 2015 (concertos de Natal, Elétrico de Natal e C.A.S.A.) (dezembro).

Campanhas Internas:

- Peddy-paper da rede RSO PT (novembro);
- Corrida por Bens (outubro);
- Corrida pelos 4 patas (dezembro);
- Caixinha dos Desejos 2015 (dezembro).

Parcerias Estratégias:

- PLUNC – Festival Internacional de Artes Digitais e Novos Media;
- EGEAC - Festas de Lisboa (junho);
- Projeto Face to Face Amnistia Internacional;
- Liga Portuguesa Contra o Cancro (outubro);
- Ação promoção Dia do Voluntário.

5.7. Gestão das Infraestruturas

A partir de maio de 2015, no contexto das atribuições da macroestrutura definida para o conjunto das empresas de transportes integrados sob gestão comum (Carris, Metro e Grupo Transtejo), foi constituída uma área organizacional de suporte (incluída na Gestão Corporativa) com atribuições específicas na Gestão das Infraestruturas associadas aos Modos de Transporte.

Ao nível da Gestão das Infraestruturas existentes, 2015 caraterizou-se pela execução de alguns projetos internos de reparação de edifícios, bem como pelo lançamento de concursos públicos, visando a introdução de melhorias nos equipamentos existentes.



6. Recursos Humanos

6.1. Gestão do Efetivo

Em 2015, a Gestão dos Recursos Humanos do Grupo Transtejo caracterizou-se pela continuidade do esforço de otimização de recursos operacionais, decorrente da gestão conjunta das entidades que compõem o Grupo Transtejo, com a particularidade de integrar um projeto de Gestão mais alargado, partilhado com as restantes empresas da Transportes de Lisboa.

A gestão de efetivos, centrada no objetivo de manter os níveis da qualidade do serviço oferecido, observou as medidas referentes à redução de trabalhadores, conforme determinado no artigo 60.º da Lei n.º 82-B (Lei do Orçamento de Estado para 2015). Analisando o número de efetivos no final do ano, em comparação com o período homólogo, verifica-se que a redução do efetivo no Grupo foi de 4,7%, conforme se evidencia em tabela abaixo.

Tabela 7 - Gestão do Efetivo (2013-2015)

Efetivo médio	2015	2014	2013	Var. 15/14 Abs.	Var. 15/14 %
Transtejo	313	321	340	-8	-2,5%
Soflusa	150	154	161	-4	-2,6%
GRUPO	**463**	**475**	**501**	**-12**	**-2,5%**

Nº efetivos - 31.DEZ	2015	2014	2013	Var. 15/14 Abs.	Var. 15/14 %
Transtejo	303	320	321	-17	-5,3%
Soflusa	147	152	158	-5	-3,3%
GRUPO	**450**	**472**	**479**	**-22**	**-4,7%**

No ano em apreço, ocorreram 22 saídas de trabalhadores, essencialmente no âmbito da reestruturação das Empresas, sendo que 15 ocorreram por mútuo acordo.

A evolução do número de efetivos no final de cada período, registada ao longo dos últimos 6 anos, evidencia o esforço da gestão no sentido de imprimir níveis elevados de otimização de recursos. O modelo organizacional comum às empresas Transtejo, Soflusa, Carris e Metropolitano de Lisboa, permitiu em 2015 dar um contributo para esta medida.

Gráfico 6 - Evolução do número de efetivos a 31 de dezembro (2013-2015)

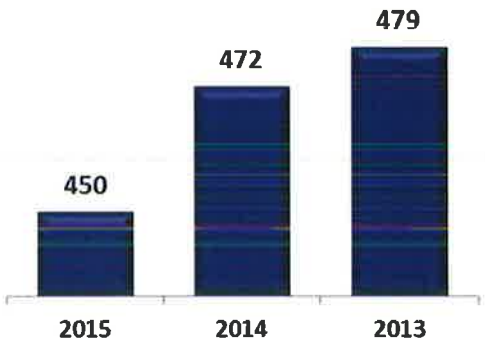


Tabela 8 - Efetivos do Grupo a 31/12/2015 por área de atividade, género e faixa etária)

				TRANSTEJO			SOFLUSA		
GRUPO Transtejo	Homens	Mulheres	Nº efetivos	H	M	Nº efetivos	H	M	Nº efetivos
Tripulantes	**243**	**2**	**245**	**148**	**2**	**150**	**95**	**-**	**95**
< 30 anos	6	-	6	6	-	6	-		-
≥ 30 anos < 49 anos	128	1	129	85	1	86	43		43
≥ 49 anos < 60 anos	88	1	89	46	1	47	42		42
≥ 60 anos	21	-	21	11	-	11	10		10
Comercial	**42**	**8**	**50**	**25**	**-**	**25**	**17**	**8**	**25**
< 30 anos	-	-	-	-		-	-	-	-
≥ 30 anos < 49 anos	25	6	31	12		12	13	6	19
≥ 49 anos < 60 anos	15	1	16	11		11	4	1	5
≥ 60 anos	2	1	3	2		2	-	1	1
Manutenção	**55**	**11**	**66**	**52**	**11**	**63**	**3**	**-**	**3**
< 30 anos	1	-	1	1	-	1	-		-
≥ 30 anos < 49 anos	33	10	43	30	10	40	3		3
≥ 49 anos < 60 anos	17	-	17	17	-	17	-		-
≥ 60 anos	4	1	5	4	1	5	-		-
Administrativos	**9**	**7**	**16**	**8**	**-**	**8**	**1**	**7**	**8**
< 30 anos	-	-	-	-		-	-	-	-
≥ 30 anos < 49 anos	3	5	8	3		3	-	5	5
≥ 49 anos < 60 anos	6	2	8	5		5	1	2	3
≥ 60 anos	-	-	-	-		-	-	-	-
Técnicos e Chefias	**12**	**15**	**27**	**10**	**15**	**25**	**2**	**-**	**2**
< 30 anos	-	-	-	-	-	-	-		-
≥ 30 anos < 49 anos	4	5	9	4	5	9	-		-
≥ 49 anos < 60 anos	8	10	18	6	10	16	2		2
≥ 60 anos	-	-	-	-	-	-	-		-
Outros	**30**	**16**	**46**	**16**	**16**	**32**	**14**	**-**	**14**
< 30 anos	-	-	-	-	-	-	-		-
≥ 30 anos < 49 anos	14	13	27	7	13	20	7		7
≥ 49 anos < 60 anos	13	2	15	8	2	10	5		5
≥ 60 anos	3	1	4	1	1	2	2		2
TOTAL	**391**	**59**	**450**	**259**	**44**	**303**	**132**	**15**	**147**

A análise da tabela anterior, com base na distribuição dos efetivos do Grupo, no final de 2015, por faixa etária e por área de atividade, permite tirar as seguintes conclusões:

- Apenas 1,6% dos trabalhadores do Grupo (7 efetivos) têm idade inferior a 30 anos (pertencendo todos à Transtejo);
- Cerca de 7,3% dos trabalhadores do Grupo (33 efetivos) têm idade superior a 60 anos;
- Os trabalhadores afetos à atividade operacional (Tripulantes e Comerciais) representam cerca de 66 % do total do efetivo.

Gráfico 7 - Distribuição do efetivo a 31.12.2015 por faixa etária e área de atividade



6.2. Princípio de Igualdade do Género

Considerando que as principais funções desempenhadas pelos trabalhadores das Empresas estão relacionadas com a área marítima, as tripulações são, na sua generalidade, constituídas por homens, tradicionalmente mais afetos a este tipo de atividades. Por este motivo, no quadro de efetivos do Grupo, destaca-se a predominância de trabalhadores do género masculino.

O facto de a Transtejo, no ano em análise, ter continuado a estar impedida de celebrar novos contratos, também contribuiu para a estabilização desta relação de género. No entanto, ao nível dos cargos de direção e chefia, num total de 15 trabalhadores em 2015, destaca-se a existência de 10 titulares do género feminino, revelando, assim, a promoção da igualdade de tratamento de oportunidades.

De referir que não existe no Grupo Transtejo qualquer prática discriminatória em processos de recrutamento nem em questões relacionadas com a componente salarial.

6.3. Política Salarial

Em 2015, manteve-se a aplicação das medidas de Política Salarial a que as empresas do Grupo se encontram sujeitas, nomeadamente:

- Não atribuição de aumentos salariais ou outros complementos remuneratórios adicionais;
- Regime remuneratório em vigor na Administração Pública relativamente a algumas remunerações adicionais;
- Pagamento do trabalho extraordinário em conformidade com as regras previstas no Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF);
- Norma de redução remuneratória temporária, prevista na Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado 2015) que remete para a Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro. Esta norma previa a reversão progressiva a partir de 2015[6], tendo sido aplicada, em cumprimento da mesma, a reversão de 20% a partir do processamento salarial de janeiro de 2015.

A aplicação das normas de redução remuneratória teve os seguintes impactos sobre as principais remunerações pagas aos trabalhadores das empresas do Grupo:

Tabela 9 - Reduções remuneratórias (2014-2015)

	2015			2014		
	GRUPO	TRANSTEJO	SOFLUSA	**GRUPO**	TRANSTEJO	SOFLUSA
Redução em remunerações*	**100.014 €**	70.297 €	29.717 €	**238.163 €**	158.289 €	79.874 €
Redução em Subsídio de Natal	**4.029 €**	3.570 €	459 €	**11.254 €**	7.890 €	3.363 €
Redução em Subsídio de Férias	**4.664 €**	3.828 €	836 €	**9.968 €**	7.075 €	2.893 €
** Sem órgãos sociais*	**108.707 €**	**77.695 €**	**31.013 €**	**259.384 €**	**173.254 €**	**86.130 €**

As reduções remuneratórias no Grupo, quando comparadas com as de 2014, revelam uma diminuição em cerca de 58%, fruto da reversão progressiva das reduções remuneratórias, já referida. Esta situação conduziu ao aumento da Massa Salarial (acréscimo de 7% no conjunto das empresas do Grupo), não obstante a redução do número de efetivos.

Para além dos acréscimos da Massa Salarial, os Gastos com Pessoal (consolidados) refletem um aumento de 6,4%, contemplando em 2015 o montante de 624 mil € de indemnizações por rescisão de contrato (+561 mil € face a 2014).

[6] O artigo 4.º da Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro previa que a redução remuneratória fosse revertida em 20% por ano, a partir de 1 de janeiro de 2015.

Tabela 10 - Gastos com Pessoal e Massa Salarial (2013-2015)

(milhares de €)

Gastos com Pessoal	2015	2014	2013	Var. 15/14 Abs.	Var. 15/14 %
Transtejo	8 481	7 812	8 738	670	8,6%
Soflusa	3 909	3 838	4 188	72	1,9%
GRUPO	**12 391**	**11 650**	**12 927**	**741**	**6,4%**

Massa Salarial	2015	2014	2013	Var. 15/14 Abs.	Var. 15/14 %
Transtejo	6 682	6 120	6 771	562	9,2%
Soflusa	3 161	3 088	3 296	73	2,4%
GRUPO	**9 842**	**9 207**	**10 067**	**635**	**6,9%**

6.4. Formação

Qualificar os colaboradores da Empresa a fim de melhorar o seu desempenho e garantir a eficácia dos resultados obtidos, pelos diversos serviços, constituiu uma vez mais, no ano de 2015, objetivo estratégico da Empresa. Nesse sentido foram realizadas ações de formação em diversas áreas como gestão, finanças, qualidade, segurança, ambiente, tecnologias de informação e comunicação, línguas estrangeiras, técnica operacional para o modo Navio (qualificação de marítimos), e ainda ao nível do desenvolvimento das competências comportamentais.

Tabela 11 - Horas de formação (2013-2015)

Horas de Formação	2015	2014	2013	Var. 15/14 Abs.	Var. 15/14 %
Transtejo	4.227	1.440	3.560	2.787	193,5%
Soflusa	554	391	939	163	41,6%
GRUPO	**4.781**	**1.831**	**4.499**	**2.949**	**161,1%**

Em 2015, verificou-se uma redução de ações de formação realizadas, passando de 130 para 85, tendo este movimento sido mais acentuado na Transtejo com uma redução de 41%. Em termos de participações verificou-se igualmente uma redução significativa na Transtejo de 346 para 168 participações (-51,4 %), contrariamente ao que sucedeu na Soflusa onde se registou um aumento de 11%. Apesar da diminuição do número de ações realizadas e da acentuada diminuição de participações na Transtejo, o número de horas de formação realizadas aumentou de forma muito significativa, com as 4.781 horas de 2015 a corresponderem a um acréscimo de 161% relativamente ao ano anterior. Este aumento deveu-se essencialmente, ao incremento verificado na Transtejo,

passando de 1.440 horas em 2014 para 4.227 horas de formação em 2015, devido à realização de cursos de Promoção para Maquinista Prático 2ª Classe, que corresponderam a 56% do volume de formação realizado.

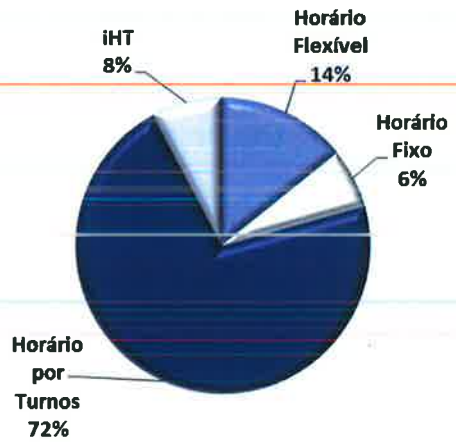
Merece destaque, a realização de uma ação de formação dirigida às 1ªs linhas de gestão, no âmbito do projeto de reestruturação organizacional. Neste sentido, decorreu entre outubro e dezembro, o "*Senior Management Program*", realizado na Universidade Católica Portuguesa, programa desenvolvido e adaptado às reais necessidades do projeto da Transportes de Lisboa, tendo sido ministrados temas diversos na área da Gestão, procurando desenvolver competências de Liderança, Comunicação, Gestão da Mudança, Inovação, Análise Financeira e Controlo de Gestão.

6.5. Indicadores de Prestação de Trabalho

6.5.1. Horário de Trabalho

Os horários de trabalho, no Grupo, caracterizam-se, essencialmente, pela prática do regime de trabalho com horário por turnos, dadas as características específicas da atividade desenvolvida, facto que é evidenciado no gráfico seguinte:

Gráfico 8 - Distribuição de efetivos a 31.12.2015 por regime de horário de trabalho



6.5.2. Taxa de Absentismo

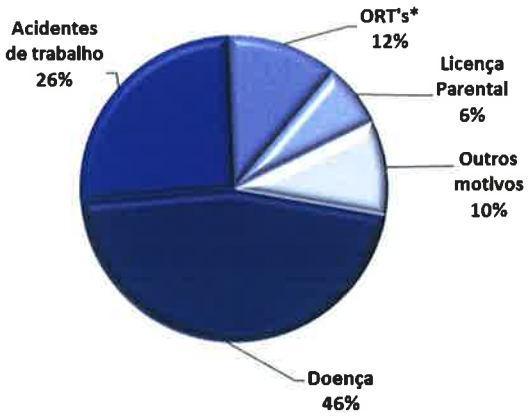
Tabela 12 - Evolução da Taxa de Absentismo (2013-2015)

Taxa de Absentismo	2015	2014	2013	Var. 15/14
Transtejo	6,64%	6,12%	7,92%	0,52 pp
Soflusa	6,69%	5,77%	6,02%	0,92 pp
GRUPO	**6,66%**	**6,01%**	**7,31%**	**0,65 pp**

A taxa de absentismo do Grupo regista um ligeiro crescimento, face a 2014, motivada, essencialmente, pelo aumento das horas de ausência de longa duração, por doença.

Tal como no ano transato, a doença e os acidentes de trabalho continuam a ser os motivos com maior expressão para as ausências ao trabalho, conforme evidenciado no gráfico seguinte.

Gráfico 9 - Causas do absentismo - 2015



Organizações representativas dos Trabalhadores

6.5.3.Horas Trabalhadas

Tabela 13 - Horas Trabalhadas (2013-2015)

Horas Trabalhadas	2015	2014	2013	Var. 15/14 Abs.	Var. 15/14 %
Transtejo	539.632	556.830	581.906	-17.198	-3,1%
Soflusa	264.821	271.485	283.916	-6.664	-2,5%
GRUPO	**804.453**	**828.315**	**865.822**	**-23.862**	**-2,9%**

Em 2015, o número de horas trabalhadas no Grupo registou um decréscimo de 2,9% relativamente a 2014, situação que decorre essencialmente do aumento das horas de ausência pelos motivos atrás expostos e pela redução do número de efetivos no período.

7. Situação Económica e Financeira

7.1. Fluxos Financeiros

Em 2015, o desempenho económico e financeiro do Grupo Transtejo caracterizou-se essencialmente pelos seguintes factos:

- Redução de 26,7% (-9 milhões de euros) dos Rendimentos Operacionais face a 2014, tendo principalmente contribuído para este resultado a variação negativa de 5,75 M€ (-73,6%) dos subsídios à exploração, em consequência do término do contrato de prestação do serviço público de transporte em 2014[7], resultando na redução de 5,32 M€ (-74,7%) das Indemnizações Compensatórias; e a diminuição em 3,3 M€ (-33,5%) dos Outros Rendimentos e Ganhos (sem o efeito do reconhecimento dos subsídios ao investimento), refletindo o impacto do ganho de 5,56 milhões de euros reconhecido em 2014, relacionado com a operação contabilística referente ao acordo de transmissão da propriedade do Terminal do Cais do Sodré[8].
- Os Gastos Operacionais mantiveram a trajetória descendente, que se traduziu numa redução de 3,0 M€ (-8,2%) relativamente ao ano de 2014, com especial destaque para os Custos das Matérias Consumidas que diminuíram 1,65 M€ (-20,8%) e para os Fornecimentos e Serviços Externos que decresceram 1,15 M€ (-13,1%).
- Têm-se mantido as dificuldades destas empresas em reverter a situação de défices de exploração, associados ao elevado custo dos fatores de produção - destacando-se o Gasóleo, principal recurso consumido na atividade de exploração, as intervenções de manutenção na frota de navios e pontões e os custos da estrutura de recursos indispensáveis à prestação do serviço – verificando-se a recorrente insuficiência de receitas diretas da atividade, para cobrir a despesa associada à estrutura de Gastos Operacionais.
- O Modelo de Financiamento aplicável às sociedades que compõem o Grupo Transtejo, tem vindo desde 2013 a ser suportado em apoio específico do Acionista Estado, para cobertura das necessidades de tesouraria corrente e financiamento dos planos de investimento.

Desde abril de 2013 que as empresas que compõem o Grupo Transtejo estão na lista de entidades reclassificadas no perímetro das Administrações Públicas, EPR - Entidades Públicas Reclassificadas, equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos.

---

[7] Contrato de Prestação de Serviço Público de Transporte de Passageiros (CPSP) celebrado entre o Estado e cada uma das entidades que compõem do Grupo Transtejo (Transtejo e Soflusa) em 21 de setembro de 2012, no qual foram estabelecidos níveis mínimos de oferta a praticar no período 2012-2014.

[8] Acordo celebrado entre a Transtejo, o Metropolitano de Lisboa e o Estado Português, representado pela direção Geral do Tesouro e Finanças, referente à titularidade do Terminal Fluvial do Cais do Sodré.

Desta reclassificação decorreram impactos relevantes para as sociedades Transtejo e Soflusa, em matéria de reporte de informação e controlo da execução orçamental, em observância de legislação específica aplicável, designadamente sujeição à Lei do Compromissos e Pagamento em Atraso (LCPA)[9], Lei do Enquadramento Orçamental[10] e obrigatoriedade de preparação de Propostas Orçamentais a submeter à Direção Geral do Orçamento (DGO) para inscrição direta no Orçamento de Estado (OE).

Em 2015, os *cash-flows* gerados pela atividade de prestação de serviço púbico mantiveram a trajetória negativa, fruto da recorrente insuficiência em gerar receitas diretas da atividade, para cobrir a despesa associada à estrutura de Gastos Operacionais, pelas razões atrás referidas.

A caixa gerada pelas operações de desinvestimento permitiu atenuar em parte o efeito negativo do saldo gerado pelas atividades operacionais, tendo obtido um saldo positivo de 2,73 M€, resultante da alienação de 2 navios da Frota Transtejo e 1 navio da Frota Soflusa.

Tabela 14 - Variação de caixa e seus equivalentes

Un: milhares de euros

Demonstração Fluxos Caixa	2015	2014	2013	Var. 2015/2014 Abs.	Var. 2015/2014 %
Fluxo Atividades Operacionais	(10.711)	(7.799)	(22.484)	(2.912)	(37,3)
Fluxos das Atividades Investimento	2.664	(317)	(1.633)	2.981	939,3
Fluxo das Atividades Financiamento	13.238	8.274	17.152	4.964	(60,0)
Variação de caixa e seu equivalentes	**5.191**	**158**	**(6.965)**	**5.033**	(3.181,8)
Caixa e seus equivalentes no início do período	**1.438**	**1.654**	**8.620**	**(217)**	13,1
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**6.629**	**1.438**	**1.654**	**5.191**	(361,1)

Após um período em que o modelo de financiamento era suportado pela contratação sucessiva de linhas de crédito obtidas no mercado, foi constituída uma operação de apoio financeiro, no montante de 118,6M€, prestado pelo Estado Português (dotação orçamental, inscrita no OE2013 retificativo), tendo permitido a reestruturação de toda a dívida de curto prazo de ambas as empresas do Grupo em financiamento de M/L Prazo. Esta operação visou ainda o reforço do apoio financeiro concedido pela Transtejo à sua participada Soflusa, convertendo-o também em operação de financiamento a M/L prazo, permitindo à Soflusa amortizar todas as linhas de financiamento contratadas na banca comercial e beneficiar das condições de remuneração do serviço da dívida contratadas pela Transtejo.

Em 2015, no âmbito da prossecução deste modelo, foram celebrados novos contratos de financiamento de médio e longo prazo, entre a Transtejo e o Estado, o que resultou numa operação articulada com a Direção-Geral do Tesouro e Finanças, compreendendo um empréstimo no montante de 11,7 M€, para fazer face,

[9] Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e Decreto-Lei n.º127/2012, de 21 de junho.

[10] Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto Lei n.º 91/2001 de 20 de agosto, republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro, alterada pela Lei n.º 37/2013, de 14 de junho, e mais recentemente, alterada pela Lei n.º 151/2012, de 12 de setembro, implicando obrigações de reporte à Direção Geral do Orçamento / Ministério das Finanças.

essencialmente, às necessidades de tesouraria corrente. Este recebimento permitiu gerar um saldo de 13,4 M€ positivo no fluxo de caixa de financiamento.

Pelo exposto, conclui-se que a soma dos fluxos de caixa do investimento e do financiamento permitiu cobrir o défice da função operacional, e gerar uma variação de caixa positiva em 5,19 M€.

7.2. Investimento realizado

Em 2015, a despesa de investimento realizada ascendeu a 53.071€, destacando-se os projetos que transitaram em curso para 2016, relacionados com o projeto de aquisição de balsas pneumáticas, para substituição de balsas rígidas, dando deste modo, cumprimento a legislação em vigor em matéria de Segurança na navegação. Adicionalmente, realizaram-se investimentos em *hardware* e *software*.

Tabela 15 - Detalhe do Investimento Realizado - Contas Consolidadas

€

PROJETOS DE INVESTIMENTO - 2015	Despesa do ano
Equipamentos para Navios SOFLUSA Balsas	4 160
Equipamentos para Navios TRANSTEJO - Balsas	35 041
Hardware	8 870
Software	5 000
	53 071

7.3. Estrutura Patrimonial

7.3.1. Contas Consolidadas

Tabela 16 - Variação do Património do Grupo Transtejo - Contas Consolidadas

(milhares de €)

SITUAÇÃO PATRIMONIAL	2015	2014	2013	Var. 2015/2014	
				Abs.	%
Ativo	**48 469**	**50 174**	**66 559**	(1 705)	(3,4)
Ativo não Corrente	38 820	45 262	59 921	-6 442	(14,2)
Ativo Corrente	9 649	4 912	6 638	4 737	96,4
Capital Próprio e Passivo	**48 469**	**50 174**	**66 559**	**-1 705**	**(3,4)**
Capital Próprio	-182 710	-173 412	-171 823	-9 298	5,4
Passivo não Corrente	176 831	192 110	223 867	-15 278	(8,0)
Passivo Corrente	54 348	31 476	14 515	22 872	72,7

- **Ativo não corrente:** a variação apresentada nesta rubrica reflete essencialmente a Redução dos Ativos Fixos Tangíveis (-6.442 mil €), que contempla o efeito combinado de (a) ajustes em ativos fixos tangíveis (-10.427 mil €) e respetivas amortizações (8.290 mil €) resultantes essencialmente das alienações dos navios "Martim Moniz" e "Montes Claros" da Transtejo, e navio Augusto Gil da Soflusa, (b) amortizações anuais (-4.370 mil €) e (c) investimentos (+48 mil €).

- **Ativo corrente –** Aumento decorrente essencialmente da variação do saldo de disponibilidades no final de cada período (6.629 mil € em 2015 e 1.438 mil € em 2014). O elevado valor de disponibilidades no final de 2015 tem como principal origem o recebimento de financiamentos da DGTF e o impacto da operação de tesouraria, associado à receita de cerca de 2.024 mil€ resultante da venda do navio "Augusto Gil", realizada em dezembro de 2015.

- **Capital Próprio** – A variação apresentada nesta rubrica reflete, essencialmente, os seguintes efeitos conjugados:
  i. **Aumento do Capital Social** no montante de 1.409 mil€, respeitante a dotações de capital sob a forma de numerário, de valores recebidos da DGTF;
  ii. **Impacto do resultado integral do período**, contemplando o resultado líquido do exercício (-11.915 mil€) e o ganho de justo valor dos instrumentos de gestão do risco financeiro (+1.207 mil€).

- **Passivo não Corrente** – Nesta rubrica, destaca-se a redução dos Financiamentos Obtidos em 9.404 mil €, resultante do efeito combinado do aumento de financiamentos em 11.698 mil € e da transferência para Passivo Corrente do montante de 21.101 mil € para reembolsos de financiamentos previstos em 2016.

  Salienta-se ainda a redução da rubrica de Instrumentos Financeiros Derivados, resultante do ganho decorrente da variação positiva do justo valor dos instrumentos de gestão de risco financeiro (-1.207 mil €), e do ajuste do montante de subsídios ao investimento a reconhecer no período superior a um ano, procedimento que visa adequar o reconhecimento do rendimento à depreciação do ativo subsidiado[11].

- **Passivo Corrente** – esta rubrica apresenta um aumento global de 22,9 M€, considerando essencialmente:
  i. **Aumento de Financiamentos Obtidos** (+24,5 M€) referente à transferência para passivo corrente do montante correspondente à amortização de financiamentos de M/L Prazo, o que ocorrerá em 2016, descobertos bancários no montante de 0,39 M€ e uma variação no valor de acréscimos de custos, respeitante a juros a pagar, no valor de 3 M€;
  ii. **Redução do montante em dívida a Fornecedores** (-0,703 M€) refletindo o esforço de liquidação de saldos devedores, em resultado das medidas de gestão de tesouraria e orçamental, minimizando os impactos nas dotações disponíveis para 2016 associados à transição de compromissos assumidos por pagar.
  iii. **Redução de Outros Passivos Correntes** (-1,0 M €), uma vez que em 2014 se registou por especialização, na Transtejo, o valor de 0,410 M€ relacionado com indemnizações compensatórias, situação que não se verificou em 2015, acrescido do efeito de uma variação negativa de 0,237 M€, relativa ao valor de vendas efetuadas em Dezembro e que respeitam a passes válidos para o mês de Janeiro do período seguinte.

[11] A cobertura financeira deste investimento, vinha sendo assegurada por subsídio a receber do PIDDAC, correspondente ao montante pago anualmente ao Metropolitano de Lisboa no âmbito do Protocolo em vigor.

7.4. Gestão de Risco Financeiro

O Grupo Transtejo apresenta uma estrutura financeira pouco equilibrada, uma vez que, como já referido anteriormente, não consegue gerar receita suficiente que permita cobrir a sua estrutura de custos operacionais, pelo que, o seu Modelo de Financiamento tem vindo desde 2013 a ser suportado em apoio específico do Acionista Estado, para cobertura das necessidades de tesouraria corrente e financiamento dos planos de investimento.

Neste sentido, após um período em que o modelo de financiamento era suportado pela contratação sucessiva de linhas no mercado bancário, foi constituída uma operação de apoio financeiro, no montante de 118,6M€, prestado pelo Estado Português (dotação orçamental, inscrita no OE2013 retificativo), tendo permitido a reestruturação de toda a dívida de curto prazo de ambas as empresas do Grupo em financiamento de M/L Prazo.

De salientar que na sequência deste modelo de financiamento, o Grupo tem beneficiado de melhorias significativas nas condições de remuneração do serviço da dívida, comparativamente ao modelo que vigorou até 2013, e como se pode verificar na tabela e gráfico abaixo, permitiu reduzir significativamente os gastos efetivos suportados pela empresa com os seus financiamentos.

Tabela 17 - Stock da Dívida - Evolução

	2011	2012	2013	2014	2015
Taxa de Juro Efetiva	5,42%	6,89%	5,13%	2,75%	2,34%
Juros Suportados (10^3 €uros)	7.789	10.829	8.899	4.989	4.522
Stock da Dívida (10^3 €uros)	143.629	157.240	173.625	181.608	193.306

Gráfico 10 - Evolução dos Juros Suportados 2011-2015



No final de 2015, o *stock* da dívida contemplava um financiamento de M/L Prazo sob a forma de empréstimo obrigacionista, contratado em 2007 junto do Depfa Bank Plc, no montante de 55 M€. As obrigações ao abrigo desta operação foram emitidas em 1 de fevereiro de 2007, com maturidade de 10 anos e taxa de cupão indexada à Euribor a 6 meses acrescida de um *spread* de 2 pontos base anuais.

7.5. Resultados Globais

7.5.1. Contas Consolidadas

7.5.1.1. Evolução de Resultados

No exercício de 2015, o Grupo Transtejo apresentou um resultado antes de impostos negativo de 11.858 mil €, o que representa um agravamento do prejuízo de 91,9% face ao período homólogo, justificado essencialmente pelo agravamento do resultado operacional em 6.092 mil € (-473,5%).

Apesar de em 2015, o Grupo Transtejo ter dado continuidade à prossecução de uma política de contenção de custos, o que permitiu uma redução nos gastos operacionais de 2,846 mil € (-8,2%) face a 2014, a mesma não foi suficiente para permitir atenuar o efeito da redução dos rendimentos operacionais em 8.937 mil € (-26,7%), justificada principalmente pelo ganho obtido na Transtejo em 2014 de 5.564 mil € resultante da operação contabilística referente ao acordo de transmissão da propriedade do Terminal do Cais do Sodré, e a redução de 5.324 mil € de Indemnizações Compensatórias.

Tabela 18 - Resultados

(Milhares de €)

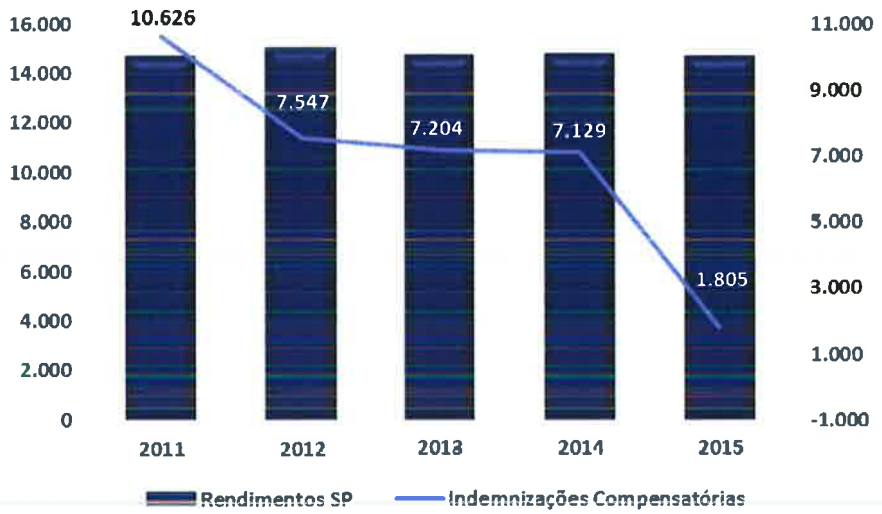
Resultados	2015	2014	2013	Var. 2015/2014	
				Abs.	%
Rendimento do Serviço Público	14 771	14 821	14 773	(50)	(0,3)
Outros Rendimentos	9 725	18 612	12 067	(8 887)	(47,7)
Total de Rendimentos Operacionais	**24 496**	**33 433**	**26 840**	**(8 937)**	**(26,7)**
Total de Gastos Operacionais	**31 875**	**34 720**	**37 883**	**(2 846)**	**(8,2)**
Resultado Operacional	**(7 378)**	**(1 287)**	**(11 043)**	**(6 092)**	**(473,5)**
EBITDA	(5 733)	1 239	(7 549)	(6 972)	(562,7)
Resultado Financeiro	**(4 480)**	**(4 892)**	**(8 860)**	**412**	**8,4**
Resultado antes de Impostos	**(11 858)**	**(6 179)**	**(19 903)**	**(5 680)**	**(91,9)**

O efeito contabilístico refletido no exercício de 2014 associado à operação relacionada com o Terminal do Cais do Sodré permitiu alcançar um EBITDA positivo (+1.239 mil €). No entanto, se expurgarmos esse mesmo efeito, o EBITDA em 2014 teria sido -4.325 mil €. Na análise comparativa do EBITDA de 2015 face a 2014 agora indicado, assinala-se um agravamento de 1.408 mil €.

7.5.1.2. Evolução dos Rendimentos Operacionais

Pelo exposto no gráfico abaixo, pode-se constatar a estabilidade da receita proveniente do serviço público de transporte, e o elevado impacto da redução das indemnizações compensatórias em 2015 nos Rendimentos Operacionais, pelas razões anteriormente referidas.

Gráfico 11 - Evolução dos Rendimentos Operacionais (10^3 €)



Da análise comparativa sobre os Rendimentos Operacionais, conforme detalhe apresentado na tabela seguinte, destacam-se os seguintes aspetos:

- Redução dos subsídios à exploração de 5.754 mil € (-73,6%) face a 2014, justificada essencialmente, pelo decréscimo em 5.324 mil € em Indemnizações Compensatórias, que no período foram limitadas a 1.805 mil € (1.515 mil € TT / 290 mil € SL). Esta rubrica contempla ainda compensações tarifárias referentes a títulos de transporte subsidiados pelo Estado (4_18, sub-23 e Social+), no montante de 259 mil € (61 mil € TT / 198 mil € SL).
- A atividade operacional relativa a alugueres (espaços comerciais, parques de estacionamento e espaços para publicidade), vendas de cartões passe e atividade turística, teve uma variação positiva de 433 mil €, resultante essencialmente, do acréscimo de receita relacionado com a atividade turística, concessionada à Carristur desde junho de 2015.
- Os ganhos em investimentos não financeiros referem-se, essencialmente, aos rendimentos resultantes da alienação de frota, nomeadamente:
- A variação negativa de 5.139 mil € em "Outros Rendimentos e Ganhos" deriva principalmente da operação contabilística referente ao acordo de transmissão da propriedade do Terminal do Cais do Sodré, já referida anteriormente, cujo efeito de 5.564 mil € não teve reflexo em 2015.
- Reversão de Provisões decorrente do reconhecimento na nova versão das Demonstrações Financeiras de 2015 dos eventos subsequentes, nomeadamente no que se refere a processos judiciais (nota 22 do anexo).

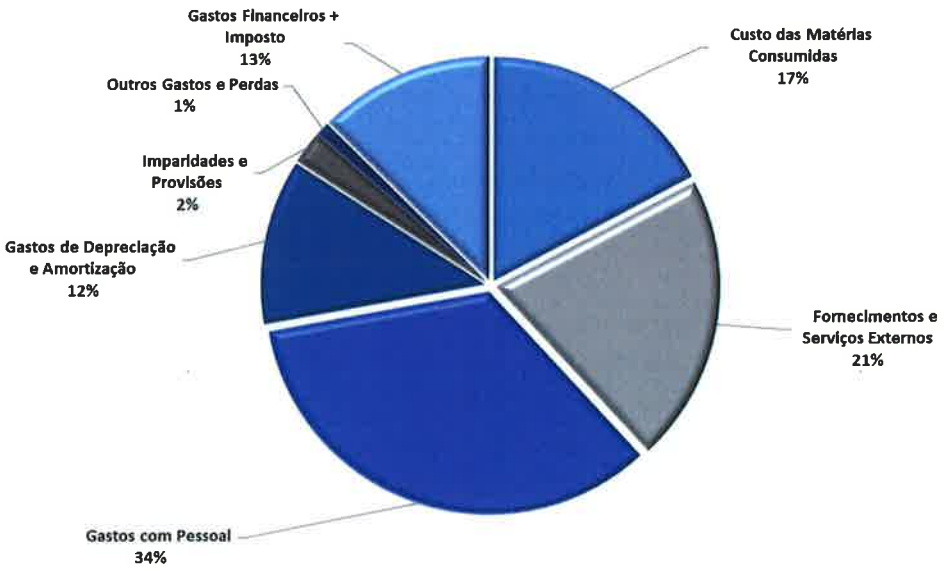
Tabela 19 - Contas Consolidadas - Evolução dos Rendimentos Operacionais (10^3 €)

(milhares de €)

Rendimentos Operacionais	2015	2014	2013	Var. 2015/2014	
				Abs.	%
Rendimento do Serviço Público	**14 771**	**14 821**	**14 773**	**(50)**	**(0,3)**
Subsídios à Exploração	**2 064**	**7 818**	**7 677**	**(5 754)**	**(73,6)**
Indemnizações Compensatórias	1 805	7 129	7 204	(5 324)	(74,7)
Compensações Tarifárias	259	389	341	(130)	(33,4)
Outros subsídios à exploração	-	300	132	(300)	(100,0)
Outros Rendimentos e Ganhos	**6 474**	**9 746**	**4 332**	**(3 272)**	**(33,6)**
Alugueres, vendas de cartões passe e Ativ. Turística	1 231	922	874	309	33
Ganhos em investimentos não financeiros	2 286	711	21	1 576	222
Subsídios ao Investimento (afetação ao período)	2 726	2 819	3 289	(92)	(3,3)
Outros	231	5 295	148	(5 064)	(95,6)
Reversões	**1 187**	-	-	**1 187**	-
Total	**24 496**	**32 385**	**26 782**	**(7 889)**	**(24,4)**

7.5.1.3. *Gastos Totais por Natureza*

Gráfico 12 - Contas Consolidadas - Estrutura de Gastos 2015



Na estrutura de gastos apresentada no gráfico anterior destacam-se com maior relevância as rubricas de "Gastos com Pessoal" e "Fornecimentos e Serviços Externos", que no seu conjunto representam 55% do total de Gastos.

Tabela 20 – Contas Consolidadas - Síntese de Gastos (10^3 €)

GASTOS	2015	2014	2013	Var. 2015/2014	
				Abs.	%
Custo das Matérias Consumidas	6 302	7 956	8 826	-1 654	-20,8
Fornecimentos e Serviços Externos	7 598	8 743	8 944	-1 145	-13,1
Gastos com Pessoal	12 391	11 650	12 927	741	6,4
Gastos de Depreciação e Amortização*	4 372	5 344	6 783	-972	-18,2
Imparidades e Provisões**	867	686	128	181	26,4
Outros Gastos e Perdas	344	340	274	4	1,1
Gastos Financeiros	4 522	4 989	8 899	-467	-9,4
(Imposto)	56	18	18	39	217,7
** Contas: 65 - Perdas por Imparidade + 67 - Provisões	**36 453**	**39 727**	**46 800**	**-3 274**	**-7,0**

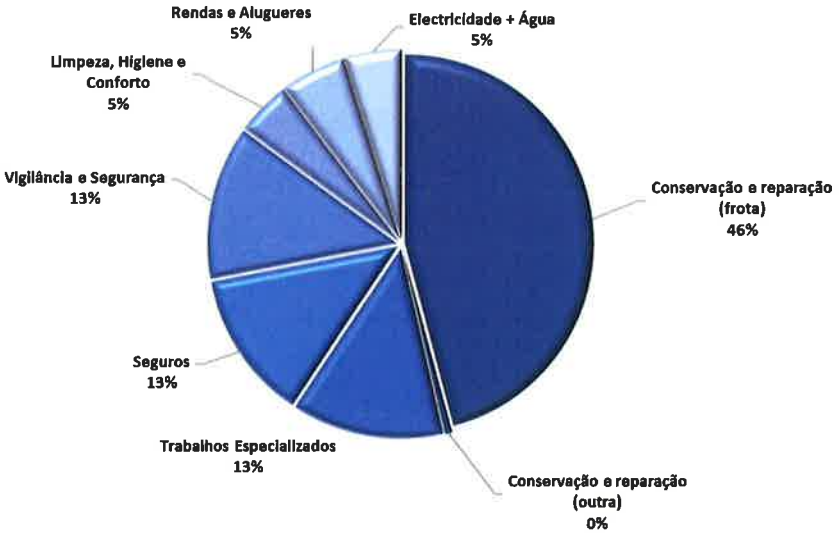
Na análise dos Gastos Operacionais registados no exercício, merecem referência as seguintes rubricas:

- **Custo das Matérias Consumidas (6.302 mil €)** – relativamente ao período homólogo, regista-se uma redução dos gastos com gasóleo (-21%, -1.540 mil €) e lubrificantes (-30%, -48 mil €). Destaca-se, no caso do combustível, a redução do preço médio por litro (-0,15€/L), situação que apesar do aumento das quantidades consumidas (+208 mil Litros relativamente a 2014), permitiu alcançar uma significativa redução de gastos face à série homóloga de 2013 a 2014.
  De salientar, que o aumento das quantidades consumidas reflete o agravamento das condições da frota. Destaca-se ainda que 2015 foi o primeiro ano completo de vigência do serviço de transporte de veículos na ligação Trafaria – Belém – Porto Brandão, transferido da ligação Cacilhas – Cais do Sodré. Esta alteração na oferta, implementada a partir de 26 de abril de 2014, refletiu-se no aumento de consumo de combustível associado ao maior percurso da ligação.

  Assinala-se ainda nesta rubrica uma redução no consumo de materiais de reparação e sobressalentes para navios (-72 mil €) e de material de reparações (-23 mil €), situação associada ao baixo grau de execução das rotinas de manutenção da frota e que se traduziu pela imobilização de parte significativa da frota, com consequências nas condições de operacionalidade futuras em 2016 e anos seguintes, devido à necessidade de efetuar operações de manutenção mais onerosas e demoradas.

- **Fornecimentos e Serviços Externos (7.598 mil €)** – apresenta uma redução de 1.145 mil € (-13,1%) face a 2014.

Gráfico 13 - Contas Consolidadas - Estrutura de FSE 2015



As rubricas evidenciadas no gráfico anterior representam cerca de 94% do total dos Fornecimentos e Serviços Externos, relevando os gastos de conservação e reparação da frota (43%).

Destacaram-se ainda, pelo seu peso, as rubricas de vigilância e segurança, trabalhos especializados, seguros e limpeza, higiene e conforto, que no seu conjunto representaram 41% do total dos FSE.

A principal variação face a 2014 registou-se em Conservação e reparação da frota de navios, com uma redução de 25% (-1.034 mil €). Esta natureza de gastos está associada ao plano de intervenção na frota de navios e pontões, contemplando os efeitos dos ciclos de manutenção preventiva dos motores principais, estando também sujeita a um conjunto de intervenções pontuais decorrentes de avarias ou situações imprevistas (intervenções inopinadas). Em 2015, devido a restrições orçamentais e insuficiência de meios financeiros, não foi possível proceder a algumas intervenções planeadas, tendo implicado o seu adiamento para 2016, com impactos ao nível da indisponibilidade de frota para operar.

O gráfico seguinte procura ilustrar a distribuição dos gastos de manutenção, com evidência da afetação à frota de cada empresa, destacando os navios que tiveram intervenções em 2015 de montante mais elevado.

Gráfico 14 - Distribuição dos Gastos de Manutenção da Frota no Grupo - 2015



- **Gastos com Pessoal (12.391 mil €):** registando um aumento relativamente ao período homólogo (+6,4%, 741 mil €), esta rubrica reflete os efeitos da reversão da norma de redução remuneratória ocorrida em 2015, conforme referido no ponto 6.3.

  O quadro seguinte apresenta o detalhe das rubricas de gastos com pessoal:

Tabela 21 - Contas Consolidadas - Gastos com Pessoal (10^3 €)

	2015	2014	2013	Var. 2015/2014 Abs.	Var. 2015/2014 %
Gastos com Pessoal	**12 391**	**11 650**	**12 578**	**741**	**6,4**
Remunerações dos Órgãos Sociais	203	167	166	36	21,3
Remunerações do Pessoal	8 207	8 128	8 641	79	1,0
Indemnizações	624	63	355	561	893,7
Encargos sobre Remunerações	2 116	2 076	2 200	40	1,9
Outros Gastos com Pessoal - Processamento	928	931	931	-3	-0,3
Gastos extra processamento*	313	285	285	28	10,0

*Inclui: seguros, fardamentos, formação, assistência médica e outros

  De salientar o aumento no valor referente a indemnizações por rescisão (+561 mil €), na sequência das saídas de 15 trabalhadores por mútuo acordo, no âmbito do programa de redução de efetivos (ver ponto 6.1.).

- **Gastos de Depreciação e Amortização (4.372 mil €):** regista-se uma redução face ao período homólogo (-18,2%, -972 mil €), refletindo o efeito da anulação das amortizações do exercício referentes aos navios alienados em 2015.

- **Imparidade e Provisões (867 mil €):** contempla imparidades registadas em dívidas a receber (6 mil €), inventários (224 mil €) e o reforço de provisões para processos judiciais em curso e matérias ambientais (643 mil €), sendo que grande parte destas últimas foram revertidas no próprio exercício tendo em consideração os eventos subsequentes ocorridos (nota 32 do anexo).

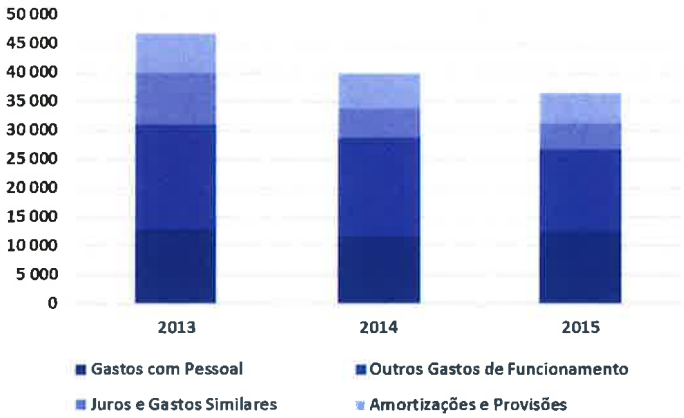
- **Gastos de Financiamento (4.522 mil €)**: a redução relativamente ao período homólogo (-9,4%, -467 mil €) deve-se, em grande parte, ao facto de em 2015 não serem aplicáveis juros por parte do Metropolitano de Lisboa, relativamente ao Terminal Fluvial do Cais do Sodré.

  De referir que, em 2015, os gastos de financiamento consolidados correspondem na totalidade aos juros de financiamentos de médio e longo prazo contabilizados nas contas individuais da Transtejo, considerando que o modelo de financiamento atual contempla apoio financeiro intragrupo.

O gráfico seguinte mostra a evolução registada pelas grandes rubricas de gastos no período de 2013 a 2015. À exceção da rubrica de gastos com pessoal, que teve um ligeiro aumento, pelas razões atrás mencionadas, todas as outras rubricas têm mantido o sentido descendente face a 2013, dado o esforço no cumprimento do objetivo

estabelecido no n.º 1 do artigo 61º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, através de medidas de otimização de recursos que permitam a redução nas principais rubricas de gastos operacionais.

Gráfico 15 - Evolução dos Gastos Totais (10^3 €)



Pelo exposto, e conforme se demonstra na tabela seguinte, o Grupo Transtejo superou o objetivo de redução dos gastos operacionais estabelecido para o período 2015/2010, em cumprimento no previsto no artigo acima mencionado (-15% no total de custos referido no quadro abaixo), atingindo a redução global de 20,78%.

Tabela 22 - Plano de Redução dos Gastos (10^3 €)

(milhares de €)

RUBRICAS	2015	2014	2010	Var. 2015/2010	
				Abs.	%
Consumos	6 302	7 956	8 338	(2 036)	(24,42)
Fornecimentos e serviços externos	7 598	8 743	10 758	(3 160)	(29,37)
Gastos com Pessoal	12 391	11 650	14 091	(1 700)	(12,07)
Total	**26 291**	**28 349**	**33 187**	**(6 896)**	**(20,78)**

7.6. Produtividade

O programa de redução de efetivos manteve-se no ano de 2015 com a saída de 22 colaboradores, sendo 7 afetos à área operacional (tripulantes). Apesar das dificuldades acrescidas no cumprimento do serviço programado, foi possível manter a evolução positiva do indicador de produtividade, seguidamente analisado.

Tabela 23 - Evolução da Produtividade

RUBRICAS	2015	2014	2013	Var. 2015/2014	
				Abs.	%
LKO (Lugares x km)/Efetivo Médio	977.532	950.927	926.505	26.605	2,80

A evolução positiva em termos de recursos disponíveis resulta essencialmente do reforço do processo de gestão integrada com a Carris e o Metropolitano de Lisboa, ao nível da integração dos colaboradores das áreas corporativas.

Relativamente à área operacional e apesar do défice de número de tripulantes existente, foi possível ao Grupo Transtejo superar a oferta programada em 5,7%, representando mais 24,5 milhões de Lugares x Km face ao estimado para 2015.



8. Governo Societário

Nos termos do novo regime jurídico do sector público empresarial, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, as empresas públicas estão obrigadas a elaborar, anualmente, um "Relatório de boas práticas de Governo Societário", no qual deverá constar informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas no Capítulo II - "Princípios de Governo Societário" do referido decreto-lei. Neste sentido, o Grupo Transtejo, dando cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 54.º do referido diploma, elabora um relatório de Governo Societário referente ao ano de 2015, que será publicado em documento autónomo.

Tabela 24 - Grelha-resumo das boas práticas de governação

	Relatório do Governo Societário	Identificação		Divulgação	
		S	N	S	N
I.	**Sumário Executivo**	√		√	
II.	**Missão, objetivos e políticas**	√		√	
III.	**Estrutura de Capital**	√		√	
IV.	**Participações Sociais e Obrigações legais detidas**	√		√	
V.	**Órgãos Sociais - Identificação e funcionamento**	√		√	
A.	Mesa da Assembleia Geral	√		√	
B.	Administração e supervisão	√		√	
C.	Fiscalização	√		√	
D.	Revisor Oficial de Contas	√		√	
E.	Auditor Externo	√		√	
VI.	**Organização Interna**	√		√	
A.	Estatutos e comunicações	√		√	
B.	Controlo interno e gestão de riscos	√		√	
C.	Regulamentos e códigos	√		√	
D.	Deveres especiais de informação	√		√	
E.	Sítio de internet	√		√	
F.	Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral	√		√	
VII.	**Remunerações dos Órgãos Sociais**	√		√	
A.	Competência para a determinação	√		√	
B.	Comissão de fixação de remunerações	√		√	
C.	Estrutura e divulgação das remunerações	√		√	
D.	Divulgação das remunerações	√		√	
VIII.	**Transações com partes relacionadas e Outras**	√		√	
IX.	**Análise da Sustentabilidade da Empresa nos domínios económico, social e ambiental**	√		√	
X.	**Avaliação do Governo Societário**	√		√	

Para além da informação sobre o governo da sociedade, que consta do documento acima mencionado, o Grupo Transtejo disponibiliza esta informação no sítio eletrónico da empresa, bem como no sítio eletrónico do setor empresarial do Estado - www.dgtf.pt - mantendo-a, periodicamente, atualizada.

9. Cumprimento das Orientações Legais

Dando cumprimento ao ofício-circular da Direção-Geral de Tesouro e Finanças - "Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2015", de 12 de fevereiro de 2016, apresenta-se detalhe da informação solicitada:

1.a) Objetivos de gestão

No âmbito dos Princípios de Governo Societário, o art.º 38º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, determina o conteúdo e exercício da função Acionista, integrando a definição de **orientações a aplicar no desenvolvimento da atividade empresarial**, e os **principais objetivos de gestão e resultados a alcançar pelos titulares dos Órgãos de Gestão, nomeados para cada triénio**.

O quadro seguinte inclui os indicadores de acompanhamento presentes no aditamento ao Plano de Atividades e Orçamento (PAO) de 2015 para o Grupo Transtejo, que serviram de suporte aos principais vetores da estratégia de sustentabilidade e objetivos operacionais originalmente incluídos no PAO 2015.

Tabela 25 - Indicadores de Acompanhamento 2015

	INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO	PAO 2015*	REAL 2015	Variação
1	**Consumo de combustível por LKO *(litros)***			
	Consumo de combustível (litros) / LKO - Lugares Km Oferecidos	0,026 L	0,025 L	-0,001 L
2	**Gastos de Manutenção por LKO (€)**			
	Gastos de Manutenção (€) / LKO - Lugares Km Oferecidos	0,012 €	0,008 €	-0,005 €
3	**Taxa de cobertura dos Gastos Operacionais**			
	Rendimentos Operacionais (Sem IC's) (€) / Gastos Operacionais (€)	54,0%	75,0%	21,0%
4	**Gastos Operacionais por Passageiro Transportado**			
	Gastos Operacionais (€) / Nº total Passageiros Transportados	2,10 €	1,58 €	-0,52 €
5	**Margem do EBITDA**			
	EBITDA (€) / Volume de Negócios	-86,9%	-45,9%	41,0%
6	**Índice Qualidade da Oferta *(a aferir após desempenho)***			
a)	**Nº Reclamações por mil PT**		0,08	
b)	**Regularidade**		98,9%	
c)	**Nº acidentes com passageiros por mil PT**		0,002	

*Aditamento

De acordo com o quadro acima, é possível fazer as seguintes considerações relativamente aos vetores da estratégia de sustentabilidade apoiados nos indicadores de acompanhamento:

- **Prestar um serviço público de qualidade** (Indicador 6) - ainda que não tenha sido definido objetivo para 2015 nas várias componentes deste indicador, é possível afirmar que (a) o n.º de reclamações por mil PT e o n.º de acidentes com passageiros por mil PT são baixas e que (b) a regularidade, determinada pela percentagem de viagens realizadas face às planeadas, ultrapassou os 100%, o que é bastante positivo;

- **Promover o consumo eficiente de recursos** (Indicadores 1, 2 e 4) - os indicadores de consumo de combustível por LKO, gastos de manutenção por LKO e gastos operacionais por passageiro transportado apresentam melhorias face ao previsto;

- **Criar valor para o Acionista** (Indicadores 3 e 5) - a taxa de cobertura dos Gastos Operacionais e a margem do EBITDA apresentam variações positivas face ao previsto.

1.b) Gestão do Risco Financeiro e Limites Máximos de Endividamento

A divulgação prevista no Despacho n.º 101/09-SETF, de 30 de janeiro, relativa à evolução dos gastos de financiamento e da taxa de juro anual dos último 5 anos, encontra-se no quadro abaixo:

Tabela 26 - Encargos Financeiros (2011-2015)

Anos	2015	2014	2013	2012	2011
Encargos Financeiros (€)	4.465.975	4.988.976	7.177.240	8.529.820	5.931.619
Taxa Média de Financiamento (%)	1,41%	1,72%	1,89%	n.d.	n.d.

Nos termos da Lei nº 82-B/2014 de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2015, o limite máximo de crescimento do endividamento das empresas públicas, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado, foi fixado em 3%.

Tabela 27 - Passivo Remunerado 2013-2015

Passivo Remunerado	2015	2014	2013	Variação 15/14	
	Valores (€)			Valor	%
Financiamentos Obtidos (Correntes e Não Correntes)	193.305.878	181.608.178	173.625.000	11.697.700	6,44
- dos quais concedidos pela DGTF	138.305.878	126.608.178		11.697.700	9,24
Aumentos de Capital por Dotação	1.409.345	1.873.965		-464.620	-24,79
Aumentos de Capital por conversão de créditos		1.964.910		-1.964.910	-100
Endividamento Ajustado	194.715.223	185.447.053	173.625.000	9.268.170	5,00

Aplicação da fórmula do "limite máximo de crescimento do endividamento":

$$Var.do\ Endividamento = \frac{((FR_{n+1} - FR_n) + (Aumento\ de\ Capital\ por\ CC_{n+1} + Aumento\ de\ Capital\ para\ SD_{n+1} + Aumento\ para\ CI_{n+1})}{(FR_n + \sum_{2013}^{n} Aumento\ de\ Capital\ por\ CC + \sum_{2013}^{n} Aumento\ de\ Capital\ para\ SD + \sum_{2013}^{n} Aumento\ de\ Capital\ para\ CI)}$$

$$\frac{(11.697.700 + 1.409.345)}{(181.608.178 + 3.838.875)} = 7,07\%$$

Deste modo, o Grupo Transtejo não contribuiu em 2015 para o objetivo determinado na Lei do OE, de não agravamento superior a 3% dos níveis de endividamento do setor público empresarial.

1.c) Prazo médio de pagamentos (PMP)

A evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril é a que consta da tabela abaixo.

Tabela 28 - PMP 2014-2015

PMP	2015	2014	Variação 15/14	
			Valor	%
Prazo (dias)	62	78	-15	-19,85

Ao longo do exercício 2015 foi efetuada uma criteriosa gestão de tesouraria e das dotações orçamentais disponíveis para efetuar Despesa, considerado o objetivo de não agravamento dos prazos de pagamento para além das datas de vencimento acordadas com os fornecedores (60 dias).

Salienta-se que o apuramento deste indicador é influenciado pelos dados históricos dos 12 meses decorridos anteriormente, pelo que no final de 2015 se projetava dar continuidade ao cumprimento mensal deste objetivo e alcançar melhorias no PMP.

1.d) Pagamentos em atraso ("*arrears*")

Mapa demonstrativo da posição em 31-12-2015 das contas a pagar, com evidência das dívidas vencidas e dos pagamentos em atraso, conforme definido no Decreto-Lei n.º 65-A/2011 de 17 de maio.

	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o Art.º1º DL 65-A/2011 (€)			
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	475.829	16.804	0	0	0
Aq. de Capital	0	0	0	0	0
Total	475.829	16.804	0	0	0

O controlo dos Pagamentos em Atraso é um dos requisitos críticos da aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA)[12], aplicáveis às sociedades Transtejo e Soflusa a desde de janeiro de 2014, em consequência da reclassificação destas entidades no perímetro de consolidação das contas públicas, como Serviços e Fundos Autónomos.

Para efeitos do cálculo dos Fundos Disponíveis, é determinante a avaliação da condição da entidade, no âmbito da detenção ou não de pagamentos em atraso, em conformidade com o disposto na LCPA.

1.e) Recomendações do Acionista

No cumprimento dos deveres especiais de informação e das recomendações periodicamente remetidas pelo acionista, o Grupo Transtejo reporta atempadamente toda a informação e esclarecimentos solicitados.

Na sequência da deliberação do acionista na Assembleia Geral de aprovação das contas do exercício de 2009, o Grupo deu continuidade aos trabalhos necessários à reformulação do teor do Protocolo - Interface do Cais do Sodré - Terminal Fluvial, assinado com o Metropolitano de Lisboa em 01.09.2009.

No exercício de 2014 foi reforçada a análise desta situação, envolvendo a apreciação das várias perspetivas das entidades envolvidas neste processo, nomeadamente a Transtejo, o Metropolitano de Lisboa e o Estado, representado pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças. Deste modo, foi possível celebrar um acordo entre as partes, formalizando novo Protocolo regulando os termos e condições mediante os quais se concretizou, no final daquele exercício, a operação de transferência do referido Terminal Fluvial para o Estado. Esta operação, com relevantes impactos financeiros e patrimoniais encontra-se abordada com maior profundidade no capítulo 5.6 do Relatório de Gestão e contas consolidadas do exercício 2014.

1.f) Remunerações dos órgãos sociais

Mesa da Assembleia Geral

Não tendo ocorrido em 2015 a Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício 2014, não foi auferida no ano qualquer remuneração pelos membros deste Órgão Social.

Tabela 29 - Remunerações da Mesa da Assembleia Geral (até 7 de julho)

Mandato (Inicio – Fim)	Cargo	Nome	Designação Legal da Atual Nomeação	Nº de mandatos / Observações	Valor da senha fixada (€)	Remuneração Anual 2015 (€)			
						Bruto (1)	Reduções remuneratórias (2)	Reversão remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1) – (2) – (3)
2008-2010	Presidente	Dr. António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes	Assembleia-Geral 17/07/2008	Em funções até 07-07-2015	557,96	0,00	0,00	0,00	0,00
2008-2010	Vice-Presidente	Dr. Félix Nascimento Esteves	Assembleia-Geral 17/07/2008	Em funções até 07-07-2015	340,16	0,00	0,00	0,00	0,00
2008-2010	Secretário	Dra. Tânia Rodrigues Nascimento	Assembleia-Geral 17/07/2008	Em funções até 07-07-2015	279,54	0,00	0,00	0,00	0,00

[12] O Art.º 3 da LCPA (Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro), estabelece como «Pagamentos em atraso» as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura.

Tabela 30 - Remunerações da Mesa da Assembleia Geral (após 8 de julho)

Mandato (Inicio – Fim)	Cargo	Nome	Designação Legal da Atual Nomeação	Nº de mandatos / Observações	Valor da senha fixada (€)	Remuneração Anual 2015 (€)			
						Bruto (1)	Reduções remuneratorias (2)	Reversão remuneratoria (3)	Valor Final (4) = (1) – (2) – (3)
2015-2017	Presidente	Dr. Pedro Miguel Nascimento Ventura	DUE 08-07-2015	n.a.	500	0,00	0,00	0,00	0,00
2015-2017	Vice-Presidente	Dra. Tânia Rodrigues Nascimento	DUE 08-07-2015	n.a.	425	0,00	0,00	0,00	0,00
2015-2017	Secretário	Dr. André Bernardo de Lemos Alves	DUE 08-07-2015	n.a.	350	0,00	0,00	0,00	0,00

Conselho de Administração (01-01-2015 a 07-01-2015)

Tabela 31 - Identificação dos Membros do Conselho de Administração (até 7 de janeiro)

Mandato (Inicio – Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Forma	Data	Identificação Entidade	Pagadora [O/D]
2008-2010	Presidente	Engº João António da Silva Pintassilgo	Assembleia-Geral 17/07/2008	n.a. / Mantêm-se em funções	EDP	Transtejo
2008-2010	Vogal	Dr.ª Maria Elisa Silva Saloio	Assembleia-Geral 17/07/2008	n.a / Renunciou em 01/02/2011	-	-
2008-2010	Vogal	Dr. Isidro Durão Heitor	Assembleia-Geral 17/07/2008	n.a. / Mantêm-se em funções	n.a.	n.a.

Nota: OPRLO – Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino

Tabela 32 - Acumulação de funções dos Membros do Conselho de Administração (até 7 de janeiro)

Membro do CA (Nome)	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime (Público/Privado)
Engº João António da Silva Pintassilgo	Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	Público
	AATF - Associação dos Armadores do Tráfego Fluvial	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	n.d.
Dr. Isidro Durão Heitor	Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Público
	OTLIS, ACE	Vogal do Conselho de Administração	Público
	AATF - Associação dos Armadores do Tráfego Fluvial	Presidente do Conselho Fiscal	n.d.

Tabela 33 - Estatuto do Gestor Público (até 7 de janeiro)

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Valores mensais Bruto (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Remuneração Mensal	Despesas de Representação
Engº João António da Silva Pintassilgo	S	C	5.837,26	0,00
Dr. Isidro Durão Heitor	S	C	4.689,47	0,00

Nota: EGP – Estatuto do Gestor Público

Tabela 34 - Remuneração Anual (até 7 de janeiro)

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)					
	Variável *	Fixa **	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1) – (2) + (3)
Engº João António da Silva Pintassilgo	246,51	23.377,26	2.218,40	2.047,65	247,72	418,47
Dr. Isidro Durão Heitor	246,51	18.575,96	1.782,00	1.628,64	198,99	352,35

Tabela 35 - Benefícios Sociais (até 7 de janeiro)

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo anual da entidade		Outros	
Engº João António da Silva Pintassilgo	9,13	246,51	TSU	4.371,62				
Dr. Isidro Durão Heitor	9,13	246,51	TSU	3.473,52				

Tabela 36 - Gastos com Comunicações Móveis (até 7 de janeiro)

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Engº João António da Silva Pintassilgo	100	0	
Dr. Isidro Durão Heitor	100	0	

Tabela 37 - Encargos com Viaturas (até 7 de janeiro)

Encargos com viaturas									
Membro do CA (Nome)	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano termo	Valor da Renda Mensal	Valor Anual com rendas	Prestações contratuais Remanescentes
	[S/N]	data	[€]	Identificar			[€]	[€]	[n.º]
Engº João António da Silva Pintassilgo	S		41.507,00	Renting	2009	2013			
Dr. Isidro Durão Heitor	S		38.218,00	Renting	2009	2013			

* Em 2014, considerando a perspetiva de nomeação de novos órgãos a curto prazo, foi prolongado o contrato de renting das viatutas em utlização pelos membros do CA

Tabela 38 - Gastos anuais associados a viaturas (até 7 de janeiro)

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal definido para combustível e portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	Observações
Engº João António da Silva Pintassilgo	313,17					
Dr. Isidro Durão Heitor	313,17					

Tabela 39 - Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (até 7 de janeiro)

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (∑)
				Identificar	Valor	
Engº João António da Silva Pintassilgo						0,00
Dr. Isidro Durão Heitor						0,00

Conselho de Administração (08-01-2015 a 31-12-2015)

Tabela 40 - Identificação dos Membros do Conselho de Administração (após 8 de janeiro)

Mandato (Inicio – Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Forma	Data	Identificação Entidade	Pagadora [O/D]
2015-2017	Presidente	Eng. Rui Lopes Loureiro	RCM	08-01-2015	n.a	D
2015-2017	Vogal -1	Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	RCM	08-01-2015	n.a	D
2015-2017	Vogal -2	Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	RCM	08-01-2015	n.a	D
2015-2017	Vogal -3	Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	RCM	08-01-2015	n.a	D
2015-2017	Vogal -4	Dr. José Rui Roque	RCM	08-01-2015	n.a	D

(1) RCM – Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2015, de 14 de janeiro.

Nota: OPRLO – Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino

Tabela 41 - Acumulação de funções dos Membros do Conselho de Administração (após 8 de janeiro)

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime (Público/Privado)
Eng. Rui Lopes Loureiro	CARRISTUR – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade unipessoal, Lda.	Gerente	Público
	CARRISBUS – Manutenção, Reparação e Transportes, S.A.	Presidente	Público
	FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A.	Presidente	Público
	METROCOM – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	Presidente	Público
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	CARRISTUR – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade unipessoal, Lda.	Gerente	Público
	FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A.	Vogal	Público
	TREM – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Vogal	Público
	TREM II – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Vogal	Público
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	CARRISBUS – Manutenção, Reparação e Transportes, S.A.	Vogal	Público
	FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A.	Vogal	Público
	TREM – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Vogal	Público
	TREM II – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Vogal	Público
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	CARRISTUR – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade unipessoal, Lda.	Gerente	Público
	METROCOM – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	Vogal	Público
Dr. José Rui Roque	CARRISBUS – Manutenção, Reparação e Transportes, S.A.	Vogal	Público
	METROCOM – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	Vogal	Público

Tabela 42 - Estatuto do Gestor Público (após 8 de janeiro)

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Valores mensais Bruto (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Remuneração Base	Despesas de Representação
Eng. Rui Lopes Loureiro	S	A	1.907,58	763,03
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	S	A	1.526,07	610,43
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	S	A	1.526,07	610,43
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	S	A	1.526,07	610,43
Dr. José Rui Roque	S	A	1.526,07	610,43

Nota: EGP – Estatuto do Gestor Público

Tabela 43 - Remuneração Anual (após 8 de janeiro)

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)					
	Variável *	Fixa **	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1) – (2) + (3)
Eng. Rui Lopes Loureiro	0,00	35.223,72	35.223,72	5.107,33	669,22	30.785,61
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	0,00	28.164,42	28.164,42	4.038,98	526,13	24.651,57
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	0,00	28.178,83	28.178,83	4.084,72	535,14	24.629,25
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	0,00	28.178,83	28.178,83	4.086,04	535,40	24.628,19
Dr. José Rui Roque	0,00	28.178,83	28.178,83	4.084,72	535,14	24.629,25

Tabela 44 - Benefícios Sociais (após 8 de janeiro)

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Outros	
	Valor / dia	Montante pago Ano	Identificar	Valor			Identificar	Valor
Eng. Rui Lopes Loureiro	9,54	639,18	SS	7.391,96			Seguros Acidentes Trabalho	177,33
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	9,54	773,56	SS	5.907,05			Seguros Acidentes Trabalho	141,71
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	9,54	604,20	SS	5.920,08			Seguros Acidentes Trabalho	142,06
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	9,54	731,92	SS	5.898,58			Seguros Acidentes Trabalho	141,51
Dr. José Rui Roque	9,54	690,06	SS	5.925,88			Seguros Acidentes Trabalho	142,18

Tabela 45 - Gastos com Comunicações Móveis (após 8 de janeiro)

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Eng. Rui Lopes Loureiro	40	0	
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	40	13,85	
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	40	15,77	
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	40	17,23	
Dr. José Rui Roque	40	32,40	

Tabela 46 - Encargos com Viaturas (após 8 de janeiro)

Membro do CA (Nome)	Encargos com viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano início	Ano termo	Valor da Renda Mensal	Valor Anual com Rendas	Prestações contratuais Remanescentes
	[S/N]	data	[€]	[identificar]			[€]	[€]	[n.º]
Eng. Rui Lopes Loureiro (1)	S	20-01-2010	42.750,00	ALD	2010	2014			
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas (3)	S	16-06-2011	26.317,93	ALD	2011	2014			
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos (2)	S	15-01-2015	42.520,48	ALD	2015	2018	202,41	315,04	24
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo (1)	S	05-08-2010	42.822,00	ALD	2010	2014			
Dr. José Rui Roque (2)	S	05-03-2010	45.305,00	ALD	2010	2015	312,70	365,30	0

(1) Viatura utilizada pertencente à Carris, adquirida no final do contrato
(2) Viatura utilizada pertencente à Carris, em regime ALD
(3) Viatura utilizada pertencente ao Metro

Tabela 47 - Gastos anuais associados a viaturas (após 8 de janeiro)

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal definido para combustível e portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	Observações
Eng. Rui Lopes Loureiro	190,76	216,62	65,22	324,98	24,59	
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	152,61	148,04	64,89			
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	152,61	101,07		3,66		
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	152,61	100,93	37,94	24,20	22,11	
Dr. José Rui Roque	152,61	138,64	60,89	502,83	52,93	

Tabela 48 - Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (após 8 de janeiro)

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Eng. Rui Lopes Loureiro			212,90			212,90
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas			85,28			85,28
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos			16,79			16,79
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo						0,00
Dr. José Rui Roque						0,00

Conselho Fiscal

Tabela 49 - Identificação e Estatuto Remuneratório dos Membros do Conselho Fiscal (até 7 de julho)

Mandato (início – fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal [€]
			Forma	Data	
2008-2010	Presidente	Dra. Mª Teresa Figueiredo Alves Carvalho	Assembleia-Geral 17/07/2008	Em funções até 07-07-2015	1.090,52 x 14
2008-2010	Vogal Efetivo	Dra. Alexandra Maria Brito Carvalho	Assembleia-Geral 17/07/2008	Em funções até 07-07-2015	817,89 x 14
2008-2010	Vogal Efetivo	Dr. Carlos Lipari Garcia Pinto	Assembleia-Geral 17/07/2008	Em funções até 07-07-2015	817,89 x 14
2008-2010	Vogal Suplente	Dr. Carlos Alberto Dores Costa	Assembleia-Geral 17/07/2008	n.a. / Renunciou em 01/05/2013	n.a.

Tabela 50 - Identificação e Estatuto Remuneratório dos Membros do Conselho Fiscal (após 8 de julho)

Mandato (início – fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal [€]
			Forma	Data	
2015-2017	Presidente	Dra. Maria Teresa Figueiredo Alves Carvalho	DUE	08-07-2015	1.281,90 x 14
2015-2017	Vogal Efetivo	Dra. Alexandra Maria Brito Carvalho *	DUE	08-07-2015	961,42 x 14
2015-2017	Vogal Efetivo	Dr. Carlos Lipari Garcia Pinto **	DUE	08-07-2015	961,42 x 14
2015-2017	Vogal Suplente	Dra. Ana Elisabete de Assunção Militão ***	DUE	08-07-2015	961,42 x 14

* Renunciou a 30.07.2015, com efeitos a 31.08.2015

** Renunciou a 16.09.2015, com efeitos a 31.10.2015

*** Face às renúncias verificadas após as nomeações de 08-07-2015, foi nomeada Vogal Efetiva, com efeitos a partir de 01-11-2015

Tabela 51 - Remuneração Anual dos Membros do Conselho Fiscal

Nome	Remuneração Anual 2015 (€)			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1) – (2) + (3)
Dra. Mª Teresa Figueiredo A. Carvalho	14.213,86	1.160,36	290,00	13.343,50
Dra. Alexandra Maria Brito Carvalho	7.360,65	600,88	150,26	6.910,03
Dr. Carlos Lipari Garcia Pinto	9.010,45	735,56	183,94	8.458,83
Dra. Ana Elisabete de Assunção Militão	1.650,15	134,68	33,68	1.549,15

Revisor Oficial de Contas

Tabela 52 - Identificação do ROC

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidos no grupo
		Nome	N.º de inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Forma	Data	Contratada	
2015-2017	Efetivo	Barbas, Martins, Mendonça e Associados, SROC representado por Dr. Victor Manuel do Carmo Martins (ROC n.º 456)	100	8968	DUE	29-08-2008		8
2015-2017	Suplente	Dr. José Luís Mesquita Barbas	100	8968	DUE	29-08-2008		8

Tabela 53 - Remuneração do ROC

Nome	Remuneração Anual 2015 (€)			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1) – (2) + (3)
Barbas, Martins, Mendonça e Associados, SROC	24.030,00	0,00	0,00	24.030,00

1.g) Remunerações do Auditor Externo

Tabela 54 - Identificação e Remuneração Anual do Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Data da contratação		Remuneração Anual [€]			
Nome	N.º inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços Contratada (a)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1) – (2) + (3)
Deloitte & Associados, SROC S.A.	43	231	n.d.	n.d.	15.040			15.040

(a) Valor correspondente à prestação de Serviços a cada uma das empresas do Grupo, no montante de 7.520€

1.h) Remunerações dos restantes trabalhadores

No cumprimento do disposto da Lei 82-B/2014 (Lei do OE2015) não foram efetuadas em 2015 quaisquer valorizações remuneratórias aos trabalhadores das sociedades que compõem o Grupo Transtejo.

Conforme referido no ponto 6.3., em 2015 foi dado cumprimento à aplicação da norma de redução remuneratória temporária prevista na lei do OE2015, que remete para a Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, prevendo a reversão de 20% a partir do processamento salarial de janeiro de 2015.

Tabela 55 - Remunerações ao Pessoal (sem Órgãos Sociais) e reduções remuneratórias 2010-2015

milhares de €

	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Remunerações do Pessoal * (sem Órgãos Sociais)	**11 240**	**11 135**	**11 806**	**11 417**	**11 932**	**13 114**
Reduções decorrentes de alterações legislativas	109	259	120	562	144	0

**Inclui Encargos da entidade patronal / exclui indemnizações por rescisão contratual*

1.i) Despesas não documentadas

O Grupo Transtejo cumpriu o disposto no n.º 2 do artigo 16º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, não tendo realizado despesas não documentadas.

1.j) Princípio de Igualdade de Género

Informação divulgada no Ponto 6.2. - Princípio de Igualdade de Género deste Relatório.

1.k) Contratação Pública

Em 2015 o Grupo Transtejo aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, à contratação pública que se encontra submetida a esse regime.

1.l) Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção

O Grupo Transtejo tem aprovado e implementado, desde 28 de Janeiro de 2010, um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), dando cumprimento à Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 1 de julho de 2009, onde se identificam as áreas que potencialmente podem ser sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os principais riscos daí decorrentes, os controlos instituídos que visam a sua mitigação e prevenção, os seus impactos e a sua probabilidade de ocorrência.

Anualmente, deve ser elaborado um Relatório de Execução do referido plano. No entanto, face às alterações na Estrutura Organizacional e a reafectação de atribuições das várias unidades Orgânicas, no fanal do exercício de 2015 o referido Relatório de Execução encontrava-se em fase de aprovação.

1.m) Sistema Nacional de Compras Públicas (SNPC)

Nesta matéria, desde 2010 que o Grupo Transtejo implementa as medidas previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010-2013, tendo aderido voluntariamente ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).

Ao abrigo dos Acordos Quadro geridos pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (ESPAP), IP., foi concluído o procedimento pré-contratual relativo à aquisição de serviços de limpeza e

fornecimento de produtos de higiene para o Grupo Transtejo (Acordo Quadro de 17 de agosto de 2010). Foi igualmente efetuado procedimento com vista à contratação de serviços de vigilância e segurança humana (Acordo Quadro de 15 de abril de 2010) tendo sido concretizada em 2014 a celebração do respetivo contrato.

De referir que, no âmbito do novo modelo organizacional, a área de Gestão Corporativa responsável pela Logística passou a centralizar os procedimentos de contratação das várias empresas, procurando, sempre que possível, obter as melhores condições na aquisição de bens e serviços para as empresas Carris, Metro, Transtejo e Soflusa, procedendo à contratação com recurso à modalidade de agregação de entidades adjudicantes.

1.n) Frota Automóvel

No cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 61.º da Lei nº 82-B/2014 de 31 de dezembro, manteve-se em 2015 o esforço de redução de gastos associados à gestão da frota de veículos do Grupo. No final de 2015 a frota do Grupo Transtejo era composta por 15 unidades.

Os gastos associados à gestão da frota de veículos apresentam-se detalhadamente na tabela seguinte:

Tabela 56 - Indicadores da Frota Automóvel - 2015

Frota Automóvel	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Nº Veículos	15	16	17	20	21	21
Gastos:						
Combustível	14.339	22.761	29.532	31.233	26.789	33.669
Conservação e Reparação	11.478	13.694	20.331	16.196	18.972	21.352
Rendas	729	20.961	27.029	31.087	31.457	30.366
Seguros	9.708	10.021	12.670	15.017	15.560	16.491
Impostos	1.017	990	772	630	714	903
Total Gastos	**37.271**	**68.426**	**90.334**	**94.163**	**93.492**	**102.780**

1.o) Plano de Redução de Gastos Operacionais

A Circular Série A n.º 1376 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças referente às "Instruções para a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2015" estabeleceu os seguintes "Princípios Financeiros" de referência para o exercício, em conformidade com o estabelecido no artigo 60.º da proposta de Lei do OE2015, e que mais tarde foi determinado no artigo 61º da Lei nº 82-B/2014 de 31 de dezembro:

- EBITDA tendencialmente nulo (para as empresas deficitárias);
- Redução de custos operacionais (CMVMC + FES + Gastos com Pessoal, sem indemnizações por rescisão contratual), no seu conjunto, em 15% relativamente a 2010.
- Manutenção dos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento e comunicações, ao nível do real de 2014;

A concretização do cenário de otimização previsto, decorrente da fusão por integração da Soflusa na Transtejo, pressuposto que tem vindo a ser considerado nas propostas de Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG) desde 2010, teria facilitado o atingir dos limites de despesa máxima fixados.

Não obstante a ausência de desenvolvimentos desse processo no ano de 2015, foi mantido o foco da gestão na aplicação de medidas de contenção de gastos de funcionamento, procurando dar cumprimento às medidas estabelecidas. O desempenho do Grupo Transtejo no exercício 2015 foi o seguinte:

Tabela 57 – Avaliação cumprimento PRC - 2015

€

PRC	Meta	REAL						2015/2014		2015/2010	
		2015	2014	2013	2012	2011	2010	Δ Valor	Δ %	Δ Valor	Δ %
1. EBITDA (milhares de €):		-5 732 781	1 239 043	-7 548 722	-8 292 785	-9 071 899	-4 346 741	-6 971 824	92%	-1 386 040	32%
2. CMVMC		6 301 968	7 956 050	8 826 334	9 888 568	11 036 937	8 338 143	-1 654 081	-19%	-2 036 175	-24%
3. FSE		7 598 373	8 743 478	8 943 713	9 998 634	9 917 915	10 758 357	-1 145 105	-13%	-3 159 984	-29%
3.1. Deslocações / Estadas	≤2014	886	752	4 661	7 522	12 628	13 941	134	3%	-13 056	-94%
3.2. Ajudas de Custo	≤2014	0	0	0	0	0	0	0	--	0	--
3.3. Comunicações	≤2014	20 012	33 676	41 978	100 790	135 117	131 233	-13 663	-33%	-111 220	-85%
4. GASTOS COM PESSOAL		12 390 776	11 649 573	12 926 817	12 327 327	12 717 677	14 090 723	741 203	6%	-1 699 947	-12%
4.1. Indemnizações	n.a.	624 064	62 800	354 819	146 785	10 476	44 066	561 264	158%	579 999	1316%
5. Controlo GASTOS (2.)+(3.)+(4.)-(4.1.)	-15% vs 2010	25 667 053	28 286 301	30 342 045	32 067 744	33 662 053	33 143 157	-2 619 248	-9%	-7 476 104	-23%
6. VOLUME DE NEGÓCIOS		14 770 905	14 821 242	14 773 085	15 084 256	14 743 833	13 970 015	-50 337	0%	800 890	6%
7. % GASTOS / VOL. NEGÓCIOS (5.)/(6.)		174%	191%	205%	213%	228%	237%				
8. VOL. NEGÓCIOS / N.º TRABALHADORES		32 824	31 401	30 842	29 635	29 023	26 309	1 423	5%	6 515	25%

1.p) Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes

Tabela 58 – Controlo do número de Efetivos e Cargos Dirigentes - 2015

PRC	Meta	REAL						2015/2014		2015/2012	
		2015	2014	2013	2012	2011	2010	Δ Valor	Δ %	Δ Valor	Δ %
1. Número RH (inclui Órgãos Sociais)	-3% vs 2012	460	482	489	519	518	542	-22	-4%	-59	-11%
2. Nº Efetivos (sem órgãos sociais)		450	472	479	509	508	531	-22	-5%	-59	-12%
3. Nº Cargos Direção		6	11	12	13	12	13	-5	-42%	-7	-54%
4. Nº Efetivos /Nº Cargos Direção (1.)/(3.)		75,0	42,9	39,9	39,2	42,3	40,8				
5. Nº Viaturas (parque automóvel)		15	16	17	20	21	21	-1	-6%		
6. Total Gastos com viaturas		37.271 €	68.426 €	90.334 €	94.163 €	93.492 €	102.780 €	-31.155 €	-34%		

1.q) Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

No cumprimento do disposto na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, as empresas Transtejo e Soflusa procederam à abertura de conta na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, IGCP, E.P.E. (IGCP), no âmbito do cumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado (UTE).

Conforme previsto no artigo 125.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, as empresas do Grupo procuram manter as suas disponibilidades no IGCP, situação que se demonstra no quadro seguinte:

Tabela 59 - Cumprimento Princípio UTE

Total Disponibilidades a 31-12-2015	**6.628.728 €**	
Depositadas no IGCP	6.488.524 €	97,88%
Outras	140.203 €	

Não obstante as sociedades que compõem o Grupo Transtejo disporem de contas à Ordem junto do IGCP conforme acima indicado, a especificidade da atividade comercial das duas sociedades compreende um conjunto de atividades e serviços que o IGCP não se encontra vocacionado para disponibilizar, nomeadamente:

- Recolha, tratamento e depósito de receita de bilheteira e máquinas de venda automática;
- Abastecimento de trocos às máquinas e bilheteiras dos terminais e estações fluviais;
- Gestão dos terminais POS instalados pela SIBS em condições comerciais favoráveis;
- Emissão e gestão de garantias bancárias;
- Instalação de terminais MB nas estações e terminais fluviais;
- Intermediação financeira nos casos do empréstimo obrigacionista e Instrumento de Gestão de Risco Financeiro contratados pela Transtejo em 2007.

Considerando que a aplicação do princípio da UTE pode ser excecionada[13] em casos devidamente fundamentados, mediante autorização do titular da função acionista, o Conselho de Administração submeteu à apreciação da Direção Geral do Tesouro e Finanças e ao IGCP um pedido de dispensa, fundamentada do cumprimento integral do disposto no princípio da UTE, nos termos do n.º 3 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 03 de outubro (RJSPE).

1.r) Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

A última auditoria operacional efetuada pelo Tribunal de Contas às empresas do Grupo Transtejo ocorreu em 2010 (Processo n.º 16/10-AUDIT), tendo sido emitido um conjunto de recomendações, que constam do Relatório de Auditoria n.º 49/2010-2ªS e que abaixo se transcrevem.

Para efeitos de acompanhamento, o Grupo deu conhecimento ao Tribunal de Contas das medidas tomadas e sua adoção, dando seguimento às recomendações recebidas. Divulgam-se apenas as ações mais relevantes, ocorridas no exercício de 2015, relativamente a cada recomendação:

Recomendação 1 - Redefina a sua oferta, sobretudo a que corre em horários com procura reduzida, buscando uma maior racionalidade entre a procura e a oferta para melhorar o desempenho operacional de todas as carreiras.

No exercício de 2015 foi dada continuidade à aplicação dos níveis de Qualidade e frequência de Serviço, anteriormente previstos nos Contratos de Prestação de Serviço Público, ainda que estes tenham terminado em 2014.

[13] Despacho n.º 506/15-SET, de 13 de abril de 2015 – Transtejo;
Despacho n.º 504/15-SET, de 13 de abril de 2015 – Soflusa

Recomendação 2 - Reveja, restringindo, a sua política de atribuição de transporte gratuito na sua rede de transporte público.

O cumprimento desta recomendação foi reforçado com regras determinadas para o Orçamento de Estado de 2013, às quais o Grupo procurou dar continuidade ao cumprimento nos exercícios de 2014 e 2015.

Recomendação 3 - Reveja os Acordos de Empresa e outras decisões do Conselho de Administração, no sentido de reduzir o pagamento de horas não trabalhadas e de eliminar benefícios, subsídios e prémios que não incrementam nem a produtividade, nem a qualidade do desempenho.

No âmbito desta recomendação, cumpre destacar:

i. A não contemplação destas alterações, na revisão dos Acordos de Empresa efetuada em 2014, por não se terem reunido condições para reconfigurar o sistema remuneratório em vigor nem reduzir o leque de subsídios;

ii. A consolidação do Sistema de Avaliação de Desempenho (SAD), tendo dado cumprimento em 2014, ao ciclo de avaliação referente ao desempenho de 2013. O SAD, que poderá vir a suportar um modelo de compensação baseado no mérito e na qualidade do desempenho, estando previsto que incorpore brevemente a componente "objetivos" nos critérios de avaliação. De referir que em 2015 não foi possível dar cumprimento ao SAD, carecendo o mesmo de ajustamentos decorrentes das alterações à estrutura organizacional;

iii. A continuidade da aplicação na Soflusa de escalas de serviço que permitam a otimização do tempo de trabalho, melhorando a afetação do Pessoal de reserva, com efeitos na redução do trabalho extraordinário;

iv. Otimização do planeamento e gozo de férias, com restrição de alterações ao plano base, com efeitos na otimização da gestão dos efetivos e redução do trabalho extraordinário.

Recomendação 4 - Avalie o custo-benefício da operacionalidade da frota, ponderando a mais-valia de descontinuar embarcações que, simultaneamente, registem acentuadas taxas de inoperacionalidade e elevadas custos manutenção.

Esta recomendação tem estado no centro das preocupações da Gestão, no sentido de promover a identificação de navios para possível abate/venda. Em 2015 foi possível concretizar a alienação de 3 embarcações (2 TT e 1 SL). Esta medida, por carecer de uma criteriosa conjugação com o planeamento da oferta do serviço público, tem vindo a ser afetada pela não concretização do projeto de renovação da frota de Cacilheiros.

Recomendação 5 - Proceda à atualização dos números da procura com base nas validações efetuadas no sistema de entrada na rede e sejam esses os números constantes nos seus documentos oficiais e de prestação de contas.

O sistema de controlo de acessos utilizado pelas empresas do Grupo tem vindo a ser aperfeiçoado, permitido com cada vez maior fiabilidade, determinar indicadores de procura com base no número efetivo de validações.

Encontrando-se reunidas condições técnicas para cumprir a recomendação, procedeu-se desde 2014 à alteração desta metodologia de apuramento dos indicadores da procura, conforme abordagem efetuada no capítulo 4.1. deste relatório.

Recomendação 6 - Garanta que na aquisição de prestação de serviços, os procedimentos adotados respeitem sempre os princípios da livre concorrência, transparência e boa gestão e que assegurem a melhor economia para os dinheiros públicos.[14]

Enquadradas pelo Código de Ética, as normas internas para aquisição de bens e prestação de serviços que constam do "Regulamento de Compras" em vigor no Grupo Transtejo, consagram os princípios da livre concorrência, transparência e boa gestão, com o objetivo de assegurar a melhor economia dos recursos financeiros. O reforço em 2015 do cumprimento deste normativo interno, garante a observância da recomendação do Tribunal de Contas.

Recomendação 7 - Em futuras situações de necessidade de aplicação de multas contratuais, não substitua esse procedimento pelo encontro de contas, quando tal aportar um custo de oportunidade que prejudique as empresas.[15]

Em futuras situações de incumprimento por parte de fornecedores de bens ou prestadores de serviços, ponderando as questões específicas de cada situação, o Grupo procurará seguir esta recomendação.

Recomendação 8 - Empenhe-se na obtenção da justa compensação pelo prejuízo económico que a Transtejo - Transportes Tejo, S.A. está a ter devido ao atraso na entrada em funcionamento dos dois navios ferries, bem como na cobrança efetiva das multas contratuais decorrentes desse atraso.

A Transtejo empenhou-se na obtenção da justa compensação para os prejuízos face ao atraso da entrada em funcionamento dos dois ferries. Em consequência, foram acionadas e concretizadas as penalidades previstas no contrato.

Posteriormente, o construtor dos ferries desencadeou a instalação de Tribunal Arbitral (TA), tendo em vista a resolução da divergência entre as partes, decorrente da legalidade da aplicação das penalidades contratuais. Por decisão deste TA, a Transtejo foi condenada a pagar ao construtor dos ferries metade do montante resultante da liquidação das penalidades contratuais.

No exercício de 2015 ambos os navios estiveram afetos ao serviço público de transporte de passageiros.

Recomendação 9 - Acautele os investimentos realizados de modo a que sejam sempre eficazes em retorno económico e/ou social, obstando, desse modo, ao desperdício de dinheiros públicos resultante de despesas improfícua.[15]

Em 2015, foi mantido o princípio de acautelar os investimentos, condicionados pela limitada capacidade de autofinanciamento, procurando que sejam eficazes, com retorno económico e social (sendo esta a vertente com

[14] Na sequência do Relatório n.º 14/2014 – 2.ª Secção – "*Auditoria de seguimento às recomendações formuladas em relatórios de auditoria a empresas do setor dos transportes públicos*", do Tribunal de Contas, de 30-07-2014, estas recomendações estão suspensas.

[15] Na sequência do Relatório n.º 14/2014 - 2.ª Secção - "*Auditoria de seguimento às recomendações formuladas em relatórios de auditoria a empresas do setor dos transportes públicos*", do Tribunal de Contas, de 30-07-2014, esta recomendação está suspensa.

maior peso nas decisões, atento o quadro de serviço público em que desenvolve a sua atividade). De referir que por questões de gestão orçamental, alguns projetos de investimento previstos para 2015 foram adiados ou suspendidos.

Recomendação 10 - Cesse a acumulação de funções incompatíveis do diretor da Direção de Segurança e Ambiente e as de diretor da Direção de Manutenção da Transtejo - Transportes Tejo S.A.

Recomendação já observada com efeitos na nomeação em 2011 de novo diretor da Direção de Manutenção do Grupo Transtejo (não aplicável no atual contexto organizacional).

Recomendação 11 - Celebre com cada um dos trabalhadores que beneficiem de viaturas para uso em serviço e pessoal um acordo escrito para que esse rendimento em espécie seja passível de Imposto Sobre o Rendimento conforme dispõe o art.º 2º, nº 3 al. 9 da Lei 109-B/2001 de 27 de dezembro.

O cumprimento desta recomendação foi observado em deliberação do Conselho de Administração sobre a matéria. Adicionalmente, foi preparado o "Regulamento de utilização de viaturas da Frota Automóvel", que se encontra em vigor. Em 2013, o Conselho de Administração aprovou a revisão deste regulamento, revogando a ordem de serviço em vigor, com indicação para integração no Manual de Organização e respetiva divulgação interna.

No âmbito do atual modelo organizacional, esta matéria encontra-se regulamentada em normativo interno aplicável à Macroestrutura de Gestão comum às várias empresas (Carris, Metro, TT e Soflusa).

1.s) Informação divulgada no SEE

Tabela 60 - Validação do cumprimento de divulgações no Site do SEE

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação S/N/N.A.	Data Atualização	Coment.
Estatutos actualizados (PDF)	S	2016	
Caracterização da Empresa	S	2014	
Função de tutela e acionista	S	2017	
Modelo Governo / Membros dos Orgãos Sociais:			
Identificação dos órgãos sociais	S	out-2014	
Estatuto remuneratório fixado	S	out-2014	
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	out-2014	
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	out-2014	
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	out-2014	
Esforço Financeiro Público	S	2016	
Ficha Síntese	S	2017	
Informação Financeira histórica e actual	S	2009	(*)
Princípios de Bom Governo:			
Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	S	jun-2013	
Transações Relevantes com entidades relacionadas	S	jun-2013	
Outras transacções	S	jun-2013	
Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios:			
Económico	S	jul-2013	
Social	S	jul-2013	
Ambiental	S	jul-2013	
Avaliação do cumprimento dos Princípios de bom Governo	S	jun-2013	
Código de Ética	S	jun-2013	

* *Será devidamente atualizada após aprovação das contas referentes aos exercícios de 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015*

1.t) QUADRO RESUMO – Cumprimento das Orientações Legais

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação (Ref. ponto do Relatório)
	S	N	N.A.		
Objetivos de gestão / Planos de Atividade e Orçamento					
Indicadores de Acompanhamento definidos para 2015	x				9. a)
Gestão do Risco Financeiro			x	Taxa média financiamento: 1,41%	9. b)
Limites de Crescimento do Endividamento		x		Crescimento de 7,07% face a 2014	9. b)
Evolução do PMP a fornecedores	x			-15 dias relativamente a 2014	9. c)
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	x			Dívidas vencidas 2015 (> 90 dias) = 0 €	9. d)
Recomendações do acionista na aprovação de contas:					
(Última Assembleia-Geral de aprovação de contas ocorrida em 28 de outubro de 2010 - aprovação de contas do exercício de 2009)			x	Ver abordagem sobre desenvolvimentos recentes da recomendação da AG de aprovação de contas de 2009	9. e)
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41.º da Lei nº 82-B/2014	x			Não aplicável	
Órgãos sociais - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2015	x			Total da Redução remuneratória em 2015 - 23.803€	9. f)
Auditor Externo - redução e reversões remuneratórias nos termos do art.º 75.º da Lei nº 82-B/2014			x	Não aplicável	
Restantes trabalhadores - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2015	x			Total da redução remuneratória em 2015 = 108.707 €	9. h)
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias (art.º 38.º da Lei nº 82-B/2014)	x			Não aplicável	9. h)
EGP - artigo 32.º					
Não utilização de cartões de crédito			x	Não aplicável	
Não reembolso de despesas de representação pessoal			x	Não aplicável	
Despesas não documentadas - n.º 2 do art. 16.º do DL n.º 133/2013					
Proibição de despesas não documentadas	x				9. i)
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014					
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens		x			9. j)
Contratação Pública					
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	x			Nao aplicavel	
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas	x			Não aplicável	
Contratos submetidos a visto prévio do TC	x			Apenas em 2013	
Prevenção da Corrupção - n.º 1 do artigo 46.º do DL n.º 133/2013					
Elaboração e divulgação do relatório anual	x				9. l)
Auditorias doTribunal de Contas			x		
(Recomendações)	x			Follow up efetuado neste relatório	9. r)
Parque Automóvel	x				
Nº de viaturas	x			15 (-1 face a 2014)	9. n)
Gastos com viaturas	x			37.271 € (-31.155 €, -46%, face a 2014)	9. n)
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 61.º da Lei n.º 82-B/2014)	x			Redução de 23% face a 2010	9. o)
Redução de Trabalhadores					
Nº de trabalhadores	x			-22 trabalhadores face a 2014 (-4%)	9. p)
Volume de Negócios / N.º Trabalhadores	x			+1.423€ face a 2014 (+5%)	9. o)
Nº de cargos dirigentes	x			-5 dirigentes face a 2014 (-42%)	9. p)
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 125.º da Lei 82-B/2014 e art.º 28.º do DL 133/2013)	x				
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP			x	98% de disponibilidades depositadas no IGCP dez.2015	9. q)
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado			x		9. q)

10. Notas Finais

10.1. Agradecimentos

O Conselho de Administração manifesta o seu reconhecimento pela colaboração prestada pelas entidades que supervisionam a atividade que constitui o objeto social do Grupo Transtejo, particularmente à Direção Geral dos Recursos Marítimos (DGRM), ao ex-Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos e à Capitania do Porto de Lisboa.

Agradece finalmente, a colaboração de todos os que ao longo do exercício contribuíram com o seu desempenho na prossecução do objetivo principal da Empresa, a prestação de um serviço público cada vez mais eficiente e de melhor qualidade.

10.2. Proposta de aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício, no montante negativo de -11.914.559,94 € (onze milhões, novecentos e catorze mil, quinhentos e cinquenta e nove euros e noventa e quatro cêntimos), seja integralmente transferido para a conta de Resultados Transitados.

11. Declaração de Cumprimento

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c), do nº. 1, do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, cada um dos membros do Conselho de Administração Transtejo - Transportes Tejo, SA, abaixo identificados nominalmente, subscreveu a declaração do seguinte teor:

"Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c), do nº. 1, do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, atuando na qualidade e no âmbito das funções que se me encontram atribuídas e com base na informação que me foi disponibilizada no seio do Conselho de Administração, as demonstrações financeiras da Transtejo - Transportes Tejo, S.A. foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Transtejo - Transportes Tejo, S.A. e que o relatório de gestão relativo ao exercício social de 2015 expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos naquele período e o impacto nas respetivas demonstrações financeiras, contendo igualmente uma descrição dos principais riscos e incertezas para o exercício seguinte"

Lisboa, 16 de maio de 2019

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marina João da Fonseca Lopes Ferreira, Presidente

Sara Maria Murta Ribeiro, Vogal

Luis Filipe Dias Carvalho Maia, Vogal

TRANSTEJO SOFLUSA

TRANSTEJO - Transportes Tejo, S.A.

EXERCÍCIO DE 2015

CONTAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS & ANEXO

TRANSTEJO - TRANSPORTES TEJO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos em Euros)

ATIVO	Notas	2015	2014
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos fixos tangíveis	9	38.666.514,44	45.126.039,10
Ativos intangíveis	10	27.125,50	23.792,00
Interesses em empreendimentos conjuntos	11	125.690,29	111.404,57
Outros ativos financeiros	13	531,96	531,96
Total do Ativo não corrente		**38.819.862,19**	**45.261.767,63**
ATIVOS CORRENTES:			
Inventários	14	773.129,03	1.110.344,31
Clientes	15	311.323,72	189.598,57
Imposto sobre o rendimento corrente	16	69.863,19	67.719,35
Outras contas a receber	17	880.764,08	980.302,82
Estado e outros entes públicos	17	455.174,12	449.712,61
Outros ativos correntes	18	529.976,36	676.612,47
Caixa e depósitos bancários	19	6.628.727,79	1.437.681,25
Total do Ativo corrente		**9.648.958,29**	**4.911.971,38**
Total do ativo		**48.468.820,48**	**50.173.739,01**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	20	58.248.220,00	56.838.875,00
Reservas de cobertura	21	(1.457.285,21)	(2.664.321,68)
Resultados transitados	21	(227.586.626,24)	(221.390.250,46)
Resultado consolidado liquido		(11.914.559,94)	(6.196.375,78)
Total do capital próprio		**(182.710.251,39)**	**(173.412.072,92)**
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	23	152.433.681,67	161.837.344,67
Instrumentos financeiros derivados	24	1.457.285,21	2.664.321,68
Provisões	22	369.702,29	896.786,11
Outros passivos não correntes	25	22.570.724,66	26.711.253,43
Total do Passivo não corrente		**176.831.393,83**	**192.109.705,89**
PASSIVO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	23	44.746.541,31	20.220.047,02
Fornecedores	26	657.588,29	1.360.603,93
Imposto sobre o rendimento corrente	16	56.425,62	17.759,15
Outras contas a pagar	27	2.729.362,05	2.704.451,90
Estado e outros entes públicos	17	363.778,07	372.952,05
Outros passivos correntes	28	5.793.982,70	6.800.291,99
Total do passivo corrente		**54.347.678,04**	**31.476.106,04**
Total do passivo		**231.179.071,87**	**223.585.811,93**
Total do Capital Próprio e do Passivo		**48.468.820,48**	**50.173.739,01**

O anexo faz parte integrante desta demonstração do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Drª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Drª Sara Maria Murta Ribeiro

Engº Luís Filipe Dias Carvalho Maia

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Drª Ema Maria de Almeida Ferreira

TRANSTEJO - TRANSPORTES TEJO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos em Euros)

	Notas	2015	2014
Vendas e serviços prestados			
Serviços prestados	29	14.770.904,85	14.821.241,98
Subsídios à exploração	30	2.064.478,20	7.818.053,63
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	31	(6.301.968,37)	(7.956.049,61)
Fornecimentos e serviços externos	32	(7.598.372,88)	(8.743.478,27)
Gastos com o pessoal	33	(12.390.775,95)	(11.649.572,79)
Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)	14	(190.846,27)	(281.181,29)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	15 e 17	(6.285,86)	998.945,95
Provisões (aumentos / reduções)	22	516.688,38	(356.035,84)
Outros rendimentos e ganhos	34	3.754.624,54	6.927.379,90
Outros gastos e perdas	35	(351.227,45)	(340.260,54)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(5.732.780,81)	1.239.043,12
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	36	(4.371.971,74)	(5.344.299,04)
Amortizações de subsídios ao investimento	36	2.726.471,78	2.818.682,74
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(7.378.280,77)	(1.286.573,18)
Juros e gastos similares suportados	37	(4.522.196,86)	(4.988.976,34)
Juros e rendimentos similares obtidos	37	42.343,31	96.932,89
Resultado antes de impostos		(11.858.134,32)	(6.178.616,63)
Imposto sobre o rendimento do exercício	16	(56.425,62)	(17.759,15)
Resultado líquido do exercício		**(11.914.559,94)**	**(6.196.375,78)**
Outros rendimentos do exercício			
Ganhos / (Perdas) de justo valor nos Swaps de cobertura	21	1.207.036,47	768.368,95
Total do rendimento integral do exercício		**(10.707.523,47)**	**(5.428.006,83)**
Resultado líquido do exercício atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Total		(11.914.559,94)	(6.196.375,78)
Resultado por acção básico		(1,05)	(,53)
Rendimento integral do exercício atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Total		(10.707.523,47)	(5.428.006,83)
Resultado por acção básico		(,92)	(,48)

O anexo faz parte integrante desta demonstração do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Drª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Drª Sara Maria Murta Ribeiro

Engº Luís Filipe Dias Carvalho Maia

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Drª Ema Maria de Almeida Ferreira

TRANSTEJO - TRANSPORTES TEJO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

	Notas	Capital Social	Reserva de cobertura	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de janeiro de 2014		**53.000.000,00**	**(3.432.690,63)**	**(201.469.526,10)**	**(19.920.724,36)**	**(171.822.941,09)**
Aplicação do resultado de 2014:						
Transferência para resultados transitados	21			(19.920.724,36)	19.920.724,36	-
Realização de Capital em 2014		3.838.875,00				3.838.875,00
Total do rendimento integral do exercício			768.368,95		(6.196.375,78)	(5.428.006,83)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		**56.838.875,00**	**(2.664.321,68)**	**(221.390.250,46)**	**(6.196.375,78)**	**(173.412.072,92)**
Aplicação do resultado de 2014						
Transferência para resultados transitados	21			(6.196.375,78)	6.196.375,78	-
Realização de Capital em 2015	20	1.409.345,00				1.409.345,00
Total do rendimento integral do exercício	21		1.207.036,47		(11.914.559,94)	(10.707.523,47)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		**58.248.220,00**	**(1.457.285,21)**	**(227.586.626,24)**	**(11.914.559,94)**	**(182.710.251,39)**

O anexo faz parte integrante desta demonstração do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Drª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Drª Sara Maria Murta Ribeiro

Engº Luís Filipe Dias Carvalho Maia

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Drª Ema Maria de Almeida Ferreira

TRANSTEJO - TRANSPORTES TEJO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos em Euros)

	Notas	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de Clientes		19.803.703,79	15.116.303,03
Pagamentos a Fornecedores		(21.558.049,72)	(21.844.279,81)
Pagamentos ao Pessoal		(7.375.283,13)	(6.996.129,29)
Fluxos gerados pelas operações		**(9.129.629,06)**	**(13.724.106,07)**
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento		(74.738,03)	6.107,00
Outros Recebimentos / Pagamentos da atividade operacional		(1.506.975,24)	5.919.165,70
		(1.581.713,27)	**5.925.272,70**
Fluxos das Atividades Operacionais (1)		**(10.711.342,33)**	**(7.798.833,37)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos Fixos Tangíveis		(63.404,09)	(1.088.619,20)
		(63.404,09)	**(1.088.619,20)**
Recebimentos provenientes de:			
Ativos Fixos Tangíveis		2.727.323,91	333.732,20
Subsídios ao Investimento		-	437.500,00
		2.727.323,91	**771.232,20**
Fluxos das Atividades de Investimento (2)		**2.663.919,82**	**(317.387,00)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos		16.122.583,95	13.673.644,00
Outras operações de financiamento		7,18	96.925,71
		16.122.591,13	**13.770.569,71**
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e gastos Similares		(134.122,08)	(1.679.659,01)
Outras operações de financiamento		(2.750.000,00)	(3.816.501,00)
		(2.884.122,08)	**(5.496.160,01)**
Fluxos das Atividades de Financiamento (3)		**13.238.469,05**	**8.274.409,70**
Variação de Caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		**5.191.046,54**	**158.189,33**
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	19	1.437.681,25	1.654.402,87
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	19	6.628.727,79	1.437.681,25

O anexo faz parte integrante desta demonstração do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Drª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Drª Sara Maria Murta Ribeiro

Engº Luís Filipe Dias Carvalho Maia

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Drª Ema Maria de Almeida Ferreira

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

1 Informação geral

O Grupo Transtejo ("Grupo") é constituído pela Transtejo - Transportes Tejo, S.A. ("Transtejo" ou "Empresa") e Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. ("Soflusa") (Ver Nota 8).

A Transtejo é uma sociedade de capitais públicos, com sede em Lisboa, criada em 17 de dezembro de 1975 como empresa pública e transformada em sociedade anónima em 21 de julho de 1992. A Empresa tem como atividade principal a exploração de transportes fluviais de passageiros, podendo, acessoriamente, explorar os serviços e efetuar as operações civis e comerciais, industriais e financeiras relacionadas, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, com aquele objeto ou que sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a sua realização. Na prossecução deste objetivo, o Grupo, embora não dispondo de concessão oficialmente atribuída, explora as cinco carreiras fluviais existentes entre as margens do rio Tejo.

O Grupo detém, presentemente, uma área de negócio principal: prestação de serviços de transporte fluvial de passageiros. O Grupo exerce ainda uma atividade acessória de arrendamento de propriedade imobiliária (espaços publicitários, parques de estacionamento, entre outros).

A Transtejo é detida integralmente pelo Estado Português, representado pela Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), entidade responsável pela realização das intervenções financeiras do Estado Português, acompanhamento de assuntos respeitantes às políticas financeiras da Administração Pública, assegurar a gestão integrada do património estatal, e ainda intervir em operações patrimoniais do sector público.

A Transtejo é uma sociedade de capitais públicos que se rege pelos seus Estatutos, pelas normas reguladoras de sociedades anónimas, por disposições do Governo Central relacionadas com o sector dos transportes públicos e com a própria Empresa (disciplina estatutária da Transtejo).

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 09 de novembro de 2017. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Grupo, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa de acordo com o normativo descrito na Nota 3.1..

1.1. Participação financeira da Transtejo na Soflusa

A constituição do Grupo ocorreu em dezembro de 2001, com a aquisição pela Transtejo da totalidade do capital da Soflusa constituída por escritura pública de 11 de novembro de 1992, com o objeto social de exploração de transportes fluviais e bem assim o exercício de quaisquer outras atividades comerciais ou industriais, conexas ou complementares, designadamente atividades marítimo - turísticas, tendo iniciado a atividade em junho de 1993.

A Soflusa foi constituída pela CP - Caminhos-de-ferro Portugueses, E.P., ao abrigo das disposições dos seus Estatutos - que incluíam a concessão da ligação Lisboa-Barreiro, com o objetivo de articular a rede ferroviária entre as duas margens do Rio Tejo - com o objetivo de explorar aquela ligação.

Em dezembro de 2009, com a publicação dos novos estatutos da C.P. - Comboios de Portugal, E.P.E., foi extinta a base legal na qual lhe era concedida a concessão da exploração da ligação Lisboa - Barreiro, não tendo até ao momento sido, a mesma, formalmente atribuída à Transtejo.

2 Informação sobre o regime da prestação do serviço público

2.1. Contrato de serviço público

O Decreto-Lei nº 167/2008 de 26 de agosto fixou os critérios gerais que permitem assegurar a conformidade da atribuição de indemnizações compensatórias com a prestação de serviços de interesse geral (satisfação das necessidades públicas fundamentais dos cidadãos portugueses).

O papel da Transtejo neste âmbito consiste na prestação de serviços de transporte de passageiros por via fluvial, cumprindo com diversos requisitos, como sejam continuidade, sustentabilidade, qualidade de serviço e eficácia. Mais importante do que isso, a Transtejo permite aos seus passageiros usufruírem de um serviço de transporte acessível e a preços razoáveis à generalidade dos cidadãos que necessitem de recorrer a tais serviços, tal como se encontra expresso no diploma acima.

Apesar da relevância social destes serviços, os mesmos não se encontravam em 31 de dezembro de 2011 contratualizados. Em setembro de 2012, foi celebrado entre o Estado Português e a Empresa um Contrato de Prestação de Serviço Público de Transporte de Passageiros, a vigorar pelo prazo de 3 anos, através do qual foram definidas as condições de prestação por parte da Empresa, dos serviços públicos do transporte fluvial de passageiros entre as duas margens do rio Tejo na Área Metropolitana de Lisboa.

O Grupo encontra-se em fase de negociação do contrato de serviço público com o seu acionista.

Neste contrato encontram-se definidas as obrigações de prestação de serviços da Empresa bem como a compensação devida pelo seu cumprimento.

Destacam-se nas obrigações do serviço público a prestar:

- Assegurar a oferta do número de circulações definido no contrato;
- Praticar, nos termos da legislação em vigor, preços de transporte controlados administrativamente, nos termos da legislação em vigor;
- Assegurar o transporte das pessoas e entidades com direito de transporte gratuito ou a preços bonificados, nos termos da legislação em vigor.

Nesse contrato foram, igualmente, contratualizadas as regras de determinação do montante das compensações financeiras a atribuir pelo cumprimento dessas obrigações, bem como o mecanismo de correção caso o número de passageiros transportados se revelasse superior ou inferior ao número de passageiros previsional, determinado pelo contrato (Nota 30).

3 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

3.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Euros, correspondendo à moeda funcional do Grupo, dado que a maior parte das suas transações são efetuadas nesta moeda e tratando-se também da moeda do seu ambiente económico.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com as IFRS adotadas pela União Europeia ("IFRS"), emitidas e em vigor, ou emitidas e adotadas antecipadamente à data de 31 de dezembro de 2015. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), ou pelo anterior Standing Interpretations Committee ("SIC"), que tenham sido adotadas na União Europeia. Neste documento tais normas passam a ser designadas por IFRS. Na preparação das

demonstrações financeiras separadas a Transtejo seguiu a convenção do custo histórico, modificada, quando aplicável, pela mensuração dos instrumentos financeiros derivados ao justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Transtejo, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas se basearem na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras separadas são apresentadas na Nota 5.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adoptadas ("endorsed") pela União Europeia tiveram aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRIC 21 - Pagamentos ao Estado	17-Jun-14	Estabelece as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.
Emenda à IFRS 3 - Concentração de atividades empresariais (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro - ciclo 2011-2013)	1-Jan-15	Clarifica que a IFRS 3 exclui do seu âmbito de aplicação a formação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.
Emenda à IFRS 13 - Mensuração ao justo valor (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro - ciclo 2011-2013)	1-Jan-15	Clarifica que a exceção de aplicação da norma a ativos e passivos financeiros com posições compensadas se estende a todos os contratos no âmbito da IAS 39, independentemente de cumprirem com a definição de ativo ou passivo financeiro da IAS 32.
Emenda à IAS 40 - Propriedades de investimento (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro - ciclo 2011-2013)	1-Jan-15	Clarifica que é necessário aplicar juízo de valor para determinar se a aquisição de uma propriedade de investimento constitui uma aquisição de um ativo ou uma concentração de atividades empresariais abrangida pela IFRS 3.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, decorrente da adopção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, tinham sido até 31 de dezembro de 2015, adoptadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda à IAS 19 - Benefícios dos empregados - Contribuições de empregados	1-Fev-15	Clarifica em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2010-2012)	1-Fev-15	Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 2 - Pagamentos com base em ações: definição de *vesting condition*; IFRS 3 - Concentração de atividades empresariais: contabilização de pagamentos contingentes; IFRS 8 - Segmentos operacionais: divulgações relacionadas com o julgamento aplicado em relação à agregação de segmentos e clarificação sobre a necessidade de reconciliação do total de ativos por segmento com o valor de ativos nas demonstrações financeiras; IAS 16 - Ativos fixos tangíveis e IAS 38 - Ativos intangíveis: necessidade de reavaliação proporcional de amortizações acumuladas no caso de reavaliação de ativos fixos; e IAS 24 - Divulgações de partes relacionadas: define que uma entidade que preste serviços de gestão à Empresa ou à sua empresa-mãe é considerada uma parte relacionada; e IFRS 13 - Justo valor: clarificações relativas à mensuração de contas a receber ou a pagar de curto prazo
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2012-2014)	1-Jan-16	Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 5 - Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas: introduz orientações de como proceder no caso de alterações quanto ao método expectável de realização (venda ou distribuição aos acionistas); IFRS 7 - Instrumentos financeiros: divulgações: clarifica os impactos de contratos de acompanhamento de ativos no âmbito das divulgações associadas a envolvimento continuado de ativos desreconhecidos, e isenta as demonstrações financeiras intercalares das divulgações exigidas relativamente a compensação de ativos e passivos financeiros; IAS 19 - Benefícios dos empregados: define que a taxa a utilizar para efeitos de desconto de benefícios definidos deverá ser determinada com referência às obrigações de alta qualidade de empresas que tenham sido emitidas na moeda em que os benefícios serão liquidados; e IAS 34 - Relato financeiro intercalar: clarificação sobre os procedimentos a adotar quando a informação está disponível em outros documentos emitidos em conjunto com as demonstrações financeiras intercalares.

Emenda à IFRS 11 - Acordos conjuntos - Contabilização de aquisições de interesses em acordos conjuntos	1-Jan-16	Esta emenda está relacionada com a aquisição de interesses em operações conjuntas. Estabelece a obrigatoriedade de aplicação da IFRS 3 quando a operação conjunta adquirida constituir uma atividade empresarial de acordo com a IFRS 3. Quando a operação conjunta em questão não constituir uma atividade empresarial, deverá a transação ser registada como uma aquisição de ativos. Esta alteração tem aplicação prospetiva para novas aquisições de interesses.
Emenda à norma IAS 1 - Apresentação de demonstrações financeiras - *"Disclosure Iniciative"*	1-Jan-16	Esta emenda vem clarificar alguns aspetos relacionados com a iniciativa de divulgações, designadamente: (i) a entidade não deverá dificultar a inteligibilidade das demonstrações financeiras através da agregação de itens materiais com itens imateriais ou através da agregação de itens materiais com naturezas distintas; (ii) as divulgações especificamente requeridas pelas IFRS apenas têm de ser dadas se a informação em causa for material; (iii) as linhas das demonstrações financeiras especificadas pela IAS 1 podem ser agregadas ou desagregadas, conforme tal for mais relevante para os objetivos do relato financeiro; (iv) a parte do outro rendimento integral resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial em associadas e acordos conjuntos deve ser apresentada separadamente dos restantes elementos do outro rendimento integral segregando igualmente os itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados dos que não serão reclassificados; (v) a estrutura das notas deve ser flexível, devendo estas respeitar a seguinte ordem: • uma declaração de cumprimento com as IFRS na primeira secção das notas; • uma descrição das políticas contabilísticas relevantes na segunda secção; • informação de suporte aos itens da face das demonstrações financeiras na terceira secção; e • outra informação na quarta secção
Emenda à IAS 16 - Ativos fixos tangíveis e IAS 38 - Ativos intangíveis - Métodos de depreciação aceitáveis	1-Jan-16	Esta emenda estabelece a presunção (que pode ser refutada) de que o rédito não é uma base apropriada para amortizar um ativo intangível e proíbe o uso do rédito como base de amortização de ativos fixos tangíveis. A presunção estabelecida para amortização de ativos intangíveis só poderá ser refutada quanto o ativo intangível é expresso em função do rendimento gerado ou quando a utilização dos benefícios económicos está altamente correlacionada com a receita gerada.
Emenda à IAS 16 - Ativos fixos tangíveis e IAS 41 - Agricultura - Plantas de produção	1-Jan-16	Esta emenda vem excluir as plantas que produzem frutos ou outros componentes destinados a colheita e/ou remoção do âmbito de aplicação da IAS 41, passando as mesmas a estar abrangidas pela IAS 16.

Emenda à IAS 27 - Aplicação do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas	1-Jan-16	Esta emenda vem introduzir a possibilidade de mensuração dos interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas em demonstrações financeiras separadas pelo método da equivalência patrimonial, para além dos métodos de mensuração atualmente existentes. Esta alteração aplica-se retrospetivamente

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não tinham sido até 31 de dezembro de 2015, adoptadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	
IFRS 9 - Instrumentos financeiros (2009) e emendas posteriores	Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018;
IFRS 14 - Ativos regulados	Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adotem pela primeira vez as IFRS aplicáveis a ativos regulados;
IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 - Rédito, IAS 11 - Contratos de construção; IFRIC 13 - Programas de fidelização; IFRIC 15 - Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 - Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 - Rédito - Transações de troca direta envolvendo serviços de publicidade. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018;
IFRS 16 - Locações	Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 - Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de ativos e passivos para todos os contratos de locação, exceto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que A IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.
Emenda à IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas, IFRS 12 - Divulgações sobre participações noutras entidades e IAS 28 - Investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas	Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspetos relacionados com a aplicação da exceção de consolidação por parte de entidades de investimento.
Emendas à IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas e IAS 28 - Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	Estas emendas vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de ativos entre o investidor e a associada ou entre o investidor e o empreendimento conjunto.

Estas normas não tinham ainda sido adotadas ("endorsed") pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

3.2. Comparabilidade das demonstrações financeiras consolidadas

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras consolidadas são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

4 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

4.1. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas incorporam as demonstrações financeiras da Empresa e das entidades por si controladas (as suas subsidiárias). Entende-se existir controlo quando a Empresa tem o poder de definir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, de forma a obter benefícios derivados das suas atividades, normalmente associado ao controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a Empresa detém sobre uma entidade.

As subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método de consolidação integral, desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais e até ao momento em que esse controlo cessa.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o exercício são incluídos na demonstração consolidada dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação.

Todas as transações e saldos entre subsidiárias e entre a Empresa e suas subsidiárias, assim como os rendimentos e gastos resultantes das referidas transações e saldos são integralmente anulados no processo de consolidação. Ganhos ou perdas não realizados são também eliminados, sendo estas últimas consideradas como um indicador de imparidade para o ativo transferido.

4.2. Investimentos financeiros em empresas subsidiárias

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas e detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo).

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas dos resultados desde a data da sua aquisição e até à data da sua alienação.

As transações e os saldos entre as empresas consolidadas são eliminados no processo de consolidação, bem como os dividendos distribuídos.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias, tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se detalhadas na Nota 8.

4.3. Investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos

Os interesses do Grupo em entidades conjuntamente controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. A quota-parte do Grupo nos ganhos ou perdas do empreendimento conjunto é reconhecida na demonstração do rendimento integral consolidado e a quota-parte nos movimentos de reservas do empreendimento conjunto é reconhecida em reservas. Transações e ganhos ainda não realizados entre o Grupo e os empreendimentos conjuntos são eliminados tendo em conta o interesse do Grupo.

As políticas contabilísticas das entidades em empreendimento conjunto são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Quando os interesses em empreendimentos conjuntos são imateriais, o Grupo Transtejo regista-os ao custo de aquisição, tendo em conta qualquer potencial de imparidade.

4.4. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, estão mensurados na moeda do ambiente económico em que esta opera (moeda funcional), o Euro. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e respetivas notas deste anexo são apresentadas em Euros, salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do Euro (moeda funcional) são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento / recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do rendimento integral.

Ganhos ou perdas cambiais relativos a empréstimos, caixa e/ou equivalentes de caixa são reconhecidos na demonstração do rendimento integral como "Juros e gastos similares" ou "Juros e outros rendimentos similares". Todos os outros ganhos ou perdas cambiais são reconhecidos na demonstração do rendimento integral como "Outros gastos e perdas" ou "Outros rendimentos e ganhos".

iii) Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	2015	2014
USD	1,0887	1,2141
GBP	0,7340	0,7789

Fonte: cotações do Banco de Portugal à data de 31 de dezembro de 2015 e 2014.

4.5. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o "custo considerado" à data de transição para as IFRS, e os custos de aquisição para ativos adquiridos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos

incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Sempre que as partes integrantes de dado ativo fixo tangível possuam padrões de desgaste funcional diferentes, e caso estas sejam materialmente significativas quando comparadas com o *main item* (componente principal), o Grupo efetua a depreciação do ativo por componentes (navios e recondicionamentos), em função das suas vidas úteis esperadas.

As despesas subsequentes incorridas com renovações e grandes reparações, elegíveis são reconhecidas no custo do ativo. Tais despesas poderão ser registadas como um ativo independente apenas se se confirmar como sendo provável que os benefícios económicos associados à posse do ativo sejam benéficos para a Empresa e, caso estes possam ser mensurados com fiabilidade.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que estes são incorridos.

Os dispêndios a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 3 a 50 anos
Equipamento básico	Entre 3 a 22 anos
Embarcações	Entre 16 a 22 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Ferramentas e utensílios	Entre 4 a 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 a 12 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 3 a 12 anos

As embarcações do Grupo encontram-se componentizadas, estando separado do custo de aquisição da embarcação o montante correspondente ao recondicionamento dos motores principais, o qual é amortizado entre cinco e sete anos, período estimado da sua vida útil.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzidos de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que se encontrem concluídos e na condição de uso pretendido pela gestão.

Aos ativos fixos tangíveis que demorem mais do que 12 meses a ficarem na sua condição de uso, são adicionados durante o período de construção, os custos de financiamento específico ou geral incorrido na quota-parte do investimento em ativos que não tenha sido subsidiada.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade (ver Nota 4.7).

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada período de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na Demonstração do rendimento integral.

Um ativo fixo tangível deixa de ser depreciado quando passe a ser classificado como um ativo não corrente detido para venda, conforme previsto na IFRS 5, 'Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais

Descontinuadas', embora passe a ser registado ao menor do valor de mercado (deduzido de custos para vender) ou valor líquido contabilístico.

4.6. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando: i) sejam identificáveis; ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros; e iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como gasto quando incorridos, sempre que não seja possível distinguir a fase da pesquisa da fase de desenvolvimento, ou não seja possível determinar com fiabilidade os custos incorridos em cada fase.

Os dispêndios com estudos e avaliações efetuados no decurso das atividades operacionais são reconhecidos nos resultados do exercício em que são incorridos.

O custo dos ativos intangíveis adquiridos compreende: i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

O Grupo valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do Custo, conforme definido pela IAS 38 - 'Ativos Intangíveis', que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

O Grupo determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. Os ativos intangíveis registados na Demonstração da posição financeira consolidada do Grupo referem-se a software informático (licenças e sistema de bilhética), os quais são amortizados segundo a vida útil estabelecida, a qual não excede 3 anos.

4.7. Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objeto de testes de imparidade anuais. O Grupo não tem reconhecidos ativos com vida útil indefinida.

Relativamente aos ativos não financeiros com vida útil definida, os testes de imparidade são efetuados sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras consolidadas não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, o Grupo avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo e, se sim, regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o valor de uso. O justo valor do ativo deduzido dos custos de venda corresponde ao montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre partes independentes e conhecedoras deduzido dos custos diretamente associados à transação. O valor de uso corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A determinação da existência de imparidade é efetuada para cada ativo individualmente quando gerem fluxos de caixa separados ou de forma agregada ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização ou depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

4.8. Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com o objetivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

i) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados - incluem os ativos financeiros não derivados detidos para negociação respeitando a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;

ii) Contas a receber – inclui os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;

iii) Investimentos detidos até à maturidade – incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a Transtejo tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;

iv) Ativos financeiros disponíveis para venda - incluem os ativos financeiros não derivados que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes exceto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do balanço.

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados são reconhecidos inicialmente pelo justo valor, sendo os custos da transação reconhecidos em resultados. Estes ativos são mensurados subsequentemente ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor, reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem na rubrica de custos financeiros líquidos, onde se incluem também os montantes de rendimentos de juros e dividendos obtidos.

Ativos disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transação. Nos períodos subsequentes, são mensurados ao justo valor sendo a variação do justo valor reconhecida na reserva de justo valor no capital próprio. Os dividendos e juros obtidos dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem, na rubrica de outros ganhos operacionais, quando o direito ao recebimento é estabelecido.

Relativamente aos ativos financeiros disponíveis para venda não cotados correspondentes a instrumentos de capital, estes são valorizados ao custo quando não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

O justo valor de ativos financeiros cotados é baseado em preços de mercado ("*bid*"). Se não existir um mercado ativo, o Grupo estabelece o justo valor através de técnicas de avaliação. Estas técnicas incluem a utilização de preços praticados em transações recentes, desde que a condições de mercado, a comparação com instrumentos substancialmente semelhantes, e o cálculo de fluxos de caixa descontados quando existe informação disponível, fazendo o máximo uso de informação de mercado em detrimento da informação interna da Transtejo visada.

Contas a receber são classificadas na demonstração da posição financeira consolidada como "Clientes" (Nota 15) e "Outras contas a receber" (Nota 17), e são reconhecidos ao custo amortizado usando a taxa de juro efetiva, deduzidos de qualquer perda de imparidade. O ajustamento por imparidade das contas a receber é efetuado quando existe evidência objetiva de que o Grupo não irá receber os montantes em dívida de acordo com as condições iniciais das transações que lhe deram origem.

Na identificação de situações de imparidade nas rubricas de empréstimos concedidos e contas a receber, são utilizados diversos indicadores, tais como:

- Análise de incumprimento;
- Incumprimento há mais de 6 meses;
- Dificuldades financeiras do devedor;
- Probabilidade de falência do devedor.

O Grupo avalia, a cada data de relato, se existe evidência objetiva de que os ativos financeiros sofreram perda de valor. No caso de participações de capital classificadas como disponíveis para venda, um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor (+ 20%) abaixo do seu custo é considerado como um indicador de que o ativo financeiro está em situação de imparidade. Se existir evidência de perda de valor para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada - calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, menos qualquer perda de imparidade desse ativo financeiro reconhecida previamente em resultados - é retirada do capital próprio e reconhecida na demonstração dos resultados consolidados. As perdas de imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são reversíveis na demonstração consolidada do rendimento integral.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

4.9. Justo valor de ativos e passivos

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, a cotação de mercado é aplicada. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7 - 'Instrumentos financeiros - Divulgações'.

No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

A Transtejo aplica técnicas de valorização para os instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados, instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados e para ativos financeiros disponíveis para venda. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam, por exemplo, as curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado, para os quais a Transtejo. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

4.10. Instrumentos financeiros derivados

Contabilidade de cobertura

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objetivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa referem-se a instrumentos de cobertura de taxa de juro de financiamentos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

O Grupo classifica os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa, quando se verifiquem as seguintes condições:

- Estima-se que a cobertura seja muito eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;

- A eficácia de cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta no início da cobertura; e
- A transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo custo, caso exista algum, sendo subsequentemente mensurados ao justo valor, calculado por entidades externas e independentes através de métodos de avaliações tendo por base métodos geralmente aceites. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica "Reservas de cobertura", sendo transferidas para resultados no mesmo período em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence, é vendido, ou deixa de se qualificar como instrumento de cobertura. Nas situações em que o instrumento deixa de se qualificar como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas em capital próprio, na rubrica "Reservas de cobertura" são transferidas para resultados líquidos do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem. A mensuração subsequente do instrumento financeiro de negociação é registada diretamente na rubrica da demonstração consolidada do rendimento integral.

4.11. Inventários

O Grupo reconhece como inventários as matérias de consumo (ex.: combustível, lubrificantes), materiais para reparações e peças sobresselentes a consumir pelo Grupo em intervenções de manutenção às embarcações.

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

Os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor estimado de realização.

4.12. Clientes e outras contas a receber

As rubricas de "Clientes" e "Outras contas a receber" são reconhecidas inicialmente ao custo, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na Demonstração consolidada do rendimento integral, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas por imparidade estimadas, correspondendo o valor líquido das contas a receber, aproximadamente ao seu justo valor.

4.13. Caixa e depósitos bancários

O caixa e depósitos bancários incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo. A caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e outros instrumentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidade no curto prazo. Os descobertos bancários são apresentados na Demonstração da posição financeira consolidada, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e não são considerados na elaboração da Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa, dado que apresentam caraterísticas de financiamento, pelo que são refletidos como atividade de financiamento.

4.14. Capital social

O capital corresponde à quantia de capital estatutário da Empresa, estando totalmente titulado em ações ordinárias. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

4.15. Passivos financeiros

A IAS 39 - 'Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração' prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias:

i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados;

ii) Outros passivos financeiros.

Os "Outros passivos financeiros" incluem os "Financiamentos obtidos" (Nota 23), "Fornecedores" (Nota 26) e "Outras contas a pagar" (Nota 27). Os saldos classificados em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são reconhecidos ao custo amortizado, sendo que usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

4.16. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao custo, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na Demonstração consolidada do rendimento integral ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

4.17. Gastos com financiamentos

Os gastos com financiamentos incluem juros e outros gastos incorridos pelo Grupo ao contrair financiamentos bancários. Estes incluem:

- Juros incorridos com descobertos bancários e juros de empréstimos a curto, médio e longo prazo;
- Amortização de descontos ou prémios derivados da emissão ou re-pagamento de empréstimos;
- Amortização de gastos auxiliares incorridos com a contratação de empréstimos;
- Encargos financeiros associados a locações financeiras, reconhecidos em conformidade com a IAS 17, 'Locações';
- Diferenças de câmbio que surjam no âmbito de empréstimos em moeda estrangeira, na medida em que tais valores sejam encarados como custos adicionais aos juros incorridos.

Os gastos com financiamentos são reconhecidos como gastos do exercício no período em que incorrem, exceto se associados à construção ou aquisição de um ativo qualificável, caso em que são obrigatoriamente capitalizados.

A capitalização de gastos com financiamentos começa quando o investimento num ativo está a decorrer e existem custos efetivos suportados com os financiamentos, e cessa quando todas as atividades necessárias para preparar um ativo qualificável para o seu uso pretendido, ou venda, são completadas.

4.18. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do exercício compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração do rendimento integral, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base na demonstração da posição financeira consolidada, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras separadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data da Demonstração da posição financeira consolidada, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

O Grupo não reconhece impostos diferidos devido à incerteza quanto à sua efetiva tributação ou dedução futura, dados os prejuízos fiscais gerados historicamente em cada período e não se perspetiva que tal situação venha a ser alterada no futuro.

4.19. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem: i) uma obrigação presente legal, contratual ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Grupo divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para pagar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando: o Grupo detenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de eventos passados; seja provável que um ex-fluxo de recursos seja necessário para liquidar a obrigação; e o montante possa ser mensurado com fiabilidade.

As provisões para reestruturação compreendem compensações para terminação de contratos de colaboradores e apenas são reconhecidas quando o plano de reestruturação é comunicado aos interessados e colaboradores em geral. Não são reconhecidas provisões para fazer face a perdas operacionais futuras.

Quando exista um conjunto de obrigações semelhantes, a probabilidade de ser necessário incorrer num ex-fluxo para pagar a obrigação é determinada ao se considerar a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de um ex-fluxo que respeite a um item incluído na mesma classe de obrigações seja reduzida.

Os ativos contingentes são ativos "possíveis" gerados por acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controlo do Grupo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras separadas, mas divulgados nas notas anexas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos (Nota 40).

4.20. Subsídios e apoios do Governo

O Grupo reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis (fundo perdido) são reconhecidos inicialmente na rubrica de passivo "Outros passivos", sendo subsequentemente creditados na demonstração consolidada do rendimento integral separada numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração do rendimento integral separada, no mesmo exercício em que os gastos associados são incorridos e registados (contrapartidas das obrigações assumidas em termos de exploração, de transporte e de tarifas).

Os apoios do Governo sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis à taxa bonificada, devem ser descontados na data do reconhecimento inicial, constituindo o valor do desconto, o valor do subsídio a amortizar pelo período da vida útil do financiamento.

4.21. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente aos quais o Grupo detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de "Financiamentos obtidos" (Nota 23). Os custos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na demonstração do rendimento integral, no período a que dizem respeito.

Os ativos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando o Grupo não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando o Grupo tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração do rendimento integral numa base linear, durante o período da locação.

4.22. Fornecedores e outras contas a pagar

As rubricas de "Fornecedores" e "Outras contas a pagar", correntes, não vencem juros e os montantes são registados pelo seu valor nominal, que corresponde, aproximadamente ao seu justo valor. Quando os saldos a pagar sejam exigíveis para além de 12 meses ou da data de pagamento normal do negócio, o Grupo terá de registar os passivos pelo valor presente.

A rubrica de "Outras contas a pagar" não corrente é valorizada ao valor nominal da dívida acrescido dos juros a pagar decorridos.

4.23. Especialização de custos e proveitos

Os custos e proveitos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

4.24. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da atividade do Grupo. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito do Grupo refere-se essencialmente à prestação de serviços de transporte fluvial de passageiros e viaturas. A contraprestação recebida pela prestação destes serviços resulta das seguintes transações:

i) Venda de bilhetes nas estações;

ii) Venda de passes exclusivos (Transtejo / Soflusa), ou passes combinados com outros operadores de transportes (ex.: CP, ML e TST)

Quanto ao reconhecimento dos diferentes réditos, respetivamente:

i) O rédito é reconhecido quando os bilhetes são utilizados;

ii) O rédito da venda de passes exclusivos (Transtejo / Soflusa) é reconhecido no mês a que respeita a venda/ carregamento do título de transporte. Já o rédito da venda de passes combinados é reconhecido após a repartição da receita mensal, efetuada pela AMT – Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, de acordo com as quotas fixadas para os diversos operadores de transportes da área da Grande Lisboa. Esta entidade é responsável pela regulação do sector dos transportes, sendo responsável pela definição das tarifas, ou seja, definições dos serviços de transporte praticados pelo Grupo.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido quando: i) o serviço de transporte é prestado; ii) o valor do rédito possa ser estimado com fiabilidade; e iii) seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo. Assim, o rédito é reconhecido na Demonstração consolidada do rendimento integral no período em que os serviços são prestados, de acordo com o princípio da especialização do exercício (pro-rata no caso dos passes mensais).

O Grupo regista como resultados do exercício os valores das indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado, decorrentes das obrigações assumidas em termos de exploração, de transportes e de tarifas. Adicionalmente foram reconhecidos subsídios à exploração referentes às compensações a atribuir ao transporte fluvial, relativas às modalidades de passes "4_18@", "Sub_23" e "Social +".

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

4.25. Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7 - 'Demonstração de Fluxos de Caixa', através do recurso ao método direto.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (a) atividades operacionais; (b) atividades de financiamento; e (c) atividades de investimento.

As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, os subsídios à exploração e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de imposto sobre o rendimento e de impostos indiretos líquidos.

Os fluxos de caixa classificados nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos de financiamentos obtidos, pagamento de rendas de locações e juros e despesas relacionadas.

Os fluxos de caixa relativos às atividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos da venda e compra de ativos fixos tangíveis, e ainda a remuneração de equivalentes de caixa e o pagamento dos mesmos na maturidade, ou aquando da sua alienação.

4.26. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da Demonstração da posição financeira consolidada que afetem o valor dos ativos e passivos existentes são considerados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício. No caso de se verificarem eventos após a data de fecho, que correspondam a transações do exercício seguinte mas que sejam significativos, estes devem ser divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas.

4.27. Segmentos operacionais

O Grupo identificou como responsável pela tomada de decisões operacionais, o Conselho de Administração, ou seja, o órgão que revê a informação interna preparada de forma a avaliar a performance das atividades da empresa e a afetação de recursos. A determinação dos segmentos operacionais foi efetuada com base na informação que é analisada pelo Conselho de Administração, da qual resulta a identificação de um único segmento operacional, o transporte fluvial de passageiros, materialmente relevante.

5 Políticas de Gestão de Riscos Financeiros

5.1 Fatores do risco financeiro

As atividades do Grupo estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: i) riscos de mercado (ex.: risco de fluxos de caixa associados à taxa de juro); ii) risco de crédito; e iii) risco de liquidez.

O Conselho de Administração é responsável pela definição e controlo das políticas de gestão de risco do Grupo, sendo a análise da evolução dos mercados efetuada em consonância com tais políticas.

Estas políticas foram estabelecidas com o intuito de identificar e analisar os riscos que o Grupo enfrenta, para definir limites de risco e os controlos adequados para monitorizar a evolução desses riscos e o cumprimento das políticas de gestão de risco implementadas. As políticas e sistemas de gestão de risco são revistos regularmente para se manterem aderentes à realidade das condições dos mercados e às atividades da Transtejo.

A gestão do risco é conduzida centralmente pela Direção Financeira com base em políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Direção Financeira identifica, avalia e remete à aprovação pelo Conselho de Administração, mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição com vista à minimização dos riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo.

O Conselho de Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco de taxa de juro e a eventual utilização de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados.

5.1.1. Risco de mercado

a) Risco de taxa de câmbio

A atividade operacional do Grupo desenvolve-se em Portugal e a maioria das suas transações são mantidas na moeda funcional do Grupo, o Euro. O risco de taxa de câmbio é pouco expressivo para a realidade do Grupo, não existindo qualquer política de cobertura para este tipo de risco.

b) Risco de taxa de juro

O risco associado à flutuação da taxa de juro tem como principal impacto nas contas do Grupo o custo do serviço da dívida contratada com instituições financeiras nacionais e internacionais.

O Empréstimo obrigacionista emitido com taxa variável expõe o Grupo ao risco associado aos fluxos de caixa, decorrentes de alterações nas taxas de juro do mercado.

O objetivo da gestão do risco de taxa de juro é a redução da flutuação dos custos financeiros, permitindo a obtenção de um resultado líquido mais estabilizado. Como medida de contenção dos efeitos provocados por oscilações das taxas de juro no mercado, o Grupo contratou duas operações de cobertura dos riscos de taxa de juro. Uma assume a natureza de *swap* de taxa de juro, tendo sido contratada junto do BPI, sendo que a segunda corresponde a um *collar* de taxa de juro, contratada junto do Barclays Bank, que terminou em 2013. Estas operações permitem ao Grupo reduzir os impactos financeiros de eventuais oscilações da taxa de juro dos financiamentos negociados.

O Grupo efetua a análise da sua exposição ao risco de taxa de juro numa base dinâmica. São utilizados diversos cenários, através dos quais a Transtejo calcula o impacto em custos e proveitos derivado de flutuações da taxa de juro. O Grupo possui a 31 de dezembro de 2015 descobertos bancários, um empréstimo do acionista (DGTF) e um empréstimo obrigacionista emitido e instrumento financeiro derivado (*swaps* de taxa de juro) no valor de 184.272.499,68 Euros (195.152.935,44 Euros em 31 de dezembro de 2014), contraídos junto da Banca Nacional e Internacional, os quais são remunerados a uma taxa variável Euribor a 6 meses, acrescida de *spreads* que podem atingir um teto de 800 pontos base (8,00%).

Análise da sensibilidade dos custos financeiros a variações na taxa de juro

Foi efetuada uma análise de sensibilidade com base na dívida total do Grupo, subtraída das aplicações de fundos e das disponibilidades, com referência a 31 de dezembro de 2015 e 2014.

31 de dezembro de 2015:

Tendo por referência a dívida líquida do Grupo em 31 de dezembro de 2015, um acréscimo de 1% nas taxas de juro resultaria num incremento dos gastos financeiros líquidos anuais de 1.776.100,35 Euros.

31 de dezembro de 2014:

Tendo por referência a dívida líquida do Grupo em 31 de dezembro de 2014, um acréscimo de 1% nas taxas de juro resultaria num incremento dos gastos financeiros líquidos anuais de 1.776.165,89 Euros.

5.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito do Grupo existe para os saldos a receber de Outros devedores, uma vez que parte significativa do rédito dos serviços prestados aos clientes é recebido antecipadamente ou na data da prestação do serviço. No caso dos passes intermodais, os valores a receber/ a pagar mensais são monitorizados pelo regulador dos transportes a AMT - Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, não existindo riscos de crédito significativos a considerar.

No que se refere aos saldos de "Outras contas a receber" estes resultam maioritariamente de transações pontuais, contudo existem saldos a receber das atividades imobiliárias para os quais o risco de crédito é mais significativo. A política de cobertura de risco definida pelo Grupo passa pela exigência da prestação de garantias e cauções no início do contrato e uma monitorização das atividades dos arrendatários.

5.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os ativos da empresa, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento. A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das

disponibilidades a um nível razoável e a previsão atempada das necessidades de tesouraria em conjunto com uma adequada gestão das cobranças.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Direção Financeira, que tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. O Grupo pretende assim garantir a disponibilidade e flexibilidade de financiamento com facilidades de crédito não utilizadas, assim como o recurso a diversas instituições financeiras e métodos de financiamento. As necessidades pontuais de tesouraria são cobertas pelo controlo das contas a receber, e pela manutenção de linhas de crédito acordadas entre o Grupo e as suas entidades bancárias financiadoras.

A tabela seguinte analisa os passivos financeiros do Grupo por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual à data do relato financeiro. Os montantes que constam da tabela correspondem a fluxos de caixa contratuais:

2015	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Financiamentos obtidos não correntes				
Empréstimos Obtidos	44.622.308,03	-	97.433.681,67	142.055.989,70
Empréstimo Obrigacionista	-	-	55.000.000,00	55.000.000,00
Derivados de Cobertura Passivos	-	1.457.285,21	-	1.457.285,21
Empréstimo Acionista	-	-	-	-
Descobertos Bancários	124.233,28	-	-	124.233,28
Passivos Correntes				-
Fornecedores	657.588,29	-	-	657.588,29
Outras contas a pagar	2.729.362,05	-	-	2.729.362,05
Outros passivos correntes	6.047.521,42	-	-	6.047.521,42
	54.181.013,07	**1.457.285,21**	**152.433.681,67**	**208.071.979,95**

2014	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Financiamentos obtidos não correntes				
Empréstimos Obtidos	20.220.047,02	-	106.837.344,67	127.057.391,69
Empréstimo Obrigacionista	-	-	55.000.000,00	55.000.000,00
Derivados de Cobertura Passivos	-	2.664.321,68	-	2.664.321,68
Passivos Correntes				-
Fornecedores	1.360.603,93	-	-	1.360.603,93
Outras contas a pagar	2.704.451,90	-	-	2.704.451,90
Outros passivos correntes	6.800.291,99	-	-	6.800.291,99
	31.085.394,84	**2.664.321,68**	**161.837.344,67**	**195.587.061,19**

5.2 Gestão do risco de capital

O objetivo do Grupo em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira consolidada, é manter uma estrutura de capital equilibrada, através de uma utilização prudente de dívida e mantendo um *rating* de crédito sólido que lhe permita reduzir o custo de capital.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como: i) as necessidades de investimento em ativos tangíveis; ii) as tarifas definidas para a prestação de serviços; iii) as comparticipações do Estado e iii) as necessidades de financiamento da exploração.

6 Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes:

6.1 Provisões

O Grupo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

O Grupo utiliza a avaliação dos processos judiciais pelos seus advogados para determinar o reconhecimento da eventual provisão para fazer face a essas contingências (Nota 22).

6.2 Depreciações

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na Demonstração consolidada do rendimento integral de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

6.3 Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica dos outros devedores e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada pela Gestão, dos riscos de cobrança existentes à data do fecho das demonstrações financeiras consolidadas, os quais podem vir a divergir do risco efetivo a incorrer.

6.4 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, ao Grupo.

No entanto, tendo em conta a estrutura acionista do Grupo e a natureza dos serviços prestados, a determinação da existência de imparidade não é expectável.

6.5 Justo valor de ativos e passivos financeiros

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado. No caso de não existir um mercado ativo, sendo essa a realidade de alguns ativos e passivos financeiros do Grupo, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado.

O Grupo aplica técnicas de valorização para instrumentos financeiros não cotados, como sejam derivados e ativos disponíveis para venda. Os modelos de valorização mais usuais são modelos de fluxos de caixa descontados, os quais incorporam, por exemplo, curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

No caso dos instrumentos financeiros derivados, o Grupo aplica a valorização que lhe é disponibilizada por entidades bancárias, suportando-se em pressupostos de acordo com as características das naturezas dos instrumentos financeiros contratados e com base na curva do mercado monetário (Euribor) até 1 ano, exclusive, e a curva dos *swaps* e *collar* de taxa de juro, a partir de 1 ano, inclusive, do dia 31 de dezembro de 2015.

7 Segmentos operacionais

O Grupo detém apenas um segmento operacional, o qual consiste na exploração da travessia fluvial de passageiros entre as margens norte e sul do rio Tejo. Consequentemente o Grupo não preparou informação financeira específica para reporte.

8 Empresas do Grupo incluídas na consolidação

As empresas incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais e proporção de capital detido em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são as seguintes:

		Percentagem efectiva do capital	
Denominação social	Sede	2015	2014
Transtejo - Transportes Tejo, S.A.	Lisboa	Empresa-mãe	
Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	Lisboa	100,00	100,00

Estas entidades foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral, com base no estabelecido no nº 1 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho (possa exercer, ou exerça efetivamente, influência dominante ou controlo).

9 Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	2015								
	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
ATIVO BRUTO									
Saldo inicial	44.996,79	16.100.987,32	130.657.529,67	260.398,65	209.182,91	1.185.438,40	944.477,72	-	149.403.011,46
Adições	-	-	-	-	-	8.869,91	-	39.200,00	48.069,91
Alienações	-	-	(10.411.585,86)	(13.000,00)	-	(2.089,33)	(744,55)	-	(10.427.419,74)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	44.996,79	16.100.987,32	120.245.943,81	247.398,65	209.182,91	1.192.218,98	943.733,17	39.200,00	139.023.661,63
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS									
Saldo inicial	-	6.759.482,21	95.020.761,95	240.273,65	207.123,49	1.161.813,58	887.517,48	-	104.276.972,36
Depreciação - exercício (nota 36)	-	401.621,13	3.933.435,19	6.812,50	1.010,85	16.405,04	11.020,53	-	4.370.305,24
Depreciação - alienações	-	-	(8.281.200,04)	(6.500,00)	-	(1.685,82)	(744,55)	-	(8.290.130,41)
Depreciação - transf. e abates	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	7.161.103,34	90.672.997,10	240.586,15	208.134,34	1.176.532,80	897.793,46	-	100.357.147,19
	44.996,79	8.939.883,98	29.572.946,71	6.812,50	1.048,57	15.686,18	45.939,71	39.200,00	38.666.514,44

A rubrica de Equipamento básico a 31 de dezembro de 2015 compreende, essencialmente, embarcações de transporte fluvial de passageiros no montante líquido de 29.505.843,77 Euros (34.940.871,41 Euros a 31 de dezembro de 2014).

Adições

No exercício de 2015, registaram-se aumentos no montante total de 48.069,91 Euros (1.337.260,72 Euros em 2014), essencialmente na rubrica de ativos em curso (39.200,00€) referente à aquisição de meios de salvação para os navios, e o montante de 8.869,91€ em Equipamento administrativo.

Alienações

As alienações na rubrica de "Ativos fixos tangíveis" reconhecidas durante o exercício de 2015, ascendem a 10.427.419,74€, e respeitam essencialmente, à alienação dos navios Martim Moniz, Montes Claros e Augusto Gil (10.375.641,40€) e respetivos acessórios e utensílios de navegação (16.580,25€), máquinas e acessórios (19.364,21€), veículos (13.000,00€), os quais originaram uma mais-valia contabilística no montante de 2.023.885,02 Euros (Nota 34) e um valor líquido contabilístico no montante de 6.598.228,52 Euros.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	2014								
	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
ATIVO BRUTO									
Saldo inicial	44.996,79	26.974.833,61	135.084.801,29	260.398,65	209.781,47	1.183.258,04	976.501,95	90.795,00	164.825.366,80
Adições	-	860.668,51	286.737,56	-	-	8.711,53	9.465,12	171.678,00	1.337.260,72
Alienações	-	(11.734.514,80)	(4.955.069,18)	-	(598,56)	-	(41.489,35)	-	(16.731.671,89)
Transferências	-	-	241.060,00	-	-	-	-	(241.060,00)	-
Abates	-	-	-	-	-	(6.531,17)	-	(21.413,00)	(27.944,17)
Reclassificações	-	-		-	-	-	-	-	-
Saldo final	**44.996,79**	**16.100.987,32**	**130.657.529,67**	**260.398,65**	**209.182,91**	**1.185.438,40**	**944.477,72**	**-**	**149.403.011,46**
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS									
Saldo inicial	-	7.433.447,53	95.110.228,05	230.211,15	206.629,95	1.149.482,21	913.719,62	-	105.043.718,51
Depreciação - exercício (nota 36)	-	401.621,13	4.865.603,08	10.062,50	1.092,10	18.862,54	12.476,11	-	5.309.717,46
Depreciação - alienações	-	(1.075.586,45)	(4.955.069,18)	-	(598,56)	(6.531,17)	(38.678,25)	-	(6.076.463,61)
Depreciação - transf. e abates	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	**-**	**6.759.482,21**	**95.020.761,95**	**240.273,65**	**207.123,49**	**1.161.813,58**	**887.517,48**	**-**	**104.276.972,36**
	44.996,79	**9.341.505,11**	**35.636.767,72**	**20.125,00**	**2.059,42**	**23.624,82**	**56.960,24**	**-**	**45.126.039,10**

Ativos fixos tangíveis em curso

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os valores mais significativos incluídos na rubrica de "Ativos em curso" referem-se aos seguintes projetos:

Descrição	2015	2014
Meios salvação para os navios	39.200,00	-
	39.200,00	-

10 Ativos intangíveis

O valor dos Ativos intangíveis refere-se ao *software* adquirido para suporte das atividades (ERP Empresa e licenças). A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

	2015				2014		
	Software	Activos Intangíveis em curso	Total		Software	Activos Intangíveis em curso	Total
ACTIVO BRUTO				**ACTIVO BRUTO**			
Saldo Inicial	1.000.144,12	23.792,00	1.023.936,12	Saldo Inicial	1.000.144,12	20.992,00	1.021.136,12
Adições	5.000,00	-	5.000,00	Adições	-	2.800,00	2.800,00
Transferências e abates				Transferências e abates	-	-	-
Reclassificações				Reclassificações	-	-	-
Saldo final	**1.005.144,12**	**23.792,00**	**1.028.936,12**	**Saldo final**	**1.000.144,12**	**23.792,00**	**1.023.936,12**
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	-	-	-	**AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS**			
Saldo inicial	1.000.144,12	-	1.000.144,12	Saldo inicial	965.562,54	-	965.562,54
Depreciações (Nota 36)	1.666,50	-	1.666,50	Depreciações (Nota 36)	34.581,58	-	34.581,58
Transferências e abates	-	-	-	Transferências e abates	-	-	-
Reclassificações	-	-	-	Reclassificações	-	-	-
Saldo final	**1.001.810,62**	**-**	**1.001.810,62**	**Saldo final**	**1.000.144,12**	**-**	**1.000.144,12**
	3.333,50	**23.792,00**	**27.125,50**		**-**	**23.792,00**	**23.792,00**

O aumento registado em 2015 na rubrica de intangíveis em curso diz respeito à implementação de um novo software de emissão faturas - Portal Viva.

O aumento registado em 2014 a rubrica de intangíveis em curso diz respeito à implementação de um novo software de logística pela "Glose - Global System Engennering, Lda.", este investimento ascendeu a 2.800,00 € e 20.992,00 €, respetivamente.

11 Interesses em empreendimentos conjuntos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os movimentos da rubrica de "Interesses em empreendimentos conjuntos" foram os seguintes:

	2015	2014
1 de janeiro	**111.404,57**	**82.833,15**
Movimentos do exercício	**14.285,72**	**28.571,42**
31 de dezembro	**125.690,29**	**111.404,57**

As participações financeiras em empreendimentos conjuntos, as suas respetivas sedes sociais, a proporção do capital detido e o valor de balanço em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 são os seguintes:

		Percentagem efectiva de capital		Valor de balanço	Valor de balanço
Denominação social	Sede	2015	2014	2015	2014
Interesses em empreendimentos conjuntos					
Otlis, ACE.	Lisboa	14,29%	14,29%	125.690,29	111.404,57
				125.690,29	111.404,57

A "Otlis, A.C.E." é responsável pela coordenação dos projetos de bilhética sem-contato dos operadores de transportes da Área Metropolitana de Lisboa.

12 Ativos e passivos financeiros por categoria

As políticas contabilísticas para instrumentos financeiros de acordo com a IAS 39, foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros:

2015	Créditos e valores a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos/ Passivos financeiros ao justo valor	Outros Ativos/ Passivos financeiros	Ativos/ Passivos não financeiros	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	6.628.727,79	-	-	-	-	6.628.727,79
Outros ativos financeiros	-	531,96	-	-	-	531,96
Clientes	311.323,72	-	-	-	-	311.323,72
Outras contas a receber	880.764,08	-	-	455.174,12	-	1.335.938,20
Empréstimos concedidos	-	-	-	-	-	-
Outros ativos correntes	-	-	-	529.976,36	-	529.976,36
Total ativos	**7.820.815,59**	**531,96**	**-**	**985.150,48**	**-**	**8.806.498,03**
Passivos						
Empréstimos obtidos	-	-	-	(197.180.222,98)	-	(197.180.222,98)
Instrumentos financeiros derivados	-	-	(1.457.285,21)	-	-	(1.457.285,21)
Fornecedores	-	-	-	(657.588,29)	-	(657.588,29)
Outras contas a pagar	-	-	-	(2.729.362,05)	-	(2.729.362,05)
Outros passivos correntes	-	-	-	(22.570.724,66)	(363.778,07)	(22.934.502,73)
Total passivos	**-**	**-**	**(1.457.285,21)**	**(223.137.897,98)**	**(363.778,07)**	**(224.958.961,26)**

2014	Créditos e valores a receber	Ativos disponíveis para venda	Passivos ao justo valor de cobertura	Outros passivos financeiros	Ativos/ passivos não financeiros	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	1.437.681,25	-	-	-	-	1.437.681,25
Outros ativos financeiros	-	531,96	-	-	-	531,96
Clientes	189.598,57	-	-	-	-	189.598,57
Outras contas a receber	1.430.015,43	-	-	-	-	1.430.015,43
Outros ativos correntes	-	-	-	-	676.612,47	676.612,47
Total ativos financeiros	3.057.295,25	531,96	-	-	676.612,47	3.734.439,68
Passivos						
Financiamentos obtidos	-	-	-	(182.057.391,69)	-	(182.057.391,69)
Instrumentos financeiros derivados	-	-	(2.664.321,68)	-	-	(2.664.321,68)
Fornecedores	-	-	-	(1.360.603,93)	-	(1.360.603,93)
Outras contas a pagar	-	-	-	(2.704.451,90)	(372.952,05)	(3.077.403,95)
Outros passivos	-	-	-	(1.521.078,37)	(26.711.253,43)	(28.232.331,80)
Total passivos financeiros	**-**	**-**	**(2.664.321,68)**	**(187.643.525,89)**	**(27.084.205,48)**	**(217.392.053,05)**

13 Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica de "Outros ativos financeiros" detalha-se como segue:

Denominação social	Sede	Percentagem efetiva de capital 2015	Percentagem efetiva de capital 2014	Valor de balanço 2015	Valor de balanço 2014
Outros activos financeiros					
Comundo - Consórcio Mundial de Exportação e Importação, S.A.	Lisboa	0,00%	0,00%	35,91	35,91
Obrigações do Tesouro	-			496,05	496,05
				531,96	**531,96**

Quer a participação na Comundo, quer as Obrigações do Tesouro, são ativos financeiros sem relevância, herdados em 1975, das empresas cuja nacionalização esteve na origem da constituição da Transtejo.

14 Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é como segue:

	Nota	2015	2014
Combustíveis		136.315,02	195.443,40
Lubrificantes		26.726,62	29.433,32
Materiais de consumo		24.948,16	25.920,95
Bilhetes		10.656,86	28.669,34
Sobresselentes		1.315.217,76	1.377.199,46
Materiais para reparações		119.953,84	123.520,80
Materiais em trânsito		-	-
Subtotal	32	1.633.818,26	1.780.187,27
Imparidades de inventários		(860.689,23)	(669.842,96)
Total inventários		**773.129,03**	**1.110.344,31**

O saldo da rubrica de "Inventários" compreende combustíveis e lubrificantes a consumir pelas embarcações fluviais, assim como itens sobressalentes e artigos de reparação para consumo próprio, utilizados em intervenções de manutenção periódicas e/ou pontuais que os navios possam vir a sofrer.

O custo dos Inventários reconhecidos, em 2015, como gasto e incluído na rubrica "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" totalizou 6.301.968,37 Euros (7.956.049,61 Euros em 31 de dezembro de 2014) (Nota 31).

Imparidade de inventários

A 1 de janeiro	669.842,96	388.661,67
Aumentos	218.041,93	295.371,00
Utilizações	-	-
Reduções	(27.195,66)	(14.189,71)
A 31 de dezembro	**860.689,23**	**669.842,96**

15 Clientes

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a composição da rubrica de "Clientes", é como se segue:

	2015			2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes - grupo	-	-	-	-	-	-
Clientes - terceiros i)	370.586,30	-	370.586,30	244.098,33	-	244.098,33
Clientes de cobrança duvidosa	183.082,09	-	183.082,09	183.082,09	-	183.082,09
	553.668,39	-	553.668,39	427.180,42	-	427.180,42
Ajustamento clientes	(242.344,67)	-	(242.344,67)	(237.581,85)	-	(237.581,85)
Total Clientes	**311.323,72**	-	**311.323,72**	**189.598,57**	-	**189.598,57**

Na rubrica "Clientes, conta corrente" encontram-se registados os saldos a receber de terceiros relacionados com protocolos celebrados com entidades públicas (concessão de viagens, repartição de receitas de passes intermodais, etc.).

Imparidade de clientes

	2015	2014
A 1 de Janeiro	237.581,85	237.581,85
Aumentos	4.762,82	-
A 31 de Dezembro	**242.344,67**	**237.581,85**

A dívida ajustada em 31 de dezembro de 2015 e 2014 respeita ao montante de direitos aduaneiros de duas embarcações construídas pela sociedade holandesa Damen Shipyards, cuja regularização à Soflusa se encontra pendente de decisão por parte da Comissão Europeia (183.082,09 Euros), pela cedência do direito de utilizar as infraestruturas da Transtejo para atracação permanentemente de embarcações por parte da Turisbuilding, SA

(30.302,16 Euros) e pelo protocolo celebrado entre a Transtejo e a João Lagos Sport, SA, no âmbito do evento Regata Volvo Race 2011-2012 (24.197,60 Euros). O aumento registado em 2015 é referente a atrasos de recebimentos superiores a 2 anos.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

A antiguidade dos saldos vencidos com imparidade é superior a 24 meses.

A antiguidade dos saldos vencidos sem imparidade, é como segue para os exercícios apresentados:

	2015	2014
0 a 180 dias	134.524,25	141.975,24
+180 dias	176.799,47	47.623,33
	311.323,72	**189.598,57**

As contas a receber a mais de 180 dias em 31 de dezembro de 2015 referem-se, essencialmente, à CP - Comboios de Portugal, E.P.E. (41.986,20 euros), Carristur (30.605,25 euros) e Eurest (16.498,08 euros).

16 Imposto sobre o rendimento corrente

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os montantes a receber e a pagar relativos a IRC tem a seguinte composição:

	2015	**2014**
Imposto a recuperar	69.863,19	67.719,35
Imposto a pagar	(56.425,62)	(17.759,15)
Total	**13.437,57**	**49.960,20**
Estimativa de imposto a pagar	(56.425,62)	(17.759,15)
Retenções na fonte de terceiros	69.863,19	67.719,35
	13.437,57	**49.960,20**

O montante relativo à estimativa de imposto corrente sobre o rendimento foi registado por contrapartida das seguintes rubricas:

	2015	**2014**
Imposto corrente	(56.425,62)	(17.759,15)
	(56.425,62)	**(17.759,15)**

As Empresas são tributadas individualmente em sede de IRC não sendo aplicado o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social até 2000), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções,

reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais das Empresas dos anos de 2012 a 2015 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração das Empresas entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas as Empresas encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Prejuízos fiscais	2015	2014	Ano limite de utilização
Gerados no exercício de 2015	7,077,618,96	-	2027
Gerados no exercício de 2014	2,800,504,20	2.800.504,20	2026
Gerados no exercício de 2013	15,929,315,03	19,613,876,66	2018
Gerados no exercício de 2012	22,418.058,67	22,418.058,67	2017
Gerados no exercício de 2011	15.611.759,62	19.983.372,88	2015
Gerados no exercício de 2010	-	9.725.402,23	2014
Gerados no exercício de 2009	11.579.906,00	16,238.904,75	2015
	75.417.162,48	**90.780.119,39**	

As Empresas não reconhecem ativos impostos diferidos, em virtude da existência de dúvidas quanto à capacidade de gerar matéria coletável suficiente no futuro que permita a utilização de tais prejuízos a reportar.
As Empresas encontram-se sujeitas ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas ("IRC"), à taxa de 21% sobre a matéria coletável, acrescida de Derrama Municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, perfazendo uma taxa agregada de 22,5%.

Nos termos do artigo 87º - A do Código do IRC, os lucros tributáveis que excedam os 1,5 milhões de Euros são sujeitos a Derrama Estadual à taxa de 3%, 5% para entidades com um tributável entre 7.500.000 euros e 35.000.000 euros e 7% para entidades com um lucro tributável superior a 35.000.000 euros. Em resultado das modificações introduzidas pela lei nº 82 - B/2014 de 31 de dezembro, que alterou: (i) o artigo 87º do Código do IRC, fixando a partir de 2015 inclusive, em 21% a taxa de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, o art.º 52 do Código do IRC que vem limitar a dedução dos prejuízos fiscais a 70% do lucro tributável e a extensão para 12 anos do período de reporte de prejuízos fiscais apurados a partir de 2014.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas as Empresas encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Em 31 de dezembro de 2015 existia uma diferença temporária relativa a prejuízos a reportar no valor de 75.417.162,48€ (2014: 90.780.119,39€). As Empresas não reconhecem os impostos diferidos ativos, em virtude da existência de dúvidas quanto à capacidade de gerar matéria coletável suficiente no futuro que permita a utilização de tais prejuízos a reportar.

17 Outras contas a receber e estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a composição da rubrica de "Outras contas a receber", é como segue:

		2015	2014
Outros devedores	i)	912.726,33	1.238.669,84
Pessoal	ii)	52.290,27	40.558,29
Outros		-	80,00
		965.016,60	1.279.308,13
Perdas de imparidade		(84.252,52)	(299.005,31)
		880.764,08	**980.302,82**

i) Outros devedores

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os saldos da rubrica de Outros devedores apresentam a seguinte decomposição:

		2015			2014		
		Valor bruto	Imparidade	Total	Valor bruto	Imparidade	Total
Actual	a)	-	-	-	216.275,83	(216.275,83)	-
Caistejo	b)	61.904,48	(61.904,48)	-	61.904,48	(61.904,48)	-
Manuel Rui Azinhais Nabeiro	c)	20.825,00	(20.825,00)	-	20.825,00	(20.825,00)	-
Gisparques	d)	41.766,14	-	41.766,14	40.540,07	-	40.540,07
Cristina de Jesus Vaz da Costa	e)	1.523,04	(1.523,04)	-			-
Outros	f)	786.707,67	-	786.707,67	899.124,46	-	899.124,46
Total		**912.726,33**	**(84.252,52)**	**828.473,81**	**1.238.669,84**	**(299.005,31)**	**939.664,53**

a) O saldo a receber refere-se a rendas por ocupação de espaço de restauração nas instalações do Terminal Fluvial do Cais do Sodré, sendo que a Transtejo registou uma perda de imparidade referente à expetativa de realização (Nota 22); Em outubro de 2018 foi proferida a sentença, e, a perda por imparidade foi utilizada na totalidade.

b) O saldo a receber refere-se a rendas por ocupação de espaço de restauração a bordo dos catamarãs da Empresa e em terminais, sendo que a Transtejo registou uma perda por imparidade pela totalidade do saldo. Durante o primeiro semestre de 2012 a Empresa rescindiu o contrato com a concessionária.

c) Foi constituída uma perda por imparidade na totalidade do saldo referente a um débito datado de 2005, relacionado com a comercialização, pelo concessionário Actual em regime de exclusividade dos cafés marca DELTA.

d) O valor em 31 de Dezembro de 2015 refere-se a rendas dos parques de estacionamento nos terminais da Empresa, concessionados à Gisparques.

e) Foi constituída uma perda por imparidade na totalidade do saldo referente a débitos de 2013 relacionados com a licença de ocupação de espaços.

f) Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica "Outros" compreende, essencialmente, saldos a receber da MOP - Multimédia Outdoors Portugal - Publicidade, SA (2.439,59 Euros), Navalria (4.977,16 Euros), protocolo assinado em 2014 com a Navalria (343.415,00€) e penhoras de várias instituições bancárias (374.910,95 €) no âmbito de processo judicial da Actual.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a antiguidade da totalidade dos saldos a receber de outros devedores detalha-se como segue:

	2015	2014
0 a 180 dias	90.557,75	914.263,22
+180 dias	822.168,58	324.406,52
	912.726,33	**1.238.669,74**

ii) Pessoal

Esta rubrica é constituída, essencialmente, por adiantamentos de valores aos colaboradores, a aguardar posterior regularização por parte da Segurança Social e da Companhia de Seguros.

Estados e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os saldos da rubrica de Estado e outros entes públicos apresentam a seguinte composição:

Estado e outros entes públicos	2015	2014
Saldos devedores:		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC	-	-
Pagamento Especial por Conta	48.367,74	17.376,33
Retenções na fonte	-	-
Retenção na fonte de rendimentos - IRS	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA	405.815,93	432.416,28
Imposto a Recuperar	-	-
Outros	990,45	-
	455.174,12	**449.792,61**
Saldos credores:		
Retenção na fonte de rendimentos - IRS	128.890,33	132.271,84
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA	-	240.200,21
Contribuições para a Segurança Social	232.597,74	480,00
Outros	2.290,00	-
	363.778,07	**372.952,05**

Em 31 de dezembro de 2015, o valor de IVA a receber no montante de 405.815,93 Euros, compreende o pedido de reembolso dos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro das empresas do Grupo, no montante de 250.000,00 Euros, cujo recebimento ocorreu entre Janeiro e Março de 2016, e, crédito de IVA no montante de 155.815,93 Euros cujo reembolso foi solicitado e recebido no decurso de 2016.

Em 31 de dezembro de 2014, o valor de IVA a receber no montante de 432.416,28 Euros, compreende o pedido de reembolso do mês de novembro das empresas do Grupo, no montante de 250.000,00 Euros, valor recebido em março e agosto de 2015, e, crédito de IVA no valor de 182.416,28 Euros cujo reembolso foi solicitado e recebido durante o ano de 2015.

Os valores credores identificados correspondem a saldos de natureza corrente para com os Centros Regionais de Segurança Social (encargos sociais colaboradores), e ainda retenções de impostos sobre o rendimento sobre entidades terceiras.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor. Os saldos a receber não correntes vencem juros a taxas de mercado.

18 Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o Grupo tem registado na rubrica de "Outros ativos correntes" os seguintes saldos:

		2015	2014
Indemnizações a receber de seguradoras	i)	52.087,69	165.097,93
Direcção-Geral do Tesouro	ii)	-	109.496,76
Operações repartição		-	239,13
Outros activos correntes	iii)	323.514,99	311.597,99
Acréscimos de proveitos		375.602,68	586.431,81
Turismo - Artigos para venda	iv)	28.207,56	28.587,79
Outros		126.166,12	61.592,87
Gastos diferidos		154.373,68	90.180,66
		529.976,36	676.612,47

Em acréscimos de rendimentos e gastos diferidos encontram-se essencialmente:

i) Especializações de regularizações e indemnizações de sinistros a receber, em consequência de acidentes e sinistros ocorridos com a frota dos navios do Grupo (estimativa do valor recuperável de participações de sinistros à companhia de seguros Império - Lusitânia);

ii) Em 31 de dezembro de 2014 o Grupo possuía um valor a receber do Estado referente a indemnizações da compensação dos passes 4_18, sub23 e Social +;

iii) Especializações das concessões dos parques de estacionamento, publicidade, licenças de ocupação de espaços e receitas dos terminais;

iv) Este saldo refere-se essencialmente a bens para posterior venda na atividade de turismo.

Os outros gastos diferidos referem-se a pagamentos de serviços contratados e ainda não prestados.

19 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	2015	2014
Caixa	130.397,49	120.670,16
Depósitos bancários	6.498.330,30	1.317.011,09
Caixa e seus equivalentes	6.628.727,79	1.437.681,25

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa individual para o exercício findo em dezembro de 2015 e 2014 é como se segue:

	2015	2014
Numerário		
- Caixa	130.397,49	120.670,16
	130.397,49	**120.670,16**
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	6.498.330,30	1.317.011,09
	6.498.330,30	**1.317.011,09**
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	**6.628.727,79**	**1.437.681,25**
Equivalentes de caixa (passivo)	-	-
Total Caixa e equivalentes de caixa	**6.628.727,79**	**1.437.681,25**
Outros depósitos	374.910,95	374.910,95
Total	**7.003.638,74**	**1.812.592,20**

Os valores apresentados em Caixa e seus equivalentes no final do período refletem o esforço de liquidação de compromissos efetuados no final de 2015, como medida necessária a salvaguardar a gestão de dotações orçamentais para o exercício de 2016. Da conta Depósitos à ordem foram cativos através de penhora 374.910,95€ no âmbito do processo da Actual, Lda., por ordem do agente de execução.

Em 2015, o saldo de caixa e equivalentes de caixa está concordante com o saldo do balanço.

20 Capital

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social da Transtejo, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 11.649.644 ações e 11.367.775 ações, respetivamente com o valor nominal de 5€ cada.

O detalhe do capital social em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é como segue:

	Número de acções	Capital Social
2015	11.649.644	58.248.220,00
Capital Social	11.649.644	58.248.220,00

	Número de acções	Capital Social
2014	11.367.775	56.838.875,00
Capital Social	11.367.775	56.838.875,00

As ações representativas do capital são detidas integralmente pela Direção Geral do Tesouro e Finanças.

A Transtejo não possui quaisquer ações próprias em carteira à data de 31 de Dezembro de 2015 e 2014.

No decurso de 2015 o acionista efetuou aumentos de capital no montante de 1.409.345,00 Euros, realizado em numerário.

As seguintes pessoas coletivas detém mais de 20% do capital subscrito e realizado em 31 de Dezembro de 2015 e 2014:

Nome	%	2015	2014
Estado Português - Direcção Geral do Tesouro e Finanças	100,00%	58.248.220,00	56.838.875,00
		58.248.220,00	56.838.875,00

21 Outras reservas e resultados transitados

As rubricas "Outras reservas" e "Resultados transitados" registaram os seguintes movimentos durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, respetivamente:

	Reserva de Cobertura	Resultados Transitados	Total
1 de janeiro de 2014	**(3.432.690,63)**	**(201.469.526,10)**	**(204.902.216,73)**
Adições	**768.368,95**	**(19.920.724,36)**	**(19.152.355,41)**
Regularização por resultados	-	-	-
Alienações	-	-	-
31 de dezembro de 2014	**(2.664.321,68)**	**(221.390.250,46)**	**(224.054.572,14)**
Adições	**1.207.036,47**	**(6.196.375,78)**	**(4.989.339,31)**
Regularização por resultados	-	-	-
Alienações	-	-	-
31 de dezembro de 2015	**(1.457.285,21)**	**(227.586.626,24)**	**(229.043.911,45)**

Reserva de Cobertura

O saldo da rubrica "Reserva de cobertura" resulta do registo dos instrumentos financeiros derivados conforme Nota 24 - Instrumentos financeiros derivados.

Resultados Transitados

As contas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 da Transtejo SA foram aprovadas em Assembleia Geral realizada em 24 de maio de 2018. Foram, de igual modo, aprovadas as sucessivas propostas de aplicação de resultados de cada exercício.

O presente documento integra o novo processo de Prestação de Contas do exercício de 2015, reformulado na sequência dos desenvolvimentos, relativamente à aprovação de contas, que se encontrava pendente, referente aos exercícios referidos.

Considerando o tempo entretanto decorrido, foi necessário efetuar análise de factos subsequentes nos anos posteriores a 2015, encontrando-se em reapreciação os documentos de prestação de contas dos exercícios de 2015 a 2017, carecendo de reemissão dos documentos de Certificação Legal de Contas, Relatórios de auditoria e Parecer dos órgãos de fiscalização.

Em 31 de dezembro de 2015, os capitais próprios da Empresa encontravam-se negativos, facto que a coloca na situação prevista no art.º 35º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 35º do Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro. Assim, nos termos do mesmo artigo, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 76-A/2006 de 29 de março, o Conselho de Administração, irá alertar o Acionista para que sejam tomadas as medidas necessárias.

22 Provisões

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a evolução registada na rubrica de "Provisões" é como segue:

	2015	2014
Saldo inicial	896.786,11	755.750,27
Aumentos	643.035,51	391.035,84
Utilização	(10.395,44)	(215.000,00)
Reduções	-	(35.000,00)
Reversões	(1.159.723,89)	-
Saldo final	369.702,29	896.786,11

Foram reconhecidos na demonstração do rendimento integral (516.688,38) Euros (356.035,84 Euros em 31 de dezembro de 2014) de dotações/reversões de provisões (valor líquido).

As dotações do exercício resultaram, essencialmente, de processos judiciais instaurados contra a Transtejo, nomeadamente o processo no valor de 400.000,00€ referente a um pedido de pagamento de pensão anual vitalícia, subsídio de morte e danos patrimoniais e morais efetuado pela viúva de um trabalhador da Transtejo na sequência de um acidente de trabalho, do qual resultou a sua morte.

Em resultado da aprovação das contas dos anos de 2010 a 2014 em maio de 2018, a Transtejo reformulou as contas do exercício de 2015 tal como referido na nota 21, nomeadamente tendo registado no exercício de 2015 os eventos subsequentes ocorridos até à presente data na rubrica de provisões.

Desse registo resultou o montante de 1.159.723,89€ referente às reversões contabilizadas no exercício. As reversões resultam dos desfechos favoráveis à empresa nos exercícios subsequentes de vários processos judiciais que se encontravam em curso em 31 de dezembro de 2015 dos quais os mais significativos foram: o processo de 400.000,00 euros cuja provisão foi constituída em 2015, tal como referido anteriormente,e o processo intentado pela Actual relativo à alegada falta de cumprimento por parte da Transtejo do direito de exclusividade, em virtude da abertura de um quiosque de venda de cafés e de outros produtos alimentares no Terminal do Cais do Sodré, para o qual existia uma provisão de cerca de 700.000 euros proveniente de anos anteriores e que resultou num acordo de pagamento de 135.000 euros em 2018.

O total das provisões para processos judiciais decompõe-se em 2015 e 2014 como segue:

Descrição		2015	2014
Processos judiciais em curso:			
Actual - Activ. Hotel., Lda. (Nota 17)		135.000,00	700.440,99
Processos - Passageiros		-	49.000,00
Processos - Outros	a)	234.702,29	147.345,12
		369.702,29	896.786,11

a) Esta rubrica inclui, essencialmente:

(i) Uma provisão no montante de 122.200,00 €, para fazer face as ações intentadas pela Soc-Gestão de Navios e tripulações, Lda (66.700,00) e Sustentâncora - Construção e reparação Naval, Lda (55.500,00 €).

(ii) Uma provisão de 44.500,00, para fazer face a matérias ambientais.

23 Financiamentos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a composição da rubrica "Financiamentos obtidos", detalha-se como se segue:

	2015			2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Descobertos bancários	124.233,28	-	124.233,28	-	-	-
Empréstimos bancários	41.137.735,28	97.433.681,67	138.571.416,95	**19.770.833,33**	**106.837.344,67**	**126.608.178,00**
Empréstimos obrigacionistas	-	55.000.000,00	55.000.000,00		55.000.000,00	**55.000.000,00**
	41.261.968,56	**152.433.681,67**	**193.695.650,23**	**19.770.833,33**	**161.837.344,67**	**181.608.178,00**
Juros a pagar - acréscimo de custo	3.484.572,75	-	3.484.572,75	449.213,69	-	**449.213,69**
	3.484.572,75	-	**3.484.572,75**	**449.213,69**	-	**449.213,69**
	44.746.541,31	**152.433.681,67**	**197.180.222,98**	**20.220.047,02**	**161.837.344,67**	**182.057.391,69**

A Transtejo contraiu um empréstimo obrigacionista no valor de 55.000.000,00 €, contratado junto do Depfa Bank a 26 de janeiro de 2007, com uma maturidade de 10 anos que se vence em 1 de Fevereiro de 2017. Este empréstimo vence juros à taxa Euribor a 6 meses com *spread* de 0,02% e tem o aval do Estado Português.

Na sequência da inclusão na lista de entidades reclassificadas no perímetro das Administrações Públicas foi contraído desde 2013 vários empréstimos de médio e longo prazo a uma taxa média de 2,09%, junto do Estado Português, no montante de 138.305.878,00 €, que permitiu fazer face às necessidades de financiamento do exercício.

Este empréstimo vence juros a uma taxa fixa nominal anual, equivalente ao custo de financiamento da República, a fixar na data de disponibilização de fundos de acordo com a cotação obtida junto do I.G.C.P..

Todos os empréstimos estão negociados em euros.

Os créditos concedidos e os montantes utilizados por cada linha de financiamento são os seguintes:

				2015		
	Entidade financiadora	Taxa de juro	Spread	Limite	Montante utilizado	Vencimento
EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS DE LONGO PRAZO						
Empréstimos bancários:						
Empréstimo obrigacionista	DEPFA	Euribor a 6 Meses	0,02%	55.000.000,00	55.000.000,00	01.02.2017
	DGTF			138.571.416,95	138.571.416,95	30.11.2022
				193.571.416,95	193.571.416,95	

				2014		
	Entidade financiadora	Taxa de juro	Spread	Limite	Montante utilizado	Vencimento
EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS DE LONGO PRAZO						
Empréstimos bancários:						
Empréstimo obrigacionista	DEPFA	Euribor a 6 Meses	0,02%	55.000.000,00	55.000.000,00	01.02.2017
	DGTF			126.608.178,00	126.608.178,00	30.11.2020
				181.608.178,00	181.608.178,00	

O valor apresentado na Demonstração da posição financeira consolidada no montante de 197.180.222,98 Euros inclui 3.484.572,75 Euros relativo a juros especializados (449.213,69 uros em 31 de dezembro de 2014) e 124.233,28 Euros referente a descoberto bancário.

O Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

Todos os empréstimos estão negociados em euros.

24 Instrumentos financeiros derivados

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados negociados em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é como segue:

	2015		2014	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Swap taxa de juro – não corrente	-	1.457.285,21	-	2.664.321,68
	-	1.457.285,21	-	2.664.321,68

O empréstimo obrigacionista foi celebrado a 26 de janeiro de 2007, com vencimento em 2017, tendo as obrigações sido emitidas em 1 de Fevereiro de 2007. As obrigações foram tomadas firme pelo Depfa ACS e encontram-se cotadas na Euronext Lisbon.

Através do despacho nº 1478/ 2007 de 29 de dezembro de 2006 publicado no Diário da República - 2ª Série - Nº 22 de 31 de janeiro de 2007, foi concedida a garantia do Estado Português. As condições do empréstimo constam da ficha técnica anexa ao referido documento.

Informação detalhada das características e valor do "*swap*" e do "*collar*" contratados:

Valor de referência	Período de pagamento	Taxas a Receber/ a pagar	Justo valor em 2015	Justo valor em 2014
27,500,000	Períodos de contagem de juro: 1 de fevereiro e 1 de agosto, com vencimento em 1 de fevereiro de 2017. Pagamento semestral de juros	Transtejo recebe juros EUR_6M, Paga juros a 4,768%	(1.457.285,21)	(2.664.321,68)
		Saldo credor	(1.457.285,21)	(2.664.321,68)

O justo valor dos derivados foi registado em "Instrumentos financeiros derivados" em Passivo não corrente, por contrapartida de "Reservas de cobertura", rubrica de "Capital Próprio".

O justo valor deste instrumento foi determinado por entidades bancárias suportando-se em pressupostos de acordo com as características dos instrumentos financeiros contratados e com base na curva do mercado monetário (Euribor) até 1 ano, exclusive, e a curva dos *swaps* de taxa de juro, a partir de 1 ano, inclusive, do dia 31 de dezembro de 2015.

No que se refere à classificação dos derivados negociados como cobertura a Transtejo efetuou os testes de eficácia (prospetivos e retrospetivos) para os *swaps* de taxa de juro, não tendo sido apurada qualquer ineficácia. Relativamente aos testes retrospetivos efetuados com referência a 1 de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2015, com base no *Dollar Offset Method*, foi observada uma eficácia de 100% em ambas as datas.

25 Outros passivos não correntes

O detalhe de Outros passivos não correntes em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é como segue:

	2015	2014
Subsídios ao investimento	22.570.724,66	26.711.253,43
Outros passivos não correntes	22.570.724,66	26.711.253,43

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, na rubrica "Subsídios ao investimento" estão registados os valores recebidos a título de comparticipação do valor de aquisição das novas embarcações, beneficiações de terminais e modernização do sistema de bilhética. Os subsídios foram atribuídos pelo FEDER (Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional) e pelo PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central).

Os subsídios são amortizados proporcionalmente às depreciações dos bens subsidiados, correspondendo o saldo desta rubrica à quota-parte que será amortizada para além do período de 12 meses. O valor a ser reconhecido no exercício de 2015 ascende a 2.726.471,78€ e encontra-se registado na rubrica "Amortizações" (Nota 36).

Os movimentos ocorridos durante o exercício de 2015 no valor total dos subsídios encontram-se detalhados como se segue:

	2015	2014
Saldo inicial	28.351.517,92	36.938.148,82
Adições do exercício	-	437.500,00
Rendimentos reconhecidos no exercício (Nota 36)	(2.726.471,78)	(2.818.682,74)
Anulações do exercício (nota 17)	-	(1.082.306,54)
Reconhecimento no exercício (Nota 34)	-	(5.123.141,62)
Saldo final de subsídios a reconhecer	25.625.046,14	28.351.517,92

As adições do exercício correspondem a subsídios recebidos e a receber, de acordo com a seguinte composição:

	2015	2014
PIDDAC:		
Novo Terminal Cais do Sodré	-	437.500,00
	-	437.500,00

O montante de 437.500,00 euros recebido em 2014 refere-se a subsídios ao investimento recebidos do PIDDAC (Programa de Investimento e Desenvolvimento da Administração Central), destinados à cobertura financeira parcial dos investimentos referidos.

26 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Fornecedores" detalha-se como segue:

Descrição entidade	2015	2014
Petrogal	193.483,16	486.727,63
Lusitânia	112.569,97	-
Navaltagus	86.473,31	-
ManpowerGroup Solutions, Lda	33.925,46	-
Companhia Carris Ferro Lisboa	21.195,99	409.022,03
EDP	20.873,12	-
OTLIS	7.734,17	10.078,86
Securitas	2.066,40	2.386,00
Metropolitano de Lisboa	417,22	134.983,63
Gisparques	-	48.960,30
Mares Lusos	-	22.842,05
Electro Central Vulcanizadora	-	13.282,04
Administração Porto Lisboa	-	11.301,22
SCMA	-	6.016,20
CP	-	900,49
Outras entidades	175.549,19	214.103,48
Total fornecedores	657.588,29	1.360.603,93

Os valores em aberto resultam, essencialmente, de repartição de receita de passes combinados, aquisições de combustíveis e lubrificantes para a frota, serviços de segurança privada das instalações e embarcações, conservação e reparação da frota em estaleiros, assim como outras aquisições de serviços. Todos estes saldos são exigíveis no curto-prazo.

De acordo com a Demonstração da posição financeira consolidada, as dívidas a pagar a fornecedores apresentam os seguintes prazos de vencimento:

Fornecedores, conta corrente	2015	2014
0 a 180 dias	657.588,29	1.349.302,71
+180 dias	-	11.301,22
	657.588,29	1.360.603,93

27 Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o detalhe da rubrica "Outras contas a pagar" é como segue:

	2015			2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros credores						
Credores diversos	2.729.362,05	-	**2.729.362,05**	2.704.451,90	-	**2.704.451,90**
	2.729.362,05	-	**2.729.362,05**	2.704.451,90	-	**2.704.451,90**

Outros credores - dos saldos acima classificados como Outros Credores, os mais significativos referem-se aos valores a pagar ao Estado Português (2.650.239,56) registado como gasto do ano 2014 relativo à diferença entre o valor do investimento no Interface do Caís do Sodré (13.575.239,56 €) e a avaliação do mesmo no valor de (10.925.000,00€), no âmbito do protocolo entre o Estado Português, Metropolitano de Lisboa, EPE e Transtejo.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

28 Outros passivos correntes

O detalhe de "Outros passivos correntes" à data de 31 de dezembro de 2015 e 2014 é como segue:

		2015	2014
Juros a pagar	i)	546.842,60	525.590,55
Remunerações a liquidar	ii)	1.368.798,63	1.403.916,25
Outros	iii)	768.957,72	995.487,82
Acréscimos de gastos		2.684.598,95	2.924.994,62
Subsídios ao investimento		2.726.471,78	3.041.635,63
Antecipação de receita	iv)	(2.614,65)	393.760,15
Outros	v)	385.526,62	439.901,59
Diferimentos passivos		3.109.383,75	3.875.297,37
		5.793.982,70	6.800.291,99

i) Juros a pagar - especialização dos encargos financeiros devidos pelos contratos de instrumentos de gestão de risco de taxa de juro (meses de agosto a dezembro de 2015), cujo pagamento ocorrerá em 1 de fevereiro de 2016.

ii) Remunerações a pagar - especialização de encargos de colaboradores, por conta de direitos adquiridos e reconhecidos durante o ano. A estimativa respeita a gastos com férias, subsídio de férias, encargos sociais e abonos variáveis, como sejam subsídio de catamarã, prémio de assiduidade, entre outros.

iii) Outros - essencialmente especialização operadores de repartição.

iv) Antecipação de receita - receita de passes intermodais a repartir pelos operadores, relativa a vendas efetuadas em dezembro de 2015, de passes válidos para o mês de janeiro de 2016.

v) Outros - neste montante está incluído a especialização do protocolo da Navalria (343.415,00€). Especialização do saldo em aberto com o Estaleiro Navalria, no âmbito de protocolo celebrado entre a Transtejo e aquele Estaleiro de reparação naval, onde foram construídos os 2 mais recentes navios ferryboat adquiridos pela Transtejo em 2013. Na sequência de deficiência de fabrico, tendo sido avaliados os impactos no agravamento dos custos de operação, foi determinado o valor de compensação - 400.000€ (200.000€ por navio) a regularizar em desconto sobre facturação futura referente a intervenções na frota TT e SL a realizar naquele Estaleiro.

29 Vendas e serviços prestados

O montante de prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados individual, é detalhado como segue:

Descrição		2015	2014
Tráfefo de passageiros:			
Bilhetes	i)	3.609.017,98	3.435.525,25
Multimodais	ii)	3.289.222,55	3.326.647,60
Passes próprios	iii)	1.100.039,85	1.077.529,64
Combinados	iv)	4.708.808,30	4.610.195,15
Zapping	v)	1.937.055,30	1.782.857,65
Tráfego de veículos	vi)	63.076,77	50.928,11
Aluguer de embarcações	vii)	59.205,14	50.074,30
Serviço de turismo	viii)	3.702,01	486.771,35
Outros		776,95	712,93
Total prestações de serviços		14.770.904,85	14.821.241,98

O montante das prestações de serviços em 2015 é essencialmente explicado por:

i) **Bilhetes**: rendimentos de títulos de transporte para viagens ocasionais (carregamentos de cartões Viva Viagens e em máquinas de venda automática);

ii) **Multimodais**: rendimentos de passes de transporte que podem ser utilizados em diversos operadores de transporte público;

iii) **Passes próprios**: passes mensais exclusivos para carreiras Transtejo / Soflusa;

iv) **Combinados**: sistema de passes que permitem a realização de viagens entre um conjunto limitado de operadores de transporte;

v) ***Zapping***: sistema de aquisição de viagens que permite aos passageiros ocasionais utilizar os serviços da Transtejo, Soflusa, Carris e Metro mediante carregamento de valores em suporte Viva Viagens;

vi) **Tráfego de veículos**: serviço de transporte de veículos em *ferryboats* na ligação Belém-Trafaria-Porto Brandão;

vii) **Aluguer de embarcações**: alugueres pontuais de embarcações a terceiros;

viii) **Serviço de turismo**: rendimentos das carreiras turísticas. Na sequência da celebração do contrato de concessão da exploração desta atividade pela Carristur (contrato celebrado em Junho de 2015), os rendimentos desta atividade passaram a ser contabilizados na rubrica "Outros rendimentos e ganhos".

30 Subsídios à exploração

O detalhe dos "Subsídios à exploração" é como segue:

Descrição	2015	2014
Indemnizações compensatórias	1.805.289,01	7.129.076,05
Passes 4_18@escola.tp, Passes Sub23@superior.tp, Passes "Social +"	259.189,19	380.053,27
PAII	-	8.924,31
Subsídio Remuneratório OE 2014	-	300.000,00
	2.064.478,20	7.818.053,63

O valor mais significativo registado nesta rubrica corresponde às indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado Português como contrapartida das obrigações assumidas em termos de exploração, de transportes e de tarifas. As verbas atribuídas em 2014 correspondem, ao que se encontrava definido no Contrato de Prestação de Serviço Público de Transporte de Passageiros celebrado entre o Estado Português e a Empresa em 21 de setembro de 2012 (Nota 2.1), estando registadas nesta conta pelo seu valor líquido de IVA. O montante atribuído em 2015, corresponde ao plafond disponível no Orçamento de estado 2013, atribuído pela Secretaria Geral do Ministério da Economia.

31 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O detalhe dos custos com mercadorias vendidas e matérias consumidas é como segue:

Descrição	2015	2014
Combustíveis	5.884.848,09	7.424.701,74
Consumo de lubrificantes	113.388,77	161.062,03
Materiais de consumo	17.416,41	20.933,19
Economato	115.239,60	83.295,56
Consumo de sobressalentes	133.732,86	205.254,59
Consumo mat. reparações	37.342,64	60.802,50
Custo das matérias consumidas	6.301.968,37	7.956.049,61

Os principais valores incluídos nesta rubrica correspondem aos consumos de combustível pelas embarcações nas travessias fluviais operadas pelo Grupo entre as margens norte e sul do rio Tejo.

O apuramento das matérias consumidas nos exercícios de 2015 e 2014 foi determinado como segue:

		2015 Materiais de consumo	2014 Materiais de consumo
Existências iniciais (Nota 14)	+	1.780.187,27	1.857.540,52
Compras	+	6.156.289,23	7.991.105,85
Regularização de existências	-	218.731,80	112.409,49
Existências finais (Nota 14)	-	1.415.776,33	1.780.187,27
		6.301.968,37	7.956.049,61

32 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe da rubrica de gastos com "Fornecimentos e serviços externos" é como segue:

Descrição		2015	2014
Conservação e reparação	i)	3.320.686,62	4.454.496,12
Seguros	ii)	910.967,20	484.116,36
Trabalhos Especializados	iii)	919.176,80	963.209,31
Vigilância e Segurança	iv)	935.249,31	988.571,55
Limpeza, higiene e conforto	v)	334.787,12	334.867,25
Rendas e alugueres	vi)	396.855,80	425.940,22
Electricidade		261.193,04	262.399,87
Comunicação		23.349,48	33.675,81
Honorários		46.639,74	71.615,54
Bilhetes e outros impressos		65.292,05	73.083,25
Publicidade e propaganda		5.990,36	19.641,69
Combustíveis	vii)	14.425,61	22.932,68
Subcontratos		-	-
Afretamento de Navios		-	-
Outros		363.759,75	608.928,62
		7.598.372,88	8.743.478,27

i) **Conservação e reparação:** constitui a principal natureza de gastos operacionais em fornecimentos e serviços externos. Refere-se a gastos com reparações em estaleiros dos navios e pontões da frota. Esses trabalhos incluem manutenção de motores, sistemas de propulsão e pintura de cascos, entre outros. Nesta rubrica estão ainda incluídos trabalhos de manutenção de instalações por montantes menos relevantes;

ii) **Seguros:** esta rubrica inclui prémios de seguro de diversos ramos, sendo que o prémio mais preponderante refere-se à cobertura de riscos relacionados com as 30 embarcações que compõem a frota do Grupo (ramo marítimo-cascos);

iii) **Trabalhos especializados:** serviços de natureza diversa, dos quais se destacam os trabalhos de auditoria, certificações de classe de embarcações, serviços especializados de amarração e a utilização de mão-de-obra externa para preenchimento de necessidades temporárias de recursos humanos.

iv) **Vigilância e segurança:** encargos suportados pelo Grupo com os serviços de segurança pública e privada, prestados quer nos terminais, quer a bordo das embarcações. Inclui ainda o serviço de transporte de valores e recolha de receita;

v) **Limpeza, higiene e conforto:** gastos do exercício associados à limpeza das instalações, embarcações e equipamentos do Grupo;

vi) **Rendas e alugueres:** esta rubrica refere-se aos gastos suportados com o arrendamento temporário de uma doca na margem sul (Doca 13), com a licença da APL para o uso de terraplenos em áreas de domínio público marítimo e o valor correspondente à taxa de concessão por ocupação e utilização dos terminais do Terreiro do Paço e do Barreiro;

vii) **Combustíveis:** O valor desta rubrica refere-se exclusivamente a gasto com combustível da frota automóvel.

33 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2015 e 2014, desdobram-se do seguinte modo:

Descrição	2015	2014
Remunerações ao pessoal:		
Órgãos sociais	202.514,06	166.974,32
Pessoal	8.207.192,60	8.128.469,84
Encargos sociais	2.116.068,58	2.075.926,84
Outros	1.865.000,71	1.278.201,79
	12.390.775,95	11.649.572,79

O número médio de empregados do Grupo em 2015 foi de 463 (475 em 2014).

34 Outros rendimentos e ganhos

O detalhe da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" em 2015 e 2014 é o seguinte:

Descrição	2015	2014
Rendas e alugueres	611.469,63	527.354,50
Cartões para passes e outros	311.776,24	347.495,75
Cedência de energia e água	53.349,33	26.852,96
Alienações	2.263.934,76	-
Outros	514.094,58	6.025.676,69
	3.754.624,54	6.927.379,90

A rubrica "Outros rendimentos e ganhos" é composta, essencialmente, pelos rendimentos referentes ao aluguer de espaços nas suas instalações (terminais, parques de estacionamento e administrativas), à venda de cartões para carregamento de títulos de transporte e a alienação dos navios Augusto-Gil, Martim Moniz e Montes Claros (tal como referido na nota 9).

A rubrica "Cartões para passes e outros" respeita às receitas de cartões "Lisboa Viva" e "Viva Viagens".

35 Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica de "Outros gastos e perdas" em 2015 e 2014 é o seguinte:

Descrição	2015	2014
Impostos	128.408,51	113.525,42
Perdas de imobilizado/Inventários	120.142,86	156.389,79
Quotizações	24.659,55	28.456,91
Outros gastos operacionais	78.016,53	41.888,47
	351.227,45	340.260,59

36 Gastos/reversões de depreciação e amortização

O detalhe da rubrica "Gastos/reversões de depreciação e amortização" em 2015 e 2014 é o seguinte:

Descrição	Notas	2015	2014
Ativos fixos tangíveis	9	4.370.305,24	5.309.717,46
Ativos intangíveis	10	1.666,50	34.581,58
Subsídios reconhecidos no exercíco	25	(2.726.471,78)	(2.818.682,74)
		1.645.499,96	2.525.616,30

37 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios de 2015 e 2014 é como segue:

Descrição		2015	2014
Juros e gastos similares suportados			
Juros suportados	i)	4.465.974,64	4.860.812,81
Outros gastos e perdas financeiras		56.222,22	128.163,53
		4.522.196,86	4.988.976,34
Resultados financeiros		4.479.853,55	4.892.043,45
		42.343,31	96.932,89
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros obtidos		7,18	7,18
Outros proveitos e ganhos financeiros		42.336,13	96.925,71
		42.343,31	96.932,89

i) **Juros suportados –** inclui juros referentes (i) a financiamentos bancários e ao empréstimo obrigacionista. Em 2014, encontravam-se contabilizados juros devidos ao Metropolitano de Lisboa, EPE contemplados no protocolo inicial (versão de 2009) referente ao Terminal do Cais do Sodré e obra marítima adjacente;

38 Dividendos por ação

A Transtejo não pagou dividendos durante os exercícios de 2015 e 2014, uma vez que registou nos dois exercícios prejuízos de 11.914.559,94 Euros e 6.196.375,78 Euros, respetivamente.

39 Passivos contingentes

Garantias

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o Grupo solicitou a emissão de garantias, como segue:

Descrição	Validade	Banco	2015	2014
APL-ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA	Ilimitada	BPI	688,34	688,34
PETRÓLEOS DE PORTUGAL - PETROGAL,S.A.	Ilimitada	BPI	2.493,99	2.493,99
EDP-ENERGIAS DE PORTUGAL,S.A.	Ilimitada	BPI	7.639,56	7.639,56
EDP-ENERGIAS DE PORTUGAL,S.A.	Ilimitada	BPI	4.643,00	4.643,00
EDP-ENERGIAS DE PORTUGAL,S.A.	Ilimitada	BPI	2.173,00	2.173,00
SLE-ELECTRICIDADE DO SUL,S.A.	Ilimitada	BPI	5.450,86	5.450,86
GRENKE RENTING, S.A.	1 ano renovável	BES	35.424,00	35.424,00
PETRÓLEOS DE PORTUGAL-PORTUGAL,S.A.	Ilimitada	BPI	3.500,00	3.500,00
			62.012,75	62.012,75

Adicionalmente, as garantias prestadas pela Empresa ou pelo acionista ao abrigo dos empréstimos obtidos encontram-se divulgadas na Nota 23.

40 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2015, a Transtejo é detida pelo Estado Português a 100% representado pela Direção Geral do Tesouro e Finanças, sendo esta entidade o único acionista da Empresa.

40.1. Remunerações dos Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais da Transtejo foram considerados, de acordo com a NCRF 5, como sendo os elementos fundamentais da gestão da Empresa. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, as remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais da Transtejo ascenderam a 213.325,74€ (179.604,19€ em 2014).

Descrição	2015	2014
Conselho de Administração	187.839,82	142.700,05
Assembleia Geral	-	324,22
Orgão de Fiscalização		
Conselho Fiscal	25.485,92	36.579,92
	213.325,74	179.604,19

40.2. Transações entre partes relacionadas

Entidades relacionadas por via do Acionista:

	2015				2014			
	Saldos		Transacções		Saldos		Transacções	
	Clientes (Nota 15)	Fornecedores (Nota 26)	Serviços obtidos	Serviços prestados	Clientes (Nota 15)	Fornecedores (Nota 26)	Serviços obtidos	Serviços prestados
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	841,95	24.495,99	2.162.194,66	5.587,19	3.605,36	409.022,03	2.163.688,73	1.035.210,99
Metropolitano de Lisboa, EPE	-	417,22	774.586,14	-	-	134.983,63	2.985.462,12	4.439.183,35
	841,95	24.913,21	2.936.780,80	5.587,19	3.605,36	544.005,66	5.149.150,85	5.474.394,34

Entidades relacionadas por via de Empreendimentos conjuntos:

	2015							2014				
	Saldos			Transacções				Saldos		Transacções		
	Acréscimos	Outros Devedores	Fornecedores (Nota 27)	Compra de Inventários	Compra de Activos Intangíveis	Serviços obtidos	Serviços prestados	Outros Devedores	Fornecedores (Nota 27)	Compra de Inventários	Serviços obtidos	Serviços prestados
Otlis ACE	39.693,44	26.153,70	7.734,47	65.936,48	5.000,00	228.053,85	379.731,02	20.422,77	10.078,86	87.568,80	548.109,39	612.534,28
	39.693,44	26.153,70	7.734,47	65.936,48	5.000,00	228.053,85	379.731,02	20.422,77	10.078,86	87.568,80	548.109,39	612.534,28

41 Eventos subsequentes

Na sequência da aprovação das contas dos exercícios de 2010 a 2014 em maio de 2018 da Transtejo SA, tal como referido na nota 21, foi feita uma análise aos eventos ocorridos após 2015 até à presente data, que resultou, ao nível da Demonstração dos Resultados, na alteração das rubricas de gastos com o Pessoal (diminuição de 10.395,44€) e de Provisões (1.037.003,77€), que refletem a redução das Provisões no Balanço em 1.047.399,21€, em consequência do desfecho favorável à Empresa nos anos seguintes de vários processos judiciais que se encontravam em curso em 31 de dezembro de 2015 (ver nota 22).

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Drª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Drª Sara Maria Murta Ribeiro

Engº Luís Filipe Dias Carvalho Maia

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Drª Ema Maria de Almeida Ferreira